

REVISTA CIENTÍFICA

**TRIBUS DA
AMAZÔNIA**



FAMA
FACULDADE DA AMAZÔNIA

VILHENA (RO) - BRASIL

VOLUME 1. NÚMERO 1
OUT-FEV 2018-2019

VOLUME 1. NÚMERO 1
OUT-FEV 2018-2019

REVISTA CIENTÍFICA

TRIBUS DA AMAZÔNIA



VILHENA (RO), BRASIL

Ficha Catalográfica

Revista Científica Tribus / Faculdade da Amazônia. –
v. 1, n. 1, (out./jan. 2018). Vilhena: FAMA, 2018.

Quadrimestral

1. Multidisciplinar - Periódicos. 2. Periódico
Científico. 3. FAMA. 4. Faculdade da Amazônia.

CDU 001.5 (05)

Editora Chefe: Rosangela Cipriano dos Santos (*Faculdade da Amazônia-FAMA*)

Corpo Editorial: Andrezza Miguel da Silva (*Faculdade da Amazônia-FAMA*); Carolina Fernandes Lima Ramos (*Faculdade da Amazônia-FAMA*); Celestino José Mendes Galvão Neto (*Faculdade da Amazônia-FAMA*); Elonha Rodrigues dos Santos (*Faculdade da Amazônia-FAMA*); Sandro de Melo Vieira (*Faculdade da Amazônia-FAMA*).

Conselho Editorial: Antonio Maurício Castanheira das Neves (*Universidade Estadual do Rio de Janeiro-Uerj, Brasil*); Átila dos Reis Silva (*Instituto Federal de Goiás-IFG, Brasil*); Fábio Regis de Souza (*Universidade Federal de Rondônia-Unir, Brasil*); Hélio Bandeira Barros (*Universidade Federal do Tocantins-UFT, Brasil*); Jairo Azevedo Júnior (*Faculdades Integradas Aparício Carvalho-Fimca, Brasil*); Jaíza Francisca Ribeiro Chagas (*Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Governador Otávio Lage-ITEGO, Brasil*); Jucilene Cavali (*Universidade Federal de Rondônia-Unir, Brasil*); Larissa Garcia Ponce (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, Brasil*); Marlos de Oliveira Porto (*Universidade Federal de Rondônia-Unir, Brasil*); Mônica Maria de Almeida Braine (*Instituto Federal de Goiás-IFG, Brasil*); Noêmia de Sousa Chaves (*Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná-CEULJI/ULBRA*); Sueisla Lopes Rezende Silva (*Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás-Seduc, Brasil*); Susana Cristine Siebeneichler (*Universidade Federal do Tocantins-UFT, Brasil*).

SUMÁRIO

Apresentação	1
Sobrevivência e desempenho de pinus em função da utilização de polímeros hidroretentores Salmom Batista de Farias, Jonatás Batista de Farias e Weslei Ortiz Ribeiro.....	4
Desempenho de três cultivares de rúcula em cultivo semi-hidropônico Geisilene Ribeiro Schmoeller e Jhonatan Monteiro de Oliveira	12
Produção de mudas de tomateiro cereja sob diferentes substratos à base de drilocompostagem Jonatás Batista de Farias e Weslei Ortiz Ribeiro	20
Qualidade de sementes de capim piatã submetidas a diferentes períodos de contato com fertilizantes NPK Rafael Peter J.Geier, Maylla Muniz Sprey, Willian Pereira da Silva E Elonha R. dos Santos	30
Características da produção de peixes no município de Vilhena, RO Lucas Luan Santos da Silva Ferreira e Ariane Evald.....	42
Perfil da bovinocultura de leite no município de Vilhena, Rondônia Fabiano Delano Rodrigues e Andrezza Miguel da Silva	53
Trabalho comunitário junto a família de alunos com deficiência intelectual e múltipla na APAE de Vilhena-RO Solange Farias Torres Palmeira e Eldessandra Santos da Costa	64
O uso de jogos educativos para estimular a cognição infantil Genaina Regina Zaffari Silva e Eldessandra Santos da Costa	79
O papel da saúde pública brasileira na prevenção ao suicídio Renata Monteiro da Silva e Eldessandra Santos da Costa	98
A eficácia das medidas socioeducativas e sua aplicação no centro de referência especializado de assistência social (CREAS) Eline Silva Bispo.....	120
Política de habitação: um estudo sobre a importância no município de Comodoro, MT Cristiana Preuss e Carolina Fernandes L. Ramos.....	141
Atuação e contribuição do assistente social dentro do âmbito escolar Paulini Scherly Rosa Valadão e Angelita Martignago Carvalho	163

Apresentação

As tribos romanas, lastreadas na agnação¹, que marcavam o parentesco como forma de adoração a semelhantes deuses, tinham por finalidade estabelecer a base da *gens*, fato que na Grécia clássica, sob o nome de *fratria*, significava a adoração familiar por um deus comum. Em Roma, essa agregação familiar chamava-se cúria que era chefiada por um curião, a quem se atribuía a presidência dos atos religiosos.

As várias cúrias formavam a tribo, que era liderada por um tribuno, a quem cabia a instalação de um ritual como ponto alto de um banquete, expresso na deliberação da vida comunitária. A revista *Tribus da Amazônia*, é, nesse sentido, a expressão científica da vida acadêmica tecida na interioridade da Faculdade da Amazônia.

Do alto de seus 15 anos de existência, a Fama celebra a boa vida num banquete especialmente preparado para o compartilhamento de saberes e se apresenta em forma de Revista Científica *Tribus da Amazônia*, que reúne artigos científicos produzidos por sua comunidade discente e docente.

Tribus da Amazônia, traduz o fazer científico desse grupo de homens e mulheres que elegeu a Fama por sede de suas vivências múltiplas, no contínuo renascer da compreensão humana. Tal qual um xamã, que cura por encantação, o professor transforma vidas, renova esperanças e como a águia que acompanhava Zeus, todo o seu esforço é para dominar as trevas.

A Fama é uma construção da idealidade, cuja vida, marcada pela finitude, faz-se dia após dia, não com o determinismo destacado pelo destino, mas guiada pelo dinamismo do cotidiano tecido nas vivências do vir-a-ser.

Nesses 15 anos bem vividos, os acontecimentos que lhe marcam o perfil são aqueles plasmados na ousadia e na coragem, essas duas âncoras que lastreiam as grandes ideias. Mas, as grandes ideias se sustentam na força da ação, na arrebentação do eu volitivo, na sua inquietação.

¹ Coulanges, Fustel. A cidade antiga. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 13.

A Fama tem a sua singularidade, tal qual a marca individual que assinala a criatura e o que a caracteriza, o que a define e delinea-se pelo testemunho de seu corpo discente, docente e da comunidade em geral. É dizer, a sua natalidade é o evento em si, que a torna singular.

A filósofa contemporânea Hannah Arendt, que acentua a natalidade como pressuposto fundamental de seu pensamento, tem na singularidade de cada homem uma expressão em desenvolvimento, que não nasce pronta, mas que é construída no fluir da sua existência².

A academia é a sede, por excelência, do pensar e a Fama tem essa nota distintiva, ao se assumir como ambiência da prática reflexiva, que se vivifica na constante preocupação de seus dirigentes com a qualidade de suas práticas docentes. E, nessa peleja, a Fama repete Sócrates, para quem de nada vale uma vida sem pensar³.

O compromisso da Fama é com o pensar e o agir, porque “o pensar acompanha o viver quando se envolve com conceitos como justiça, felicidade e prazer, essas palavras que designam coisas invisíveis e que explicam o significado de tudo o que acontece em nossa vida e quando estamos vivos”⁴.

Nessa busca, a que Sócrates chama de *eros*, esse tipo de amor que é antes de tudo, uma falta, já que não se deseja o que se tem, esse tipo de amor é o que move a Fama: o amor pela felicidade, pela sabedoria e pela justiça. Nesse sentido, a construção da Fama afigura-se com o seu devir, na incessante busca de um mundo onde a felicidade tenha lugar cativo e onde cada um de nós seja narrador de si mesmo nos quatro graus descritos por Dulce Critelli⁵:

“Ser narrador de si mesmo é um árduo aprendizado. Porque age e fala sobre o que faz, o agente dos atos se ilude quanto ao poder narrar-se. Ser agente dos próprios atos e falar deles é apenas o primeiro nível em que transcorre nosso existir. O segundo nível é poder ser expectador de si mesmo, de seu agir. O terceiro é narrar-se. O quarto é aquele onde a narração nos conduz: podemos julgar a nós mesmos, mediante análise e

² Arendt, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 34.

³ Platão. Apologia de Sócrates. Belém: editora ufpa. 2015, p. 143.

⁴ Arendt, Hannah. A dignidade da política. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1993, p. 160.

⁵ Critelli, Dulce Mara. História pessoal e o sentido da vida: historiobiografia. São Paulo: educ fapesp, 2016, p. 38.

*reflexão sobre o alcance e as consequências de nosso agir
sobre os outros e sobre o mundo em que vivemos”.*

O banquete é para todos!

São Paulo, primavera de 2018.

Prof^a Dr^a Rosangela Cipriano dos Santos

Presidente da Mantenedora da Faculdade da Amazônia

Sobrevivência e desempenho de pinus em função da utilização de polímeros hidroretentores

Salmom Batista de Farias⁶

Jonatás Batista de Farias⁷

Weslei Ortiz Ribeiro⁸

Resumo - A aplicação do Gel Hidroretentor é uma alternativa de manejo em espécies florestais por auxiliar na redução da frequência do volume de água usado na irrigação, aumentando a taxa de sobrevivência das mudas no campo e reduzindo a evaporação de água no solo. Objetivou-se com este trabalho avaliar o crescimento, desenvolvimento e a umidade no solo (na cova) do *Pinus elliottii* em função da utilização de diferentes tipos de gel Hidroretentor Hydroplan-EB. O delineamento experimental utilizado foi em blocos casualizados com três tratamentos (Testemunha, gel Hidroplan-EB HyB e gel Hidroplan-EB HyC) e cinco repetições. A espécie florestal avaliada foi o *Pinus elliottii* da var. *elliottii*. As variáveis avaliadas foram: Evaporação, Ramificação, altura de planta, diâmetro de caule e sobrevivência das mudas a campo. Com os dados obtidos foi feita a análise estatística, utilizando-se o teste de Tukey a 5% de probabilidade. Os resultados obtidos demonstraram que houve diferença significativa para a variável evaporação. Os tratamentos com géis apresentaram melhor capacidade de retenção de umidade no solo em relação à testemunha. As demais variáveis não diferiram estatisticamente.

Palavras-chave: *Pinus elliottii*; gel hidroretentor; desenvolvimento; absorção; crescimento.

Abstract - The application of the Hidroretentor Gel is an alternative of management in forest species by helping to reduce the frequency of the volume of water used in irrigation, increasing the survival rate of the seedlings in the field and reducing the evaporation of water

⁶Bacharelado em Agronomia (Faculdade da Amazônia); Licenciatura em Pedagogia (AVEC); Pós graduação em supervisão, orientação e gestão escolar com ênfase em psicologia (Santo André) – E-mail: salfarias12@gmail.com

⁷ Aluno do curso de Agronomia da Faculdade da Amazônia. - E-mail: jonatas84584741@gmail.com

⁸ Docente da Faculdade da Amazônia; Engenheiro Florestal; Mestre em Ciência florestal e ambiental. – E-mail: weslei_ortiz@yahoo.com.br

in the soil. The objective of this paper was to evaluate the growth, development and humidity in the soil (in the pit) of *Pinus elliottii* due to the use of different types of Hidroplan-EB gel. The experimental design was a randomized block with three treatments (Witness, Hidroplan-EB HyB gel and Hidroplan-EB HyC gel) and five replications. The evaluated forest species was *Pinus elliottii* var. *elliottii*. The variables evaluated were: Evaporation, Branching, plant height, stem diameter and survival of field seedlings. With the obtained data the statistical analysis was done, using the test of Tukey to 5% of probability. The results showed that there was a significant difference for the evaporation variable. The treatments with gels had better moisture retention capacity in the soil in relation to the control. The other variables did not differ statistically.

Keywords: *Pinus elliottii*; hidrotentor gel; developments; absorption; growth

Introdução

O *Pinus* possui um número muito grande de espécies cultivada no mundo, no Brasil é conhecido pelo nome popular de pinheiro e possuem mais de 100 espécies. Em 1960, o pinus começou a ser plantado em escala comercial, para a produção de madeira utilizada pelo setor industrial. Portanto, os plantios mais extensos foram nas Regiões Sul e Sudeste, onde a indústria de celulose e papel utilizava a espécies *Pinus taeda* e o *Pinus elliottii* para madeira serrada e extração de resina (EMBRAPA, 2014).

Atualmente no Brasil a área plantada de pinus é de 7,74 milhões de hectares segundo levantamento feito em 2014. Desse total, 42,4% está localizada no Paraná e 34,1% em Santa Catarina, que tem uma produtividade média de 31 m³/ha/ano (IBÁ, 2015).

Quando se deseja fazer a implantação da cultura em áreas de reflorestamentos ou na formação de área florestal deve-se atentar à restrição da época de plantio às épocas chuvosas, ou plantios que fiquem vulneráveis à estiagem, mesmo em épocas de chuva, os chamados veranicos (VALE et al., 2006).

Uma alternativa para essas situações é o plantio com o polímero hidrotentor, conhecido como gel Hydroplan-EB, que surgiu no mercado como um produto inovador, utilizado pelos agricultores como forma de reduzir a irrigação ou em áreas que o período de chuva seja curto. A adição de hidrogéis no solo otimiza a disponibilidade de água, reduz as

perdas por percolação e lixiviação de nutrientes, melhora a aeração e drenagem do solo, acelerando o desenvolvimento do sistema radicular (AZEVEDO, 2002).

O plantio irrigado com gel agrícola hidratado foi a melhor ajuda que os produtores encontraram para vencer os prejuízos causados no plantio de mudas pela falta de umidade no solo e as alterações climáticas verificadas nos últimos anos. O hidrogel é injetado ao solo no momento do plantio, envolvendo o substrato da muda, disponibilizando água por muito mais tempo. A vida útil do gel no solo é de aproximadamente 2,5 anos (CÂNCIO, 2009).

As mudas plantadas com o hidrogel têm alta taxa de sobrevivência após o plantio, reduzindo com isso o replantio de mudas e diminuindo significativamente o período de irrigação, portanto ocasionando uma redução no investimento inicial que os produtores necessitaria fazer (BARTIERES et al., 2016).

Objetivou-se com este trabalho avaliar o crescimento, desenvolvimento e a umidade no solo (na cova) do *Pinus elliottii* em função da utilização de diferentes tipos de gel Hidroretentor Hydroplan-EB.

Material e Métodos

O experimento foi realizado no campo experimental da Faculdade da Amazônia, no setor Agrosilvipastoril, em Vilhena, Rondônia, no período de abril a setembro de 2017 (latitude 12° 43' 03" S, longitude W 60° 09' 07") e altitude média de 585 m. O clima segundo a classificação de Köppen é do tipo Awa, tropical quente e úmido com duas estações bem definidas.

O solo da área experimental foi coletado na profundidade de 0 - 20 cm e apresentou as seguintes características químicas $\text{pH}(\text{CaCl}_2) = 4,3$; $\text{Al} = 0,06 \text{ Cmolc dm}^{-3}$; $\text{Ca}+\text{Mg} = 1,6 \text{ Cmolc.dm}^{-3}$; $\text{K} = 0,02 \text{ Cmolc.dm}^{-3}$; $\text{P} = 1,54 \text{ Mg.dm}^{-3}$; Matéria Orgânica = $11,35 \text{ gdm}^{-3}$ e características físicas: areia = 502 g.kg^{-1} ; silte = 96 g.kg^{-1} e argila = 402 g.kg^{-1} .

Realizou-se a calagem na área do experimento 30 dias antes do plantio, foi utilizado 1,06 t/ha do calcário calcítico (PRNT 100%), elevando a saturação de base (SB) a 60%. As covas foram feitas com o perfurador de solo à gasolina modelo- PE3450HG que foi acoplado uma broca com 25 cm de diâmetro e 1 m de comprimento, no qual, a medida de cada cova é 0,25 m x 0,25 m x 0,50 m.

O delineamento experimental adotado foi de blocos casualizados (DBC) com três tratamentos sendo: 1) testemunha – sem uso de hidrogel; 2) Gel Hidroplan-EB HyB (Gel HYB); 3) Gel Hidroplan-EB HyB (Gel HYB) e cinco repetições - contendo quatro plantas por repetição, totalizando 60 mudas no experimento. A espécie florestal estudada foi clones de *Pinus elliottii* da variedade *elliottii*.

O plantio foi realizado com espaçamento de 2 m entre plantas e 2 m entre linhas, e área total de 20 m x 12 m.

Para o tratamento gel Hydroplan-EB de granulometria HyB: foram diluídos 15 g de gel em 300 mL de água para cada cova. A solução formada foi distribuída ao redor do substrato da muda no momento do plantio e posteriormente recoberto com solo acima do gel.

Para o tratamento gel Hydroplan-EB de granulometria HyC: foram diluídos 12 g de gel em 5000 mL de água, a solução formada foi colocada em balde e o substrato das mudas foram submergidos por 30 segundos na solução em seguida foi realizado o plantio.

A aplicação do produto foi realizada manualmente (na cova e na raiz), no momento do plantio da muda. Foi realizado o tratamento fitossanitário das mudas antes do plantio, com o inseticida a base de Imidacloprido conforme a recomendação de 0,75 g/l (BAYER, 2018). Realizou-se adubação de plantio com a formulação 06-30-06, na dose de 100 gramas por cova e adubação de cobertura 45 dias depois do plantio, adicionando 100 gramas por planta do formulado NPK 20-00-20 (SILVA; CASTRO; XAVIER, 2008).

O controle de pragas foi feito preventivamente a cada 15 dias, com o uso do inseticida a base de Imidacloprido (0,75 g/L), com o uso de pulverizador costal de 5 L com vazão: 1,2 L/min (0,32 gal/min) e pressão: 20,7 bar (300 psi).

As variáveis avaliadas foram: a) altura de planta - foram feitas medições no momento do plantio e no final do experimento (após 95 dias do plantio), utilizando trena com fita de aço de 3 metros com trava da Stantey para mensurar a altura das plantas; b) ramificações (galhos) - realizou-se a contagem de ramificações inicial e final (após 95 dias do plantio); c) diâmetro do caule - foram feitas medições no início e ao final do experimento a 1 cm do solo (após 95 dias do plantio), utilizou-se um paquímetro universal analógico; d) umidade na cova da planta - foi realizada a irrigação a cada cinco dias (com 04 litros de água por cova, com auxílio de regador), após 45 minutos foi realizada a medição da umidade na cova com auxílio do aparelho Three-Way Meter; e) sobrevivência das mudas em campo - foi realizada contagem do número de plantas após 10 dias do plantio verificando a mortalidade das mudas em campo.

Os dados coletados foram submetidos a análise de variância ($P < 0,05$), através do teste Tukey no qual foram comparados as médias dos tratamentos pelo programa estatístico Sisvar (FERREIRA, 2011).

Resultados e Discussão

Com os resultados obtidos nas condições citadas acima, as mudas de *Pinus elliottii* variedade *elliottii* demonstrou diferença significativa ($P < 0,05$) (Tabela 1), somente para a característica de evaporação (retenção de água no solo) nos tratamentos que possuíam o hidrogel, pois o mesmo exerce esta função no solo, no qual dificulta a evaporação e facilita o armazenamento da água no solo, provenientes da precipitação da chuva e da irrigação realizada nas mudas.

Tabela 1 - Resumo da análise de variância para evaporação (EVP), número de ramificações (RAM), altura de planta (AP), diâmetro do caule (DC) e sobrevivência (SBV)

FV	Quadrado médio					
	GL	EVP	RAM	AP	DC	SBV
Tratamento	2	3,46*	1,73 ^{ns}	3,20 ^{ns}	0,052 ^{ns}	0,06 ^{ns}
Resíduo	12					
Média		4,56	5,45	11,29	0,51	4
CV(%)		3,13	36,33	31,56	17,28	0

* Significativo ($P \leq 0,05$); ^{ns} Não significativo pelo teste F de probabilidade, respectivamente.

Ao analisar os tratamentos avaliados (Tabela 2), verificou-se efeito significativo para evaporação. Observou-se que a testemunha apresentou maior evaporação de água sendo que os tratamentos gel HYC e HYB (e) reteve maior quantidade de água na cova com média de 25,96% de água em comparação com o tratamento 1.

Tabela 2 - Valores médios evaporação/utilização da água na cova (planta), números de ramificações (galha) da planta, altura de planta, diâmetro do caule da planta e sobrevivência da muda a campo

Tratamento	EVP	RAM	AP	DC	SBV
Gel HYC	4,01 a	5,30 a	11,85 a	0,53 a	4,00 a
Gel HYB	4,17 a	6,10 a	10,57 a	0,47 a	4,00 a
Testemunha	5,52 b	4,95 a	12,05 a	0,53 a	4,00 a

* Médias seguidas de mesma letra minúscula na coluna não diferem pelo teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade.

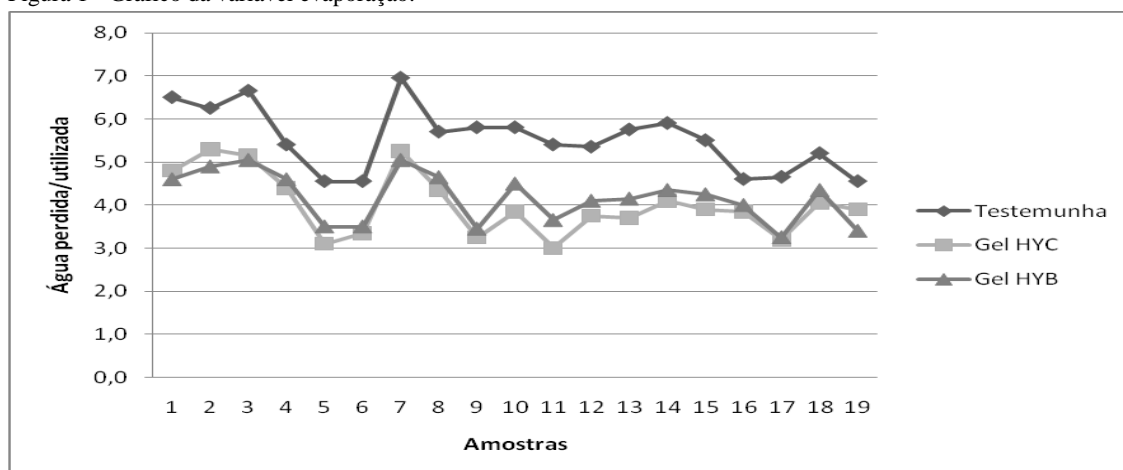
As variáveis de altura de planta, ramificações, diâmetro do caule e sobrevivência das mudas a campo não houve resultado significativo a ($P < 0,05$), resultado semelhante foram obtidos por Castro et al. (2010), que não verificaram incremento significativo nas plantas de pinus, na característica sobrevivência na dose recomendada pelo fabricante (250 ml) em relação as outras doses utilizadas de hidrogel.

Monteiro (2014) trabalhando com 11 espécies nativas do Cerrado, observou que o hidrogel não demonstrou resultado significativo no estabelecimento e no crescimento das mudas nos diferentes tratamentos. Estes resultados corroboram com resultados obtidos por Filho et al. (2010), que não observaram diferenças significativas para as características de sobrevivência, altura total das plantas e do diâmetro do coleto nos tratamentos com hidrogel e a testemunha no clone de *Eucalipto Urograndis*.

Segundo Souza et al. (2017), observaram que não houve diferença significativa no crescimento em altura do eucalipto, no diâmetro da planta em decorrência da aplicação de hidrogel no seu experimento.

A figura 1 demonstra que ao longo do experimento ocorreu maior eficiência de retenção de água nas mudas que possui o gel hidrotentor, se comparado ao tratamento Testemunha.

Figura 1 - Gráfico da variável evaporação.



Fonte: Autor

Segundo Vicente et al. (2015) pesquisando sobre a evaporação de água, verificou que houve diferença significativa ($P < 0,05$), no qual o polímero hidrotentor possibilita o retardamento dos sintomas de déficit hídrico em mudas de *Eucalyptus dunnii*, sendo maior sua influência quando a irrigação é efetuada em menor frequência.

Conclusões

Os tratamentos HYC e HYB demonstraram ineficiência em relação às características avaliadas altura de plantas, sobrevivência de mudas em campo, ramificações e diâmetro de caule nessa variedade de pinus.

Entanto os tratamentos com hidrogeis (HYC e HYB) se mostraram eficientes para a característica de evaporação, no qual os tratamentos que possui o hidrogel ocorreram maior retenção de água no solo ($P < 0,05$).

Referências

- AZEVEDO, T. L. F.; BERTONHA, A.; GONÇALVES, A. C. A. Uso de Hidrogel na Agricultura. **Revista do Programa de Ciências Agro-Ambientais**, Alta Floresta, v. 1, n. 1, p. 23-31, 2002.
- BARTIERES, E. M. M.; CARNEVALI, N. H. de S.; LIMA, E. de S.; CARNEVALI, T. O.; MALLMANN, V. Hidrogel, calagem e adubação no desenvolvimento inicial, sobrevivência e composição nutricional de plantas híbridas de eucalipto. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 36, n. 86, p. 145-152, 2016.
- BAYER. **Ficha técnica evidence** ® **700 WG**. Disponível em: <https://www.environmentalscience.bayer.com.br/-/media/PRFBrazil/Product%20Labs%20PDF/Ficha%20tecnica/Evidence%20700%20WG_Ficha%20Tecnica_.a shx>. Acesso em: 2 mar. 2018.
- CÂNCIO, J.. **Gel Hidroretentor é Hydroplan EB**. 2009. Disponível em: <<http://www.agroinsumos.com.br/links/pro>
- duto/pdf/reportagem_funcionamento_hydroplan.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- CASTRO, F. da. S.; PEZZOPANE, J. E. M.; PEZZOPANE, J. R. M.; CECÍLIO, R. A.; XAVIER, A. C. Zoneamento agroclimático para espécies do gênero Pinus no estado do Espírito Santo. **Floresta**, v. 40, n. 1, p. 235-250, 2010.
- EMBRAPA. **Cultivo do Eucalipto**. Embrapa Florestas. Sistema de Produção, 5. ISSN 1678-8281. Versão Eletrônica Jun./2014. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Eucalipto/Cultivo do Eucalipto/index.htm>. Acesso em: 10 de Junho de 2018.
- FERREIRA, D. F. Sisvar: Um sistema computacional de análise estatística. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 35, n. 6, p.1039-1042, 2011.

FILHO, R. H. V.; BRAZ, R. L.; SILVA, A. G. AVALIAÇÃO DA SOBREVIVÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INICIAL DE MUDAS DE EUCALIPTO COM UTILIZAÇÃO DE POLÍMEROS ABSORVENTES. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO. 14., 2010, Espírito Santo. **Resumo Eletrônico**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (IBÁ). **Relatório anual 2015**. Brasília: IBÁ, 2015. Disponível em: <http://iba.org/images/shared/Biblioteca/IBA_RelatorioAnual2015_.pdf>. Acesso em: 05 de nov., 2017.

MONTEIRO, M. M. **Efeito do hidrogel em plantios da mudas nativas do cerrado para recuperação de área degradada pela mineração no distrito federal**. 2014. 90 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais-Faculdade de

tecnologia universidade de Brasília - UnB, DF, 2014.

SILVA, J. C.; CASTRO, V. R.; XAVIER, B. A. **Cartilha do fazendeiro florestal**, 2º edição, Viçosa – MG, 2008.

SOUZA, D. M. S. C.; NOVAES, A. B.; PINTO, L. R. Efeitos do gel hidrorretentor na sobrevivência e crescimento inicial de mudas de eucalipto. **Revista Educação Agrícola Superior**; v. 31, n. 2, p. 60-64, 2017.

VALE, G. F. R.; CARVALHO, S. P.; PAIVA, L. C. Avaliação da eficiência de polímeros hidrorretentores no desenvolvimento do cafeeiro em pós-plantio. **Coffee Science**, v.1, n.1, p.7, p.13, 2006.

VICENTE, M. R.; MENDES, A. A.; SILVA, N. F. Uso de gel hidrorretentor associado à irrigação no plantio do eucalipto. **Revista Brasileira de Agricultura Irrigada**. Fortaleza; v. 9, n. 5, p. 344-349, 2015.

Desempenho de três cultivares de rúcula em cultivo semi-hidropônico

Geisilene Ribeiro Schmoeller⁹

Jhonatan Monteiro de Oliveira¹⁰

Resumo - O sistema semi-hidropônico é uma técnica que combina substrato inerte e solução nutritiva, requer menor quantidade de água e energia elétrica sendo uma alternativa para a produção de hortaliças. Objetivou-se com esse trabalho avaliar o desempenho de três cultivares de rúcula no cultivo semi-hidropônico, no município de Sapezal/MT. O delineamento experimental foi o inteiramente casualizado com três tratamentos e 10 repetições. Os tratamentos testados foram as cultivares *Apresiasi*, *Bella* e *Cultivada*. O experimento foi conduzido em canos de PVC preenchidos com substrato de matéria orgânica mais esterco bovino curtido, no município de Sapezal/MT, no período de fevereiro a abril de 2018. As variáveis agronômicas analisadas foram massa fresca da parte aérea, massa fresca das raízes, massa fresca total e número de folhas, avaliadas individualmente aos 30 dias após o transplante. As Cultivares *Apresiasi* e *Cultivada* foram superiores no cultivo semi-hidropônico e apresentaram valores próximos entre as variáveis avaliadas sendo indicadas nesse sistema de cultivo em Sapezal-MT.

Palavras-chave: *Eruca sativa* Miller; hortaliça; substrato.

Performance of arugula cultivars in semi-hydroponic cultivation

Abstract - The semi-hydroponic system is a technique that combines inert substrate and nutrient solution, requires less water and electrical energy being an alternative for the production of vegetables. The objective of this paper was to evaluate the performance of three cultivars of arugula in the semi-hydroponic cultivation, in the municipality of Sapezal/MT. The experimental design was a completely randomized design with three treatments and 10

⁹ Agrônoma pela Faculdade da Amazônia. - E-mail: geiseagro@hotmail.com

¹⁰ Docente da Faculdade da Amazônia; Agrônomo; Mestre em Agonomia. - E-mail: jhonatan25monteiro@gmail.com

replicates. The cultivars evaluated were *Apreciatta*, *Bella* and *Cultivada*. The experiment was conducted in PVC pipes filled with substrate of organic matter plus tanned bovine manure, in the municipality of Sapezal / MT, from February to April 2018. The agronomic variables analyzed were fresh shoot mass, fresh root mass, total fresh mass and number of leaves, evaluated individually at 30 days after transplanting. The cultivars *Apreciatta* and *Cultivada* were superior in the semi-hydroponic cultivation and presented close values between the evaluated variables being indicated in this system of cultivation in Sapezal-MT.

Keywords: *Eruca sativa* Miller; greenery, productivity; substrate.

Introdução

A rúcula (*Eruca sativa* Miller) é considerada uma hortaliça herbácea, pertencente da família Brassicaceae, originária da região Mediterrânea e Oeste da Ásia. Desde o final da década de 1990 essa hortaliça tem ganhado espaço no cardápio da população brasileira, e nos canteiros dos horticultores nacionais. Essa planta é mais cultivada nas regiões frias do país, no entanto a rúcula tem apresentado uma boa adaptação ao cultivo de verão, cujas temperaturas são mais elevadas (COSTA et al., 2012).

Apresenta rico conteúdo nutricional, como sais minerais (Ca, Fe, K, Mn e P), proteínas, rica em antioxidantes como vitaminas A, C e K. Para os olericultores, a rúcula também apresenta características importantes em nível econômico, como ciclo curto, alta produção por área e ampla aceitabilidade pelo mercado consumidor (AMORIM et al., 2007).

Com a alta demanda na produção de hortaliças, houve um aumento da necessidade no aprimoramento de técnicas que possibilitem a obtenção de um produto de melhor qualidade, interferindo em modificações importantes nos sistemas de produção de hortaliças. Alguns dos sistemas utilizados para o cultivo de hortaliças são o convencional, o hidropônico e o semi-hidropônico, que apresentam características diferenciadas na produção (ALVES et al., 2012).

O sistema semi-hidropônico é uma alternativa para a produção, já que reduz o uso de energia elétrica pelo seu funcionamento em nível, ajuda na economia de água consumida quando comparada ao sistema convencional, devido ao uso substrato inerte que mantêm a umidade por um prazo maior, sendo de suma importância no crescimento e produção das hortaliças. Os substratos comerciais têm sido bastante utilizados pelos produtores e tem apresentado bons resultados para o desenvolvimento das espécies, inclusive de rúcula

(ENSINAS et al., 2011).

A hidroponia orgânica é uma técnica complementar à agricultura orgânica: ela valoriza ainda mais o alimento, deixando-o mais rico em nutrientes e reduz o uso de defensivos agrícolas. O cultivo traz como vantagem a ocupação de um espaço menor para cultivo, produção de hortaliças o ano todo, monitoramento das propriedades do solo, onde o substrato serve como parâmetro indicativo sobre qual nutriente não está sendo utilizado e qual a planta necessita.

Logo o objetivo deste trabalho foi avaliar o desempenho das cultivares de rúcula no cultivo semi-hidropônico, no município de Sapezal/MT.

Material e Métodos

O experimento foi realizado no município de Sapezal, estado do Mato Grosso, entre os meses de fevereiro a abril de 2018. Nas coordenadas geográficas 12°59'22" S e 58°45'51" W com 370 m de altitude.

O delineamento experimental utilizado foi o inteiramente casualizado, com três tratamentos, compostos pelas cultivares de rúcula, sendo: T1= *Apresiasi*, T2= *Bella* e T3= *Cultivada*, com dez repetições (cada planta representando uma repetição), totalizando 30 plantas avaliadas. Cada delineamento foi composto por uma bancada de cultivo preenchida com substrato orgânico constituídos por matéria orgânica + esterco bovino, irrigados uma vez ao dia no tempo de 2h, através de canais ligados no reservatório com 100 L de solução nutritiva pesados em balança de precisão, dissolvidos numa pequena quantidade de água, e posteriormente inserido no reservatório.

Tabela 1- Características das cultivares de rúculas estudadas

Cultivares	Grupo	Formato	Sabor	Colheita (Dias)
<i>Apresiasi</i>	Folha larga	Larga e ondulada	Suave	40 - 50
<i>Bella</i>	Selvática	Estreito e serrilhado	Picante	40 - 50
<i>Cultivada</i>	Cultivada	Larga a média e recortada	Suave	40 - 50

Para a solução nutritiva foi usado um formulado pronto contendo os nutrientes expostos na Tabela 2.

Tabela 2- Relação de nutrientes para preparar a solução básica nutritiva para a cultura da rúcula no cultivo semi-hidropônico

N	P	K	Mg	S	B	Cu	Mo	Mn	Zn	Fe	Ca
g 1000L ⁻¹											
141,1	59,4	184,8	21,7	28,4	0,366	0,066	0,462	0,32	0,132	1,5	92,15

A semeadura foi realizada no dia 19 de fevereiro de 2018, em bandeja de isopor preenchidas com substrato comercial, com três sementes em cada célula a uma profundidade de 1 cm. O início da germinação ocorreu ao quarto dia após a semeadura (DAS). O transplante das mudas para as canaletas de tubos PVC de 75 mm de diâmetro, já com substrato inerte presente, ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2018, quando as plantas apresentavam duas folhas definitivas por planta, e cerca de sete dias após a semeadura (DAS). As mudas foram dispostas em seis fileiras de 3 m, com espaçamento de 0,25 cm entre plantas e orifício de 5,0 cm de diâmetro.

Para obtenção dos dados de análise, foram coletadas 10 plantas ao acaso de cada cultivar, após os 30 dias de transplante no período da manhã. Em seguida foram analisadas as variáveis agrônômicas: número de folhas (NF), massa fresca da parte aérea (MFPA), foi determinado colhendo as plantas ao acaso dentro de cada parcela, com a massa determinada em balança, sendo os valores estimados em gramas (g), massa fresca das raízes (MFR) foi determinado colhendo as plantas ao acaso dentro de cada parcela, com a massa determinada em balança, sendo os valores estimados em gramas (g), massa fresca total (MFT) foi determinado colhendo as plantas ao acaso dentro de cada parcela, com a massa determinada em balança, sendo os valores estimados em gramas (g).

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância pelo programa computacional Sistema para Análise de Variância – SISVAR (FERREIRA, 2008), e as médias, dentro de cada grupo, comparadas a 5% de probabilidade no teste Tukey.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos pela análise de variância indicaram que dos três tratamentos testados no sistema de cultivo, apenas o T2 (cultivar Bella), na variável de massa fresca da raiz (MFR) apresentou resposta significativa (Tabela 3).

Tabela 3 - Resumo da análise de variância do desempenho de cultivares de rúcula em sistema semi-hidropônico, Sapezal/MT, 2018

FV	Quadrado médio				
	GL	MFPA	MFR	MFT	NF
Tratamento	2	2,112213 ^{ns}	0,172390 ^{**}	3,766643 ^{ns}	1,733333 ^{ns}

Resíduo	27	1,095862	0,014077	1,268921	1,11111
CV (%)		32,51	36,06	31,77	15,35

** Efeito significativo pelo teste de F ao nível de 5% de probabilidade. ^{ns} Não significativo.

As cultivares de rúcula não apresentaram diferença significativa para variável de massa fresca da parte aérea (MFPA) em relação ao seu desenvolvimento no cultivo semi-hidropônico (Tabela 4). Entretanto, os tratamentos T1 (Apreciatta) e T3 (Cultivada) quando observados na média sobressaíram a cultivar T2 (Bella) com 0,8 g. Esses resultados ocorreram, possivelmente, devido à diferença arquitetônica das plantas, uma vez que a Cultivar Bella apresenta folhas estreitas enquanto as demais apresentam folhas largas, fato que refletiu na massa fresca das folhas.

No estudo realizado por Santos et al (2011) avaliando cultivares de rúcula em sistema hidropônico verificaram que a cultivar Bella apresentou menor MSPA quando comparada as demais cultivares que apresentam folhas largas corroborando aos resultados da presente pesquisa.

Tabela 4 - Médias das variáveis agrônômicas sobre o desempenho de cultivares de rúcula em sistema semi-hidropônico, Sapezal/MT, 2018

Tratamentos	MFPA	MFR	MFT	NF
	g			
Apreciatta	3,48 a	0,44 a	4,09 a	6,40 a
Bella	2,68 a	0,18 b	2,88 b	7,20 a
Cultivada	3,48 a	0,35 a	3,66 ab	7,00 a

Massa fresca da parte aérea (MFPA); Massa fresca da raiz (MFR); Massa fresca total (MFT); Número de folhas (NF). Médias seguidas da mesma letra na coluna não diferem entre si pelo teste de Tukey (p<0,05).

Para massa fresca das raízes (MFR) (Tabela 4) as cultivares *Apreciatta* e *Cultivada* se sobressaíram em relação a *Cultivar Bella*, variando entre 0,35 e 0,44, respectivamente. Os valores obtidos para MFR para as cultivares *Apreciatta* e *Cultivada* foram inferiores obtidos por *Jardina et al. (2017)* em cultivo semi-hidropônico em *Altamira-PA*.

Para massa fresca total (MFT) no desenvolvimento de cultivo semi-hidropônico a *Cultivar Appreciatta* foi superior a *Cultivar Bella*, entretanto, igualou-se significativamente a *Cultivar Cultivatta* (Tabela 4). Logo, pode-se observar que quanto maior a MFR maior foi a MFPA mostrando-se uma relação direta entre essas duas variáveis no cultivo semi-hidropônico. A capacidade de absorção dos nutrientes influencia diretamente no sistema radicular, deste modo, quanto maior o tamanho das raízes, máxima será a possibilidade de absorver os nutrientes imprescindíveis para o seu desenvolvimento. Segundo *Prado (2008)* a absorção é influenciada por fatores externos e internos, ligados à própria planta, que podem modificar a velocidade de absorção, podendo alterar sua eficiência.

A rúcula caracteriza-se por apresentar crescimento inicial lento, tendo máxima exigência nutricional no final do ciclo. De acordo com Grangueiro et al. (2011), é o período que coincide com a maior demanda nutricional da cultura e o momento em que a planta atinge o máximo de área foliar.

O número de folhas (NF) de rúcula não diferiu significativamente entre os tratamentos testados esses resultados foram inferiores aos obtidos por Jardina et al. (2017) que verificaram valores de 20 e 22 folhas para as Cultivares *Apiciatta* e *Cultivada*.

Para Alves et al. (2012) a avaliação da quantidade de folhas por planta é de extrema importância, por ser a parte da planta mais avaliada pelo consumidor no momento da compra da hortaliça. Por esse motivo o cultivo semi-hidropônico em ambiente protegido possibilita boas condições para o desenvolvimento das hortaliças e uma produção de maior eficácia.

De acordo com Martins et al. (2009), o aumento de área foliar deve-se a diferença na distribuição e no consumo de foto assimilados para expansão foliar. Salientando assim, que a suculência foliar tem implicações fisiológicas, que aumentam a capacidade da planta no armazenamento de água.

De acordo com Prado (2008), a produtividade é o fator principal para determinar o lucro de um empreendimento agrícola. Desta forma, é necessário que a cultura seja bem nutrida, já que a produção é determinada diretamente pela sua condição nutricional.

Conclusão

As Cultivares *Apiciatta* e *Cultivada* foram superiores no cultivo semi-hidropônico em Sapezal/MT e apresentaram valores próximos entre as variáveis avaliadas.

Referências

- ALVES, R. F.; LINHARES, P. C. F.; PEREIRA, M. F. S.; FILHO, J. L.; SOUSA, A. J. P.; PAIVA, A. C. C. Desempenho agrônomico da rúcula sob diferentes proporções de jitrana e flor-de-seda em sistema orgânico. **Revista Agropecuária Científica no Semi-Árido**, v. 8, n. 4, p.107-112, 2012.
- AMORIM, H. C.; HENZ, G. P.; MATTOS, L. M. Identificação dos tipos de rúcula comercializados no varejo do

Distrito Federal. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Hortaliças**, v. 34, p.1-13, 2007.

COSTA, A. G; CHAGAS, J. H; PINTO, J. E. B. P & BERTOLUCCI, S. K. V. Crescimento vegetativo e produção de óleo essencial de hortelã-pimenta cultivada sob malhas. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 47, n. 4, p. 534- 540, 2012.

ENSINAS, S. C; JUNIOR, M. T. M; ENSINAS, B. C. Desenvolvimento de mudas de rúcula em diferentes combinações de substrato. **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**, v. 18, n. 1, p. 1-7. 2011.

FERREIRA, D. F. SISVAR: um programa para análises estatísticas e ensino de estatística. **Revista Symposium**, v.6, p.36-41, 2008.

GRANGUEIRO, C. C.; FREITAS, F. C. L. de; NEGREIROS, M. Z. de; MARROCOS, S. de T. P.; LUCENA, R. R. M. de; OLIVEIRA, R. A. de. Crescimento e acúmulo de nutrientes em coentro e rúcula. **Revista Brasileira de Ciências Agrárias**, v. 6, n. 1, p. 11-16, 2011.

JARDINA, L. L.; CORDEIRO, C. A. M.; SILVA, M. C. C.; SANCHES, A. G.;

ARAÚJO JÚNIOR, P. V. Desempenho produtivo e qualidade de cultivares de rúcula em sistema semi-hidropônico. **Revista de Agricultura Neotropical**, v. 4, n. 1, p. 78-82, 2017.

MARTINS, J. R.; ALVARENGA, A. A.; CASTRO E. M.; SILVA, A. P. O; OLIVEIRA, C.; ALVES, E. Anatomia foliar de plantas de alfavaca-cravo cultivadas sob malhas coloridas. **Ciência Rural**, v. 39, n. 1, p. 234-242, 2009.

PORTO, J. S.; AMORIM, Y. F.; REBOUÇAS, T. N. H; LEMOS, O. L.; LUZ, J. M. Q.; COSTA, R. Q. Índice SPAD e crescimento do tomateiro em função de diferentes fontes e doses de nitrogênio. **Scientia Plena**, v. 10, n. 11, p. 1–8, 2014.

PRADO, R. M. Absorção Iônica Radicular: Fatores internos e externos que afeta a absorção de nutrientes pela raiz. In: PRADO, R M. (Ed.). **Nutrição de Plantas**. 1. ed. São Paulo-SP: UNESP. p58. 2008.

SANTOS, O. S; MELO, E.F.R.Q.; BASSO, D.P.; MENEGAES, J.F.; FILHO, A.C.; FILIPETTO, J. E.; LUZ, R. Produção de cinco cultivares de rúcula em duas soluções hidropônicas. **Bras. Agrociência**, v. 17, n. 4, p. 468-472, 2011.

SCHMOELLER, Geisilene
Ribeiro; OLIVEIRA, Jhonatan Monteiro
de. Desempenho de três cultivares de rúcula
em cultivo semi-hidropônico. **Revista**

Científica Tribus da Amazônia, Vilhena,
v. 1, n. 1, p.8-14, out./jan. 2018.
Quadrimestral

Produção de mudas de tomateiro cereja sob diferentes substratos à base de drilocompostagem

Jonatás Batista de Farias¹¹

Weslei Ortiz Ribeiro¹²

Resumo - Os compostos orgânicos produzidos por minhocas detritívoras é denominado por drilocomposto ou por húmus, podendo ser utilizado como componentes de substratos. O objetivo deste trabalho foi avaliar o desenvolvimento de mudas de tomateiro em função da utilização de substratos à base de drilocompostagem. O experimento foi conduzido no município de Vilhena-RO, no período de novembro de 2017 a março de 2018. O delineamento experimental utilizado é blocos casualizados com quatro tratamentos e cinco repetições. Os tratamentos testados foram: substrato comercial (testemunha), substrato à base de casca de café, substrato à base de casca de arroz e substrato à base de casca de urucum. Na drilocompostagem foram utilizadas caixas de plástica de 50 L /a proporção dos materiais utilizado para a formação do substrato foi de 1:2:2 (10 litros de solo, 20 litros de esterco de aves e 20 litros de material de cada tratamento). Foram utilizadas 50 minhocas por caixa que permaneceram na por 60 dias. A cultivar de tomate Cereja testada foi à Carolina. As variáveis avaliadas foram: Altura de plantas, diâmetro de colmo e comprimento das raízes. Foi realizado o teste de Tukey a 5% de probabilidade pelo programa estatístico Sisvar. Os substratos com casca de arroz, urucum e de café foram superiores para produção de mudas de tomate cereja em relação ao substrato comercial. Os substratos obtidos pela drilocompostagem são mais baratos do que o comercial além de ser obtidos na propriedade do agricultor.

Palavras-chave: húmus; vermicompostagem; casca de café; casca de urucum; casca de arroz

Production of seedlings of cherry tomatoes under different substrates based on dilicomposting

Abstract - The organic compounds produced by detritivorous earthworms are called by dyococomposite or by humus, and can be used as components of substrates. The objective

¹¹ Aluno do curso de Agronomia da Faculdade da Amazônia. - E-mail: jonatas84584741@gmail.com

¹² Docente da Faculdade da Amazônia; Engenheiro Florestal; Mestre em Ciência florestal e ambiental. – E-mail: weslei_ortiz@yahoo.com.br

of this paper was to evaluate the development of tomato seedlings as a function of the use of substrates based on drilocomposting. The experiment was conducted in the municipality of Vilhena-RO, from november 2017 to march 2018. The experimental design was a randomized block with four treatments and five replicates. The treatments tested were: commercial substrate (control), substrate based on coffee husk, substrate based on rice husk and substrate based on rind of urucum. In the 50 d plastic boxes the proportion of materials used for substrate formation was 1: 2: 2 (10 liters of soil, 20 liters of poultry manure and 20 liters of material of each treatment). Fifty earthworms per box were used which remained in the soil for 60 days. The cherry tomato cultivar tested went to Carolina. The evaluated variables were: Plant height, stalk diameter and root length. The Tukey test was performed at 5% probability by the statistical program Sisvar. The substrates with rice husk, urucum and coffee were superior for production of cherry tomatoes in relation to the commercial substrate. The substrates obtained by the drilocompost are cheaper than commercial substrates besides being obtained from the farmer's property.

Keywords: humus; vermicomposting; coffee bark; urucum shell; rice husk

Introdução

O tomate (*Lycopersicon esculentun*) é a segunda principal hortaliça produzida no mundo para consumo *in natura* (FAO, 2014). Nos últimos 20 anos a produção mundial tem aumentando de maneira considerável. Essa hortaliça destaca-se no ponto de vista econômico e social, pela alta produção e pela geração de empregos de maneira direta e indiretamente (BARROS et al., 2014; GUERRA et al., 2014). Além de ser fonte de vitamina A e C e de licopeno (SANTOS et al., 2015).

O tomate cereja é uma das variedades de tomate de maior popularidade em todo o mundo por apresentar sabor adocicado e tamanho reduzido. Esse tomate apresenta propriedades fitoquímicas importantes, como o alto teor de antioxidantes. A variedade Carolina se mostra promissora comercialmente, com uma boa média de produção de frutos comerciais e disponibilidade de fornecedores de sementes (GUILHERME et al., 2014).

No Brasil, nota-se um crescente interesse dos produtores pelo cultivo de hortaliças em substratos (FERNANDES et al., 2006). Segundo ainda esses autores vários materiais podem ser utilizados como substratos para plantas, tais como, turfa, areia, isopor, espuma fenólica,

argila expandida, perlita, vermiculita, casca de arroz, casca de pínus, fibra da casca de coco, serragem, entre outros.

As funções exercidas pelos substratos na planta são: manutenção mecânica sistema radicular, sustentação da planta, suprimento de nutrientes, água e oxigênio, entre outras funções importantes. Portanto é fundamental conhecer as melhores misturas para a fabricação de substratos de boa qualidade, mas as informações sobre a melhor mistura de substrato e a microbiota contidas nele são muito escassas (SUMIDA et al., 2014).

Para ter mudas de tomate de qualidade o substrato tem que possuir uma boa circulação de ar, capacidade de armazenamento de água e alta quantidade de nutrientes para facilitar o desenvolvimento do sistema radicular (PEREIRA et al., 2009).

A drilocompostagem é a decomposição feita por minhocas a um determinado resíduo, no qual o produto final desse processo é chamado de húmus, que é ótimo adubo orgânico e que supri as necessidades nutricionais para ao desenvolvimento de uma cultura (EMBRAPA, 2015). Esse processo possui a vantagem de acelerar a decomposição de resíduos orgânicos e a descompactação desses resíduos, resulta em maior aeração no solo e facilita o desenvolvimento do sistema radicular das plantas (ECYCLE, 2015).

Os substratos obtidos pela drilocompostagem são mais baratos quando comparados com os comerciais e apresentam vantagens por serem obtidos na propriedade. Entretanto, ainda existem dúvidas de quais materiais devem ser usados nessa técnica para obtermos húmus de boa qualidade. Diante disso, objetivou-se com este trabalho avaliar o desenvolvimento de mudas de tomate cereja sob diferentes substratos produzidos via drilocompostagem em Vilhena-RO.

Material e Métodos

O experimento foi conduzido no município de Vilhena-RO, localizada 12° 45' 33"S e 60° 8' 23"W, com altitude média de 585 metros. No período de novembro de 2017 a março de 2018. O clima segundo a classificação de Köppen é do tipo Awa, tropical quente e úmido com duas estações bem definidas.

O delineamento experimental utilizado é blocos casualizados (DBC) com quatro tratamentos e cinco repetições. Os tratamentos testados encontram-se na tabela 1.

Tabela 1. Tratamentos testados no experimento

Tratamentos	Material
Testemunha	Substrato comercial recomendado para a cultura do tomate.
Casca de arroz	Substratos produzidos a partir da drilocompostagem usando agentes condicionantes casca de arroz.
Casca de urucum	Substratos produzidos a partir da drilocompostagem usando agentes condicionantes casca de urucum.
Casca de café	Substratos produzidos a partir da drilocompostagem usando agentes condicionantes casca de urucum.

Na produção da drilocompostagem foram utilizadas caixas de plástico de 50 l de coloração preta envoltas por manta térmica e sistema de drenagem para o excesso de umidade. A proporção dos materiais utilizado para a formação do substrato foi de 1:2:2 (10 litros de solo, 20 litros de esterco de aves e 20 litros de material condicionante citados anteriormente). Foram utilizadas 50 minhocas vermelhas californianas (*Eisenia foetida*) por caixa. As caixas foram armazenadas em local de sombra e bem arejadas, para evitar a morte ou a fuga das minhocas, no qual permaneceram 60 dias para que ocorresse a decomposição de todo o material pelas minhocas.

O solo utilizado no experimento apresentou as seguintes características: Química: PH (CaCl₂)= 4,3; P (Mg/dm³)= 1,54; K (Mg/dm³)= 7,82; K (Cmolc/dm³)= 0,02; Ca + Mg (Cmolc/dm³)= 1,6; Ca (Cmolc/dm³)= 1,2; Mg (Cmolc/dm³)= 0,4; Al (Cmolc/dm³)= 0,06; H (Cmolc/dm³)= 2,8; H + Al (Cmolc/dm³)= 2,86. Física: Areia= 50,2%; Silte= 0,96%; Argila= 40,2% e Micronutrientes: Zn (Mg/dm³)= 0,6; Cu (Mg/dm³)= 0,7; Fe (Mg/dm³)= 113,4; Mn (Mg/dm³)= 1,54; B (Mg/dm³)= 0,52; S (Mg/dm³)= 4,27.

O substrato comercial utilizado foi o Carolina Soil e possuía as seguintes características: Condutividade elétrica: 1,5 dS/m diluição (1:5) variação 0,1 dS/m, pH: 5,65 variação de 0,25 ; CRA (capacidade de retenção de água): 51% em volume - Porosidade total: 76% - Densidade em umidade de 50%: 220 kg.m⁻³ (umidade 50%) - CTC: 1200 mmolc dm⁻³; - Composição física: Sphagnum 70%, palha de arroz torrefada 20%, perlita 10%. Macro e micro (solúvel – solubilizado em água) = 0,64 g/L de substrato 10% N – (2% amoniacal, 8% nitrato); 20% P₂O₅; 24% K₂O; 0,02% B; 0,05% Cu; 0,25% Fe (70% quelatizado); 0,08% Mn (80% quelatizado); 0,01% Mo; 0,05% Zn Fertilizantes fosfatados a) Yoorin master 1S = 2,2g/L; b) Yoorin K = 1,7g/L; c) Super simples = 1,2g/L.

A cultivar de tomate cereja testada foi à Carolina. A semeadura das sementes foi realizada no dia 23 de Janeiro de 2018. Os recipientes utilizados foram vasos descartáveis de 500 ml. Em cada vaso foram semeadas três sementes e aos 10 dias após a emergência foi

realizado um desbaste deixando uma planta por vaso. A irrigação foi realizada três vezes na semana (de maneira a atender a necessidade da planta).

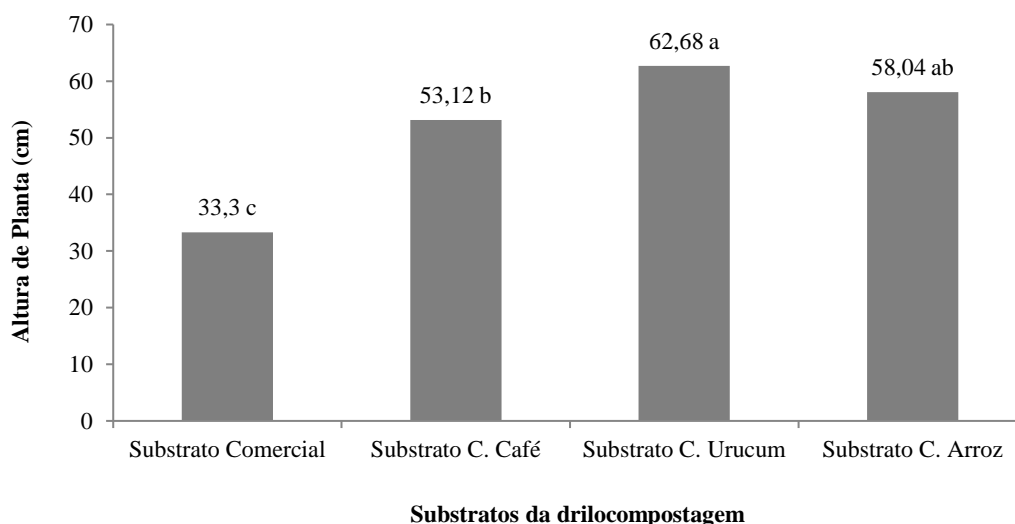
Após 45 dias da semeadura das mudas, realizou a avaliação das seguintes variáveis: a) altura da planta: utilizou-se uma Trena Laser 30 metros TLM100 - STHT77410 - STANLEY e os dados expressos em cm; b) diâmetro do caule: foi feito a medição na altura do colo da planta com auxílio de um paquímetro universal analógico e os dados expressos em cm; c) comprimento da raiz: as plantas foram retiradas dos vasos e foi feita a lavagem para a retirada do substrato para realizar as medições com o auxílio da Trena Laser 30 metros TLM100 - STHT77410 – STANLEY e os dados expressos em cm.

Os dados coletados foram submetidos a análise de variância ($P < 0,05$), através do teste Tukey no qual foram comparados as médias dos tratamentos pelo programa estatístico Sisvar (FERREIRA, 2011).

Resultados e Discussão

As mudas de tomateiro Cereja apresentaram diferença significativa para todos os tratamentos testados para todas as características avaliadas. Os substratos produzidos pela drilocompostagem foram superiores ao substrato comercial (Figuras 1, 2 e 3).

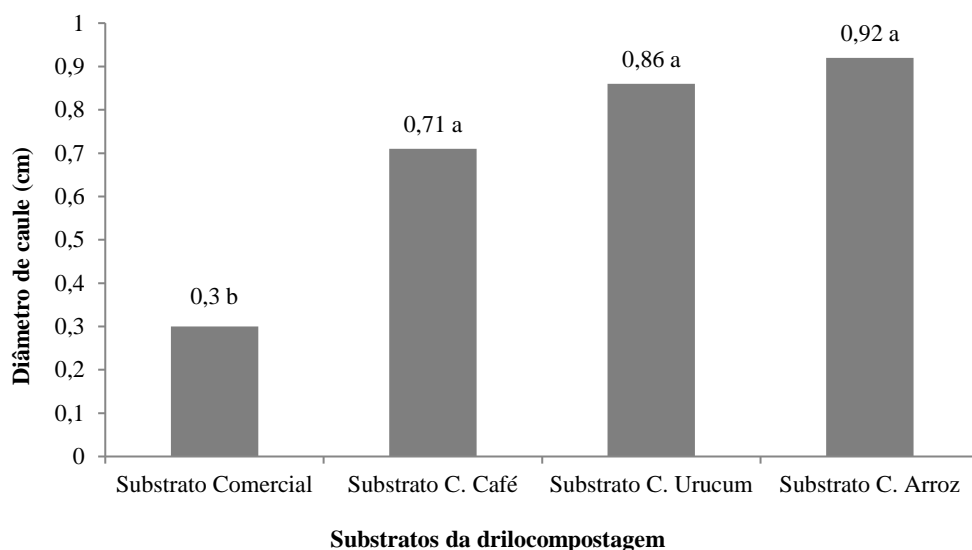
Figura 1 – Altura de plantas de tomate cereja cv. Carolina cultivadas em diferentes substratos oriundos da drilocompostagem aos 45 dias após a semeadura



CV (%): 9,61

* Médias seguidas das mesmas letras não diferem pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade

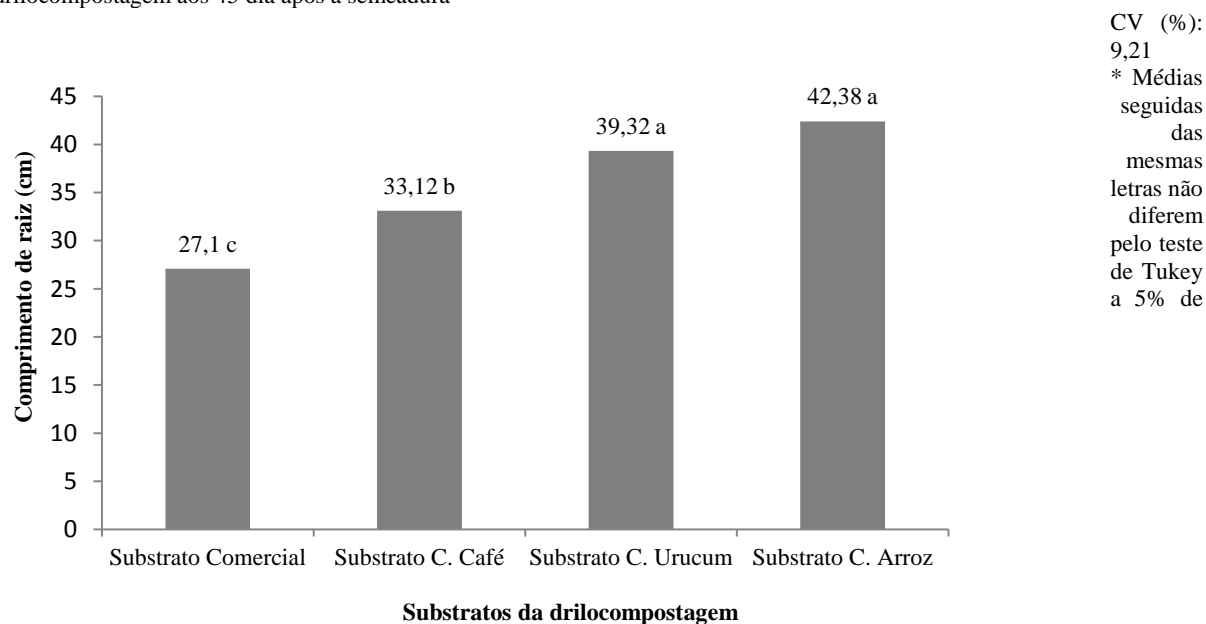
Figura 2 – Diâmetro do caule de tomate cereja cv. Carolina cultivada em diferentes substratos oriundos da drilocompostagem aos 45 dias após a semeadura



CV (%): 17,81

* Médias seguidas das mesmas letras não diferem pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade.

Figura 3 – Comprimento de raízes de tomate cereja cv. Carolina cultivadas em diferentes substratos oriundos da drilocompostagem aos 45 dias após a semeadura



CV (%): 9,21

* Médias seguidas das mesmas letras não diferem pelo teste de Tukey a 5% de

probabilidade.

Os melhores resultados obtidos no experimento, em relação às características de altura da planta, diâmetro do caule e comprimento da raiz foram com o substrato com a casca de arroz para ambas as características avaliadas, nos quais os substratos à base de casca de urucum e de café demonstraram ser mais eficientes em relação ao substrato comercial (Figura 1, 2, 3). Possivelmente, as mudas de tomateiro apresentaram melhor desempenho por esses substratos produzidos a partir da drilocompostagem, terem uma boa aeração e maior disponibilidade e capacidade de retenção de água (RODRIGUES, 1994), além de serem mais ricos em nutrientes mineralizados.

Resultados semelhantes foram obtidos por Junior (2015), com duas cultivares de tomate que apresentaram incremento significativo nas mudas, com o uso de substrato à base de casca de café e de arroz para as características altura da planta e diâmetro do caule quando comparado com o substrato comercial.

Pesquisa feita por Santos et al. (2015), com o uso de substratos alternativos na produção de mudas de tomateiro cv. Drica, onde avaliaram o número de folhas, altura da planta, diâmetro do caule, comprimento de raiz, massa seca da parte aérea e massa seca da raiz, constataram que as mudas produzidas nos substratos alternativos apresentaram desempenho superior na maioria das características avaliadas, quando comparado com o substrato comercial.

Oliveira et al. (2013), estudando a cultura do tomateiro verificaram que o uso dos substratos à base de drilocompostagem apresentaram plantas com características superiores. Outras pesquisas realizadas com couve (BICCA et al., 2011), mamoeiro formosa (ARAÚJO et al., 2013), maracujazeiro (MINOSSO, 2015) e na berinjela e pimentão (FERREIRA et al., 2014), demonstraram que o uso de substratos oriundos da drilocompostagem foram superiores nessas culturas.

Com o processamento do material orgânico pelas minhocas, ocorrer a liberação de maiores quantidades de nutrientes (N, P, K, Ca e Mg) pela mineralização, deixando-os disponíveis para as plantas. Desse modo explica-se a superioridade dos substratos provenientes desse processo quando comparados com o substrato comercial (SINHA et al., 2013).

Conclusões

Os substratos com urucum e casca de arroz obtidos pela drilocompostagem, foram superiores para produção de mudas de tomate cereja.

Os substratos com casca de arroz, urucum e de café, obtidos pela drilocompostagem, foram superiores para produção de mudas de tomate cereja quando comparado com o substrato comercial.

Referências

ARAÚJO, A. C. de; ARAÚJO, A. C. de; DANTAS, M. K. L.; PEREIRA, W. E.; ALOUFA, M. A. I. Utilização de substratos orgânicos na produção de mudas de mamoeiro Formosa. **Revista Brasileira**

de **Agroecologia**, v. 8, n. 1, p. 210-216, 2013.

BARROS, P. C. S.; COSTA, A. R.; SILVA, P. C.; COSTA, R. A. Torta de filtro como biofertilizante para produção de mudas de tomate industrial em diferentes substratos.

Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v.9, n.1, p. 265-270, 2014.

BICCA, A. M. O.; PIMENTEL, E.; SUNE, L.; MORSELLI, T. B. G.; BERBIGIER, P. Substratos na produção de mudas de couve híbrida. **Revista da FZVA**, v. 18, n. 1, p. 136-142, 2011.

ECYCLE. **Vermicompostagem: conheça as vantagens dessa técnica que reduz o lixo orgânico**. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/component/content/article/67-dia-a-dia/2532-o-que-e-vermicompostagem-passo-a-passo-dicas-como-fazer-compostagem-caseira-minhocas-minhocario-composteira-domestica-apartamento-vantagens-reciclagem-sustentavel-lixo-organico-adubo-natural-onde-encontrar-comprar-adquirir.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

EMBRAPA. Minhocultura e vermicompostagem: interface com sistemas

de produção, meio ambiente e agricultura de base familiar / Joézio Luiz dos Anjos, Adriana Maria de Aquino, Gustavo Schiedeck, (ed.). – Brasília, Embrapa, 2015. Disponível em: <<https://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00084750.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Statistical Yearbook 2014**. ROMA: FAO, 2014.

GUILHERME, D. O.; PINHO, L.; CAVALCANTI, H. F. M. C. COSTA, C.C.; ALMEIDA, A.C. Análise sensorial e físico-química de frutos tomate cereja orgânicos. **Revista Caatinga**, v. 27, n. 1, p. 181 – 186, 2014.

FERNANDES C; CORÁ J.E; BRAZ L.T. Alterações nas propriedades físicas de substratos para cultivo de tomate cereja, em função de sua reutilização. **Horticultura Brasileira**, n. 24: p.94-98, 2006.

Ferreira, Daniel Furtado. Sisvar: a computer statistical analysis system. **Ciência e Agrotecnologia (UFLA)**, v. 35, n.6, p. 1039-1042, 2011.

FERREIRA, L. L.; ALMEIDA, A. E. da S.; COSTA, L. R. da; BEZERRA, F. M. S.; PORTO, V. C. N. Vermicomposto

como substrato na produção de mudas de berinjela (*Solanum melongena*) e pimentão (*Capsicum annumm*). **Holos**, Natal, v. 4, n. 8, p. 269-277, ago. 2014.

GUERRA, A. M. N. M.; FERREIRA, J. B. A.; COSTA, A. C. M.; TAVARES, P. R. F.; MARACAJÁ, P. B.; COELHO, D. C.; ANDRADE, M. E. L. Perdas pós-colheita em tomate, pimentão e cebola no mercado varejista de Santarém – PA. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v.10, n.3, p.08-17, 2014.

JUNIOR, F. S. S. **Substrato à base de drilocompostagem pode influenciar no desenvolvimento de mudas de tomateiro?**. 2015. 15 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Agronomia)-Faculdade da Amazônia, Vilhena, 2015.

MINOSSO, S. C. C. **Produção de mudas de maracujazeiro amarelo em substrato contendo vermicomposto de diferentes espécies de minhocas**. 2015. 50 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Centro de Ciências Biológicas e da Natureza, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2015.

OLIVEIRA, J. R.; XAVIER, F. B.; DUARTE, N. de F. Húmus de minhoca

associado a composto orgânico para a produção de mudas de tomate. **Revista Agroambiental**, v. 5, n. 2, p. 79-86, 2013.

PEREIRA, D. C.; COSTA, L. A. M.; COSTA, M. S. S. M.; MACCARI, S. B.; BERNARDI, F. M.; SANTOS, R. A.; LUZ, P. R. A. Substratos para mudas de tomateiro. **Anais... VI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA**. Curitiba, Nov. 2009.

RODRIGUES, A. G. **Sistema de produção para a cultura do tomate industrial no norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: EPAMIG, 5p. (Boletim técnico 42), 1994.

SANTOS, A. C. M.; CARNEIRO, J. S. S.; JUNIOR, J. M. F. Produção de mudas de tomateiro cv. Drica sob substratos alternativos. **Agropecuária Científica no Semiárido**, v. 11, n. 4, p. 01-12, 2015.

SINHA, R. K.; SONI, B. K.; AGARWAL, S.; SHANKAR, B.; HAHN, G. Vermiculture for organic horticulture: producing chemicalfree, nutritive e health protective foods by earthworms. **Agricultural Science**, v. 1, n. 1, p. 17-44, 2013.

SUMIDA, C. H.; PEITL, I. P.
ORSINI, D. C.; CANTERI, M. G. Substrato
adequado. **Cultivar: Opções ampliada**, v.
88, n. 1, p. 08-10, 2014.

FARIAS, Jonatás Batista de;
RIBEIRO, Weslei Ortiz. Produção de

mudas de tomateiro cereja sob diferentes
substratos à base de
drilocompostagem. **Revista Científica
Tribus da Amazônia**, Vilhena, v. 1, n. 1,
p.15-23, out./jan. 2018.

Qualidade de sementes de capim piatã submetidas a diferentes períodos de contato com fertilizantes NPK

Rafael Peter Jacobowski Geier¹³

Maylla Muniz Sprey¹⁴

Willian Pereira da Silva¹⁵

Elonha Rodrigues dos Santos¹⁶

Resumo - A mistura de sementes forrageiras com fertilizantes pode viabilizar a semeadura, além de ser uma prática adotada por agricultores. Porém, as informações encontradas ainda são insuficientes para determinar o período de contato entre sementes de braquiária com fertilizantes NPK, sem ocasionar prejuízos à germinação. Logo, objetivou-se avaliar os efeitos de duas formulações de NPK 04-14-08 e 10-10-10 em diferentes períodos de contato com as sementes de *Brachiaria brizantha* cv. Piatã quanto à qualidade fisiológica das sementes. O experimento foi realizado no Laboratório de Sementes da Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Nova Mutum durante o mês de abril de 2018. O delineamento adotado foi inteiramente casualizado em arranjo fatorial 2 x 6 sendo duas fontes de NPK (04-14-08 e 10-10-10) e seis períodos de contato das sementes da *Brachiaria brizantha* (0; 8; 16; 24; 48; 96 horas). As variáveis avaliadas foram: teor de água nas sementes, condutividade elétrica, germinação inicial e germinação final. A condutividade elétrica e teor de água nas sementes da Braquiária Piatã aumentaram gradativamente à medida que as sementes ficaram em contato com as formulações de NPK. A formulação NPK 10-10-10 proporcionou maior condutividade elétrica nas sementes e menor germinação inicial. Independente das formulações usadas o tempo máximo de contato com as sementes deve ser 16 horas, a partir deste período compromete o estande de plantas.

¹³ Engenheiro Agrônomo pela Faculdade da Amazônia (FAMA) – E-mail: rafael@fazbufalobranco.com.br;

¹⁴ Engenheira Agrônoma pela Faculdade da Amazônia (FAMA) e Mestranda em Agricultura no tropico úmido- INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) – E-mail: maylla_sprey@hotmail.com;

¹⁵ Docente da Faculdade da Amazônia; Agrônomo; Especialista em Gestão, Perícia e Auditoria Ambiental. E-mail: prof.agronomowillian@gmail.com;

¹⁶ Docente da Faculdade da Amazônia; Agrônoma; Doutora em Agronomia – E-mail: prof-elonha@fama-ro.com.br.

Palavras-chave: *Brachiaria brizantha*; qualidade fisiológica; forrageiras; emergência

Quality of seed of piatã grass submitted to different periods of contact with NPK fertilizers

Abstract - The mixture of forage seeds with fertilizers can make sowing feasible, besides being a practice adopted by farmers. However, the information found is still insufficient to determine the contact period between *Brachiaria* seeds with NPK fertilizers, without causing damage to germination. The objective of this study was to evaluate the effects of two formulations of NPK 04-14-08 and 10-10-10 on different periods of contact with *Brachiaria brizantha* cv. Piatã on the physiological quality of the seeds. The experiment was carried out in the Seeds Laboratory of the State University of Mato Grosso - Campus Nova Mutum during the month of April 2018. The design was completely randomized in factorial arrangement 2 x 6, two sources of NPK (04-14-08 and 10-10-10) and six contact periods of the seeds of *Brachiaria brizantha* (0; 8; 16; 24; 48; 96 hours). The evaluated variables were: seed water content, electrical conductivity, initial germination and final germination. The electrical conductivity and water content in the Piatã *Brachiaria* seeds increased gradually as the seeds became in contact with the NPK formulations. The NPK formulation 10-10-10 provided higher electrical conductivity in the seeds and lower initial germination. Regardless of the formulations used, the maximum time of contact with the seeds should be 16 hours, from this period it compromises the plant stand.

Keywords: *Brachiária brizantha*; physiological quality; forage; emergency

Introdução

O Brasil líder mundial na produção e consumo de braquiária, sendo a espécie mais utilizada a *Brachiaria brizantha*, dada a sua grande relevância em segunda safra, sua rusticidade e tolerância ao inverno seco. Ademais, é bastante utilizada após o plantio da soja semeada, em forma de plantio direto (PACHECO et al., 2008).

A semeadura da braquiária pode ser realizada antes, durante ou depois da semeadura do grão, uma vez que, se antecipada, a forrageira pode causar reduções significativas na produtividade do grão. Recomendando-se a implantação simultânea de grão e braquiária a fim de reduzir os custos (CECCON et al., 2013) e viabilizar o plantio, sendo a mesma misturada na

caixa de adubo da semeadora.

A estratégia de semeadura em conjunto com o fertilizante é uma técnica antiga, utilizada principalmente para implantação de pastagens, visando utilização do adubo como via de distribuição (SILVA et al., 2018).

O adubo aplicado para a cultura principal, na safra, também servirá para a forrageira, e como o desenvolvimento da cultura anual é rápido comparado com a forrageira, praticamente, não haverá competição entre as culturas. Assim, o desenvolvimento pleno a braquiária vai ocorrer após a colheita dos grãos da cultura anual, nesta fase o seu desenvolvimento acelera e deixando uma boa cobertura de solo para a próxima safra (PORTES et al., 2000).

Segundo Soratto et al. (2003) quando a semeadura ocorre logo após a mistura ao formulado o risco de danos na semente é menor, sendo a melhor alternativa para evitar depreciações nas sementes. O aumento do contato entre o fertilizante e as sementes pode causar prejuízos à germinação e ao vigor, dependendo do tipo de adubo utilizado, resultando em perdas econômicas decorrentes de menor estande inicial e consequente menor produção de forragem (AVELINO et al., 2018).

Em estudos realizados por Kluthcouski et al. (2003) foi observado que as sementes de *Brachiaria brizantha* quando misturadas com o NPK 4-14-8, podem ficar em contato por até 48 h, após este período começa a ocorrer danos a fisiologia das sementes, enquanto Mateus et al. (2007) identificaram um tempo máximo de contato com o NPK de 96 h e Lima et al. (2010) um período a partir de 12 horas para sementes do cultivar Marandu.

No Estado de Mato Grosso a maioria das propriedades rurais possuem extensas áreas de cultivo, considerando os imprevistos que podem ocorrer na época da semeadura como excesso de chuvas ou ainda quebra de máquinas ou implementos agrícolas o tempo de contato entre adubo e sementes pode aumentar significativamente. Dessa forma, conhecer o tempo em que as sementes de braquiária podem ficar em contato com as formulações NPK na caixa de adubo sem ocasionar prejuízos à germinação torna-se importante para que não haja danos no estande a campo.

Diante disso, objetivou-se avaliar os efeitos de duas formulações de NPK 04-14-08 e 10-10-10 em diferentes períodos de contato com as sementes de *Brachiaria brizantha* cv. Piatã quanto à qualidade fisiológica das sementes.

Material e Métodos

O experimento foi realizado no Laboratório de Sementes da Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Nova Mutum. O experimento foi realizado no mês de abril de 2018.

O delineamento experimental adotado foi inteiramente casualizado (DIC), em arranjo fatorial 2 x 6, totalizando 12 tratamentos. Sendo duas fontes de adubos NPK (04-14-08 e 10-10-10) e seis períodos de contato das sementes da *Brachiaria brizantha* com adubo (0, 8, 16, 24, 48 e 96 horas). A cultivar adotada foi a Piatã, pois é a mais utilizada na região Centro Oeste para consórcio com milho.

Para a mistura de NPK foi utilizado 29 kg de NPK para cada 0,25 kg de sementes, que segue a recomendação máxima de P₂O₅ para adubação de formação de pastagem de *B. brizantha* (RAIJ et al., 2001). As sementes com o NPK foram colocadas em sacos plásticos e mantidas no laboratório em temperatura ambiente até completar o período de contato correspondente para serem submetidas aos testes de teor de água, condutividade elétrica e germinação.

Para a avaliação do teor de água, foram retirados 100 g da mistura (sementes +NPK) e separadas de forma manual, as sementes do adubo para a realização do teor de água. Após a separação as sementes foram colocadas em estufa de secagem a uma temperatura de 105 °C por um período de 24 horas (BRASIL, 1992). Os dados foram expressos em miligrama de massa seca.

Para a análise de condutividade elétrica, foi utilizado 50 sementes por tratamento, onde as sementes foram pesadas e colocadas em copo plástico contendo 75 mL de água destilada. Em seguida foram colocadas em câmara de germinação por 24 horas a uma temperatura de 25 °C, posteriormente foi realizada a leitura do exsudado com o auxílio do condutivímetro e determinou-se o valor da condutividade a partir do peso inicial das sementes.

Para o teste de germinação foram separadas 150 sementes por tratamento e colocadas para germinar em papel germitest umedecido com água deionizada, na proporção de 2,5 vezes o peso do papel seco, posteriormente, colocados em câmara de germinação, sob temperatura de 30 °C e regulada com 8 h de luz e 16 h de escuro. A germinação inicial foi determinada ao quinto dia após a incubação, contabilizando o número de plântulas normais emergidas. A germinação final foi estabelecida no 10º dia após a incubação, contabilizando a porcentagem de plântulas normais.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de regressão a P<0,05 do programa Sisvar (FERREIRA, 2011). De acordo com a significância foram redigidos gráficos com auxílio do programa Excel 2013.

Resultados e discussão

Houve diferença significativa entre as formulações para a condutividade elétrica, enquanto para o tempo de contato houve diferença significativa para todas as variáveis avaliadas. Para a interação F x T, foi verificada significância apenas para a condutividade elétrica e germinação inicial (Tabela 1).

Tabela 1 - Análise conjunta da qualidade fisiológica de sementes de Braquiária Piatã em contato com dois formulados de NPK (4-14-08 e 10-10-10) em diferentes períodos. Nova Mutum – MT, 2018.

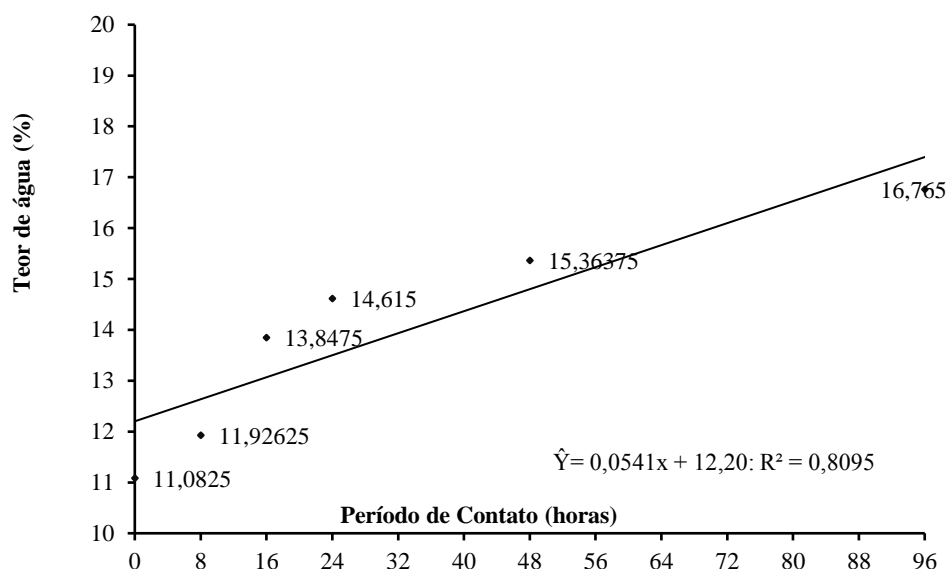
FV	Quadrado médio				
	GL	TA	CE	GI	GF
Formulados (F)	1	0,1875 ^{ns}	27,0000 ^{**}	3,52083 ^{ns}	3,62450 ^{ns}
Tempo (T)	5	35,3708 ^{**}	592,5988 ^{**}	3060,53 ^{**}	3169,10 ^{**}
F x T	5	0,4375 ^{ns}	17,2955 ^{**}	6,67083 ^{**}	3,25 ^{ns}
Erro	36	0,3263	0,369	1,368	1,98
Média		13,97	52,20	39,06	59,87
CV (%)		4,09	1,13	2,99	2,35

^{ns} não significativos; ^{**} significativo a $P \leq 0,01$, respectivamente, pelo teste F.

TA: teor de água nas sementes; CE: condutividade elétrica; GI: germinação inicial (%) e GF: germinação final (%).

Como efeito do tempo de contato das sementes com o adubo, os valores percentuais de teor de água (TA) aumentaram gradativamente conforme aumentou o período de contato. A maior absorção de água ocorreu de forma mais intensa até 24 h. Após esse período o teor de água continuou aumentando, porém de forma menos acentuada (Figura 1).

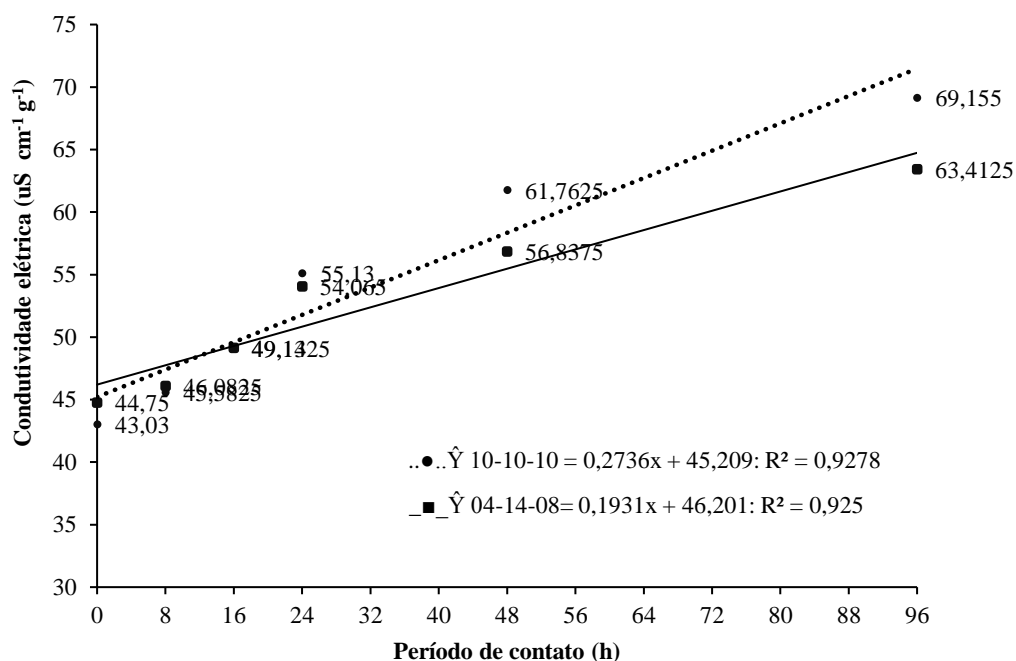
Gráfico 1 - Teor de água das sementes de Braquiária Piatã em contato com dois formulados de NPK (4-14-08 e 10-10-10) em diferentes períodos. Nova Mutum – MT, 2018.



Um dos efeitos negativos sobre o incremento nos teores de água é o aumento na atividade metabólica das sementes, proporcionando menor qualidade fisiológica, reduzindo assim, a viabilidade das mesmas (DAN et al., 2011). Resultados semelhantes foram observados por Lima et al. (2013), Matte et al. (2014) e Avelino (2018) onde constataram aumento do teor de água das sementes de *B. brizantha* conforme se prolongou o tempo de contato do adubo com as sementes.

Observou-se diferença significativa para F x T na condutividade elétrica (CE) das sementes indicando diferença entre as formulações e tempos testados. No desdobramento na Figura 2 foi possível observar uma interação linear para ambos os fertilizantes quanto ao período de contato com as sementes. Verificou-se ainda que não houve diferença entre as formulações até 24 h de contato. Porém, após esse período a formulação NPK 10-10-10 aumentou a CE e diferiu da formulação NPK 04-14-08. Do tempo zero às 96 h houve um aumento de 34,62% na CE para as sementes em contato com o NPK 10-10-10 e de 27,13% para as sementes em contato com o NPK 4-14-8. O que, possivelmente, pode ter contribuído para esse resultado foi a maior concentração de sais na formulação NPK 10-10-10 tanto de nitrogênio quanto de potássio.

Gráfico 2 - Condutividade elétrica das sementes de Braquiária Piatã em contato com dois formulados de NPK (4-14-08 e 10-10-10) em diferentes períodos. Nova Mutum – MT, 2018.



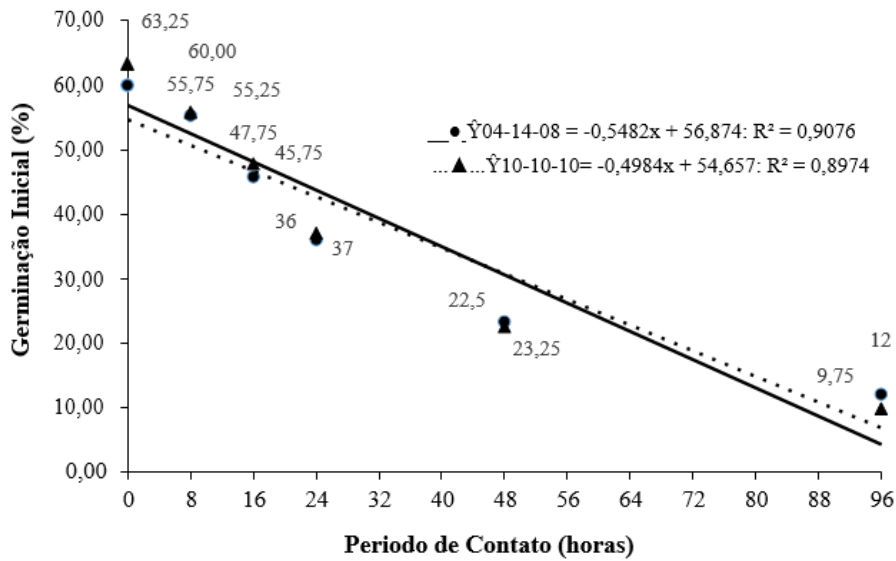
O período de contato das sementes com o NPK no primeiro período avaliado (8 horas), não houve efeitos nocivos, pois, os valores de CE observados foram praticamente análogos ao tempo zero.

Para Franca Neto et al. (1999) e Lima et al. (2010) o aumento da CE é um indicativo de efeito deletério do fertilizante no tegumento das sementes ocasionando escoamento dos eletrólitos contidos na reserva das sementes, logo na perda de vigor. Para Tavares et al. (2007) esse efeito deletério pode ser o responsável pelo aumento da absorção de água pelas sementes.

Os crescentes valores da CE observados (Figura 2) se relacionam com o aumento do teor de água das sementes (Figura 1) conforme o tempo de contato para ambos os fertilizantes. O efeito nocivo do fertilizante nas sementes ocasionou a crescente absorção de água pelas sementes de braquiária, devido ao efeito salino do NPK, o que favoreceu o aumento dos teores de água e CE.

Para germinação inicial das sementes (Figura 3), para a formulação NPK 10-10-10 no tempo zero 54,65% de germinação e, após 96 h de contato esse valor caiu para 9,75%, ou seja, uma redução de 82,16%. Já para o NPK 04-14-08, essa redução foi de 79%. Sendo assim, as sementes que ficaram em contato com o NPK 04-14-08 foram 3,16% superiores as que ficaram em contato com a formulação NPK 10-10-10.

Gráfico 3 - Germinação inicial de sementes de Braquiária Piatã em contato com dois formulados de NPK (4-14-08 e 10-10-10) em diferentes períodos. Nova Mutum – MT, 2018.

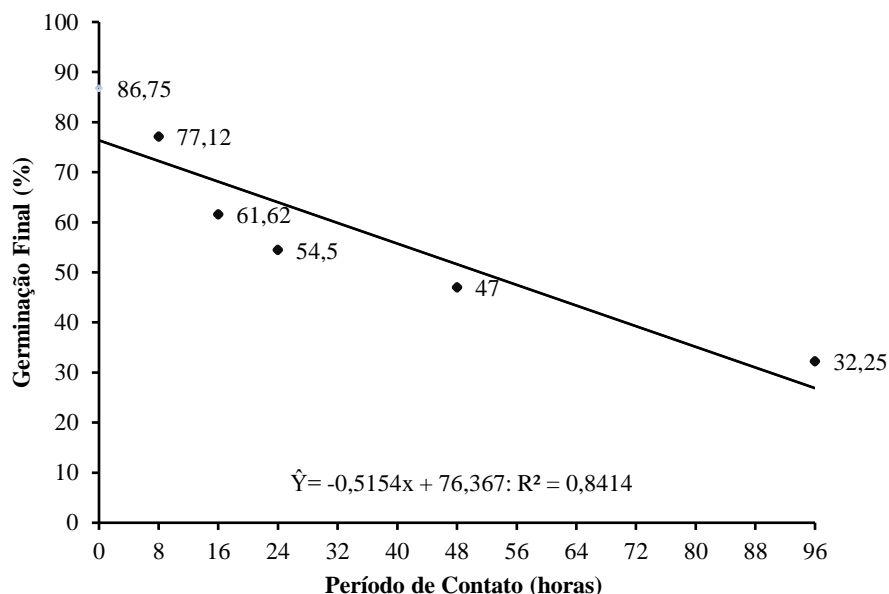


Essa redução na germinação inicial pode ser observada claramente na figura 3 onde há regressões lineares negativas. Resultados semelhantes para GI também foram obtidos por Matte et al. (2014).

A germinação inicial respondeu de forma inversa à CE e a teor de água, onde quanto maior TA e CE menor foi percentual de germinação inicial.

Para (GF) (Figura 4), assim como na GI, também foi observada redução dos valores à medida que aumentou o período de contato entre as sementes e a adubação. No período de 96 horas houve uma redução na germinação de 58% (de 76,36% para 32,25%). É importante destacar que as sementes testadas apresentavam percentuais aceitáveis pela Instrução Normativa N° 30 de 21 de maio de 2008 (BRASIL, 2008), em que a taxa de germinação mínima aceitável para o gênero *Brachiaria* é de 60%.

Figura 4 - Germinação final de sementes de Braquiária Piatã em contato com dois formulados de NPK (4-14-08 e 10-10-10) em diferentes períodos. Nova Mutum – MT, 2018.



Considerando a taxa de germinação mínima de 60%, verificou-se que até o período de 16 horas é possível manter o contato das sementes com o NPK, mantendo uma germinação satisfatória. Avelino et al. (2018) utilizando o formulado NPK 05-25-15 em sementes de *Brachiaria brizantha* no período de 96 horas, observaram uma redução de 46,48% na porcentagem da germinação. Esses valores foram inferiores aos encontrados na presente pesquisa que durante esse mesmo período de contato obteve um decréscimo de 58% na germinação.

A redução na GF também foi verificada por Lima et al. (2010) em experimento realizado com sementes de *Brachiaria brizantha* após contato com o NPK 4-14-8 por um período superior a 36 horas; e por Mateus et al. (2007) com efeito negativos na germinação das sementes de *B. brizantha* após 48 horas de contato com NPK.

Conclusões

O período de contato da adubação com as sementes de 96 h equivale há quatro dias e ocasionou uma perda de 65% à germinação final Braquiária Piatã. Em condições de laboratório o período máximo de contato das sementes, independente das formulações, deve ser de 16 horas, a partir deste intervalo de tempo compromete o estande final de plantas.

A condutividade elétrica e teor de água nas sementes da Braquiária Piatã aumentaram gradativamente à medida que as sementes ficaram em contato com as formulações de NPK.

A formulação NPK 10-10-10 proporcionou maior condutividade elétrica nas sementes

em menor germinação inicial.

Referências

AVELINO, A. C. D.; SILVA JUNIOR, C. A.; SANTANA, A. P. L. de; CAMPOS FILHO, J. B. de; CAMILI, E. C.; ABREU, J. G. de. Semeadura imediata de sementes de capim-marandu associadas ao fertilizante para germinação mínima em sistemas integrados. **Acta Iguazu**, v. 7, n.1, p. 75-86, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Instrução normativa Nº 30**. Diário Oficial da União. Brasília, DE 21 DE MAIO, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portaria nº 146**. Diário Oficial da União. Brasília, 15 de junho. p.7541, 1992.

CECCON, G.; BROGHI, E.; CRUSCIOL, C. A. C. Modalidades e métodos de implantação de consórcio milho-braquiária. In **CONSÓRCIO MILHO-BRAQUIÁRIA. Embrapa**, 1. ed., p. 27-46, 2013.

DAN, H. A.; DAN L. G. M.; BARROSO A. L. L., BRACCINI, A. L.; PICCININ, G. G. mistura de sementes de

brachiaria ruzizensis g.et e. com ureia visando à implantação do sistema de integração lavoura-pecuária. **Revista Caatinga**, v. 24, n. 4, p. 68-73, 2011.

FRANCA NETO, J. B.; KRZYZANOWSKI, F. C.; COSTA, N. P. Metodologia do teste de tetrazolio em sementes de soja. In: KRZYZANOWSKI, F. C.; VIEIRA, R. D.; FRANCA NETO, J. B. (Ed.). **Vigor de sementes: conceitos e testes**. Londrina: ABRATES, cap. 8, p. 1-28. 1999.

FERREIRA, D. F. Sisvar: Um sistema computacional de análise estatística. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 35, n. 6, p.1039-1042, 2011.

KLUTHCOUSKI, J.; AIDAR, H. Implantação, condução e resultados obtidos com o Sistema Santa Fé. Integração agricultura-pecuária. Santo Antônio de Goiás: **Embrapa Arroz e Feijão**, p. 407-441, 2003.

LIMA, E. V.; TAVARES, J. C. S.; AZEVEDO, V.R.; LEITÃO-LIMA, P.S.

Mistura de

sementes de *Brachiaria brizantha* com fertilizante NPK. **Ciência Rural**, v. 40, n. 2, p. 471-474, 2010.

LIMA, E. V.; TAVARES, J. C. S.; LEITÃO-LIMA, P. S.; PINHEIRO, D. P. Períodos de contato do fertilizante KCl na qualidade fisiológica de sementes de *Brachiaria brizantha* Stapf. Amazônia: **Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 8, n. 16, p. 53- 64, 2013.

MATTE, S. C. S.; PAULY, T.; MATTE, D. J.; OLIVEIRA, A. C. Qualidade fisiológica de sementes de *Brachiaria brizantha*, submetidas a diferentes tempos de contato com fertilizante. **Revista: Cultivando o Saber**, v.7, n 2, p. 141 – 151, 2014.

MATEUS, G. P.; BORGHI, E.; MARQUES, R. R.; VILLAS BOAS, R. L.; CRUSCIOL, C. A. C. Fontes e períodos de constato de fertilizantes e germinação de sementes de *Brachiaria brizantha*. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 31, n. 2, p. 177-183, 2007.

PACHECO, L. P.; PIRES, F. R.; MONTEIRO, F. P.; PROCÓPIO, S. O.; ASSIS, R. L.; CARMO, M. L.; PETTER, F.

A. Desempenho de plantas de cobertura em sobressemeadura na cultura da soja. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.43, n.7, p.815-823, 2008.

PORTES, T. A.; CARVALHO, S. I. C.; OLIVEIRA, I. P.; KLUTHCOUSKI, J. Análise do crescimento de uma cultivar de braquiária em cultivo solteiro e consorciado com cereais. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 35, n. 7, p. 1349-1358, 2000.

RAIJ, B.; ANDRADE, J. C.; CANTARELLA, H.; QUAGGIO, J. A. Análise química para avaliação da fertilidade de solos tropicais. Campinas, **Instituto Agrônomo**, p. 285, 2001.

SORATTO, R.P.; LIMA, E.V.; MAUAD, M.; BOAS, R.L. V.; NAKAGAWA, J. Sementes de painço misturadas com fertilizantes fosfatados. **Sci. Agric.**, v.60, p.573-579, 2003.

SILVA, D. C. B. da; OLIVEIRA, G. P. de; RAGONHA, E. P. Potencial fisiológico de CONVETtm HD364, em diferentes períodos de contato com adubo. **Revista Thema**, v. 15, n. 2, p. 531-838, 2018.

Sociedade Brasileira de Zootecnia.

TAVARES, J. C. S.; LIMA, E. V.; AZEVEDO, V. R.; SILVA, E. C., LIMA, P. S. L.; FERRO, J. P. Qualidade fisiológica de sementes de *Brachiaria brizantha* em função do tempo de mistura com o fertilizante NPK, visando a integração agricultura-pecuária. **Unesp- Jaboticabal**, julho, 2007.44^a Reunião Anual da

GEIER, Rafael Peter Jacobowski; SPREY, Maylla Muniz; SILVA, Willian Pereira da; SANTOS, Elonha Rodrigues dos. Qualidade de sementes de capim piatã submetidas a diferentes períodos de contato com fertilizantes NPK. **Revista Científica Tribus da Amazônia**, Vilhena, v. 1, n. 1, p.23-32, out./jan. 2018.

Características da produção de peixes no município de Vilhena, RO

Lucas Luan Santos da Silva Ferreira¹⁷

Ariane Evald¹⁸

Resumo - Objetivou-se com este trabalho caracterizar a produção de peixes no município de Vilhena, RO. A pesquisa foi realizada no município de Vilhena, localizando no Cone Sul do estado de Rondônia. O levantamento dos dados sobre a produção de peixes procederam-se através de questionários juntos aos produtores contemplando as seguintes variáveis: espécies cultivadas; origem dos alevinos; qualidade da água; principais compradores; características das espécies; e os fatores que afetam negativamente a lucratividade da piscicultura, sendo esta realizada nos meses de março a maio de 2018. Para a coleta de dados utilizou-se o diagnóstico rural participativo, com a participação de todos os grupos de interesse integrados pelos homens e mulheres envolvidos na atividade. Os dados foram analisados de forma qualitativa, agrupando-se as variáveis pesquisadas e construindo gráficos para demonstração dos resultados observados. As espécies mais produzidas em Vilhena, Rondônia são o tambaqui e o pintado, onde grande parte dessa produção é destinada ao abastecimento do mercado local e uma pequena parte enviada ao estado do Mato Grosso. Verificou-se que o principal limitante ao desenvolvimento da piscicultura no municípios é o alto valor da ração utilizada, o que tem onerado a produção.

Palavras-chave: comercialização, diagnóstico, mercado interno, piscicultura

Characteristics of fish production in the municipality of Vilhena, RO

Abstract - The objective of this work was to characterize fish production in the municipality of Vilhena, RO. The research was carried out in the municipality of Vilhena, locating in the Southern Cone of the state of Rondônia. Data collection on fish production was carried out through questionnaires together with producers, taking into account the following variables: cultivated species; origin of fingerlings; water quality; main buyers; species characteristics; and the factors that negatively affect the profitability of fish

¹⁷ Engenheiro Agrônomo pela Faculdade da Amazônia (FAMA) – E-mail: rafael@fazbufalobranco.com.br;

¹⁸ Docente da Faculdade da Amazônia; Agrônoma; Mestra em Agronomia – E-mail: arianeevald@gmail.com

farming, which is carried out from March to May 2018. For the data collection, the participatory rural diagnosis was used, with the participation of all the interest groups integrated by the men and women involved in the activity. The data were analyzed in a qualitative way, grouping the studied variables and constructing graphs to demonstrate the observed results. By means of the analysis the most produced species are tambaqui and the painted one and as far as the destination of the fish is the local supply and state of Mato Grosso. The main limitation of pisciculture of Vilhena, RO is the high value of the ration that has honored the production.

Keywords: marketing, diagnosis, internal market, fish farming

Introdução

O consumo de carne proveniente da piscicultura tem crescido ao longo do tempo à medida que se obtém mais conhecimentos sobre a vantagem em consumir alimentos mais saudáveis. A proteína do peixe é uma das mais solicitadas, devido a sua composição de aminoácidos essenciais para suprir as necessidades do organismo humano. É um alimento de fácil digestão e com baixo teor de gordura, rico em ácido graxo ômega 3, e ajuda no controle de doenças cardiovasculares e na redução do colesterol e triglicérides (SCHULTER; FILHO, 2017).

O Brasil tem grande destaque entre os países com maior potencial para a aquicultura em específico por sua disponibilidade hídrica, clima favorável e ocorrência natural de espécies aquáticas, embora a produção aquícola nacional ainda apresente números pequenos se comparada com os maiores produtores mundiais, como a China, a Índia, o Vietnã e a Indonésia (BRABO et al., 2016).

A maior parte da zona rural de Rondônia é fracionada em pequenas propriedades e em 80% dessas há a criação de bovinos sendo o Estado o maior produtor de leite da Região Norte. O setor agrícola está em contínuo crescimento em Rondônia, o qual vem obtendo destaque como polo de piscicultura, desde 2011 (KOLLN; KOLLN, 2018).

De acordo com Caetano (2013), a piscicultura já se destaca entre as três atividades que contribuem para a formação do PIB do estado de Rondônia. A composição do PIB é representada pela agropecuária 20,4%; indústria 14,6% e serviços 65%. Segundo dados do IBGE (2015) o estado de RO ocupa o primeiro lugar na produção peixes, com

a despesa de 84.491 toneladas de peixes, registrando um aumento de 12,6% em relação a 2014.

A atividade piscícola atua positivamente na economia do estado de Rondônia, à medida que arrecada Imposto Sobre Circulação de Mercado e Serviços (ICMS), e na geração de emprego e alimento para a população do estado (ALMEIDA et al., 2017). Ainda segundo o autor o ponto de vista do crescimento da atividade no Estado é impulsionado pela junção de pequenos produtores e empresários que acreditam na atividade em função da lucratividade.

O estado de Rondônia dispõe de um grande potencial para a piscicultura, com produção atual de 12 mil toneladas de pescado por ano, existem no estado mais de nove mil hectares de lâmina d'água em produção com as devidas licenças ambientais emitidas (CAETANO, 2013). Ainda segundo a autora os principais polos produtores são a região de Ariquemes, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Porto Velho, Vilhena e Ouro Preto.

A demanda por uma alimentação mais saudável e o aumento do poder aquisitivo da população proporcionou aumento na produção da piscicultura. Apesar da alta produção de pescado no Estado as informações sobre a produção de peixes ainda são escassas na literatura.

Com base na abordagem anterior, o presente trabalho visa caracterizar a produção de peixes em Vilhena, RO, com o intuito de destacar as espécies de peixes mais comercializadas no município, origem dos alevinos, qualidade da água, destino das espécies comercializadas, apontar as dificuldades encontradas pelos piscicultores quanto à comercialização e conhecer os principais fatores que afeta negativamente a lucratividade da piscicultura no município.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada no município de Vilhena, localizando no Cone Sul do estado de Rondônia, latitude: 12° 44' 26" S longitude: 60° 08' 45" W, o clima é classificado como Aw de acordo com Köppen, apresentando temperatura média anual de 20,8 °C e pluviosidade média de 1908 mm.

O levantamento dos dados sobre a produção de peixes se deu através de aplicação de questionários juntos aos produtores locais. Sendo este realizado nos meses de março a maio de 2018. Utilizou-se o método Diagnóstico Rural Participativo (DRP),

cuja característica é um processo de pesquisa e coleta de dados que pretende incluir as perspectivas de todos os grupos de interesse integrados pelos os homens e pelas mulheres (VERDEJO, 2006).

Para a operacionalização da pesquisa foi realizado contato com a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), escritório de Vilhena, RO onde foram levantadas informações sobre a quantidade de piscicultores do município e seus respectivos endereços. No total 32 piscicultores encontram-se registrados junto a EMATER, os quais se dedicam ao cultivo do pescado.

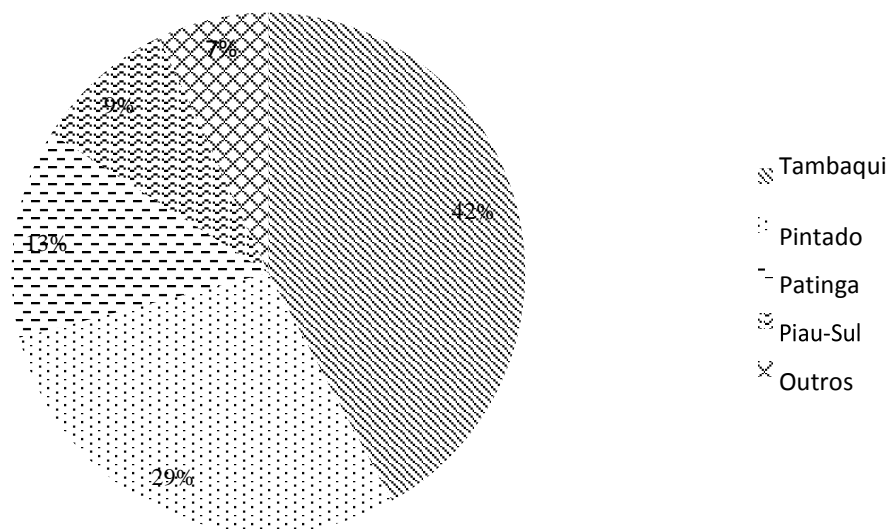
Foi elaborado um questionário pré-estruturado contendo questões relacionadas: as espécies cultivadas, origem dos alevinos, qualidade da água, principais compradores, características das espécies e os fatores que afeta negativamente a lucratividade da piscicultura. Em seguida esses foram aplicados no momento da visita realizada a 68,75% dos piscicultores do município.

Os dados foram analisados de forma qualitativa, agrupando-se as variáveis pesquisadas e construindo gráficos para demonstração dos resultados observados.

Resultados e Discussão

No município de Vilhena, RO as espécies de peixes mais comercializadas são o tambaqui e o pintado (figura 1), ambas nativas da região, que de acordo com os produtores apresentam boa aceitação no mercado da pesca esportiva e preterida por grande parte do mercado consumidor, em função da palatabilidade apresentada.

Figura 1. Espécies mais produzidas no município de Vilhena, RO

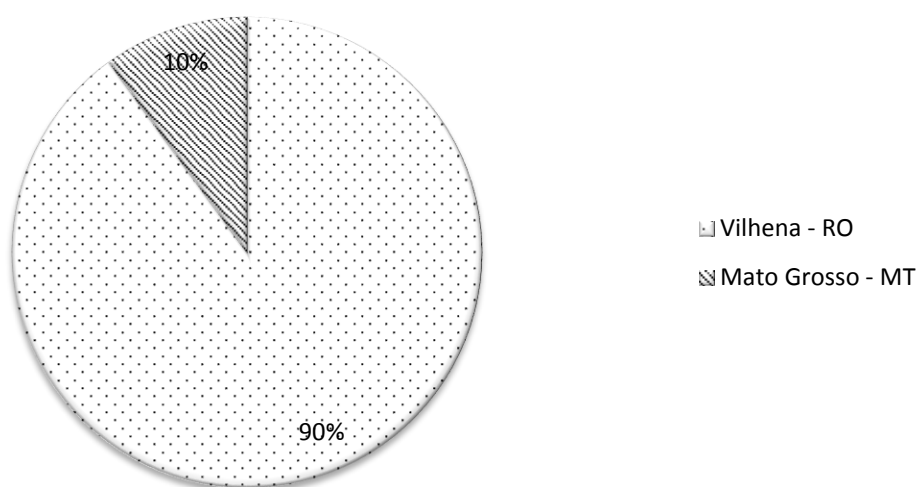


O tambaqui (*Colossoma macropomum*) é a principal espécie nativa cultivada no país, pois possui uma série de características zootécnicas favoráveis que fazem com que seu cultivo seja crescente e de grande importância econômica para a piscicultura nacional. São animais que, exigem pouca proteína, aproveitam bem os alimentos que são produzidos nos viveiros como os plânctons, e crescem rapidamente atingindo mais de 2 kg em menos de um ano de cultivo (RODRIGUES, 2014).

O pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) é um peixe de água doce de alto valor comercial, são bastante apreciados como espécie para mesa e pesca esportiva e contem características favoráveis para a criação de forma industrial como crescimento rápido, eficiente conversão alimentar, alto valor econômico, grande aceitação no mercado nacional, filé sem espinhos e com padrão para exportação (ROTTA, 2003).

O volume de peixe produzido pelos piscicultores tem como finalidade principal o abastecimento local (figura 2), onde 90% da produção é comercializada dentro do próprio município. Tal característica mostra o potencial que a atividade possui para expansão, uma prática visando esse crescimento seria o aumento da exportação para outras regiões, visto que apenas 10% da produção local é destinada para o estado do Mato Grosso, sendo que a principal forma de comercialização é o peixe vivo.

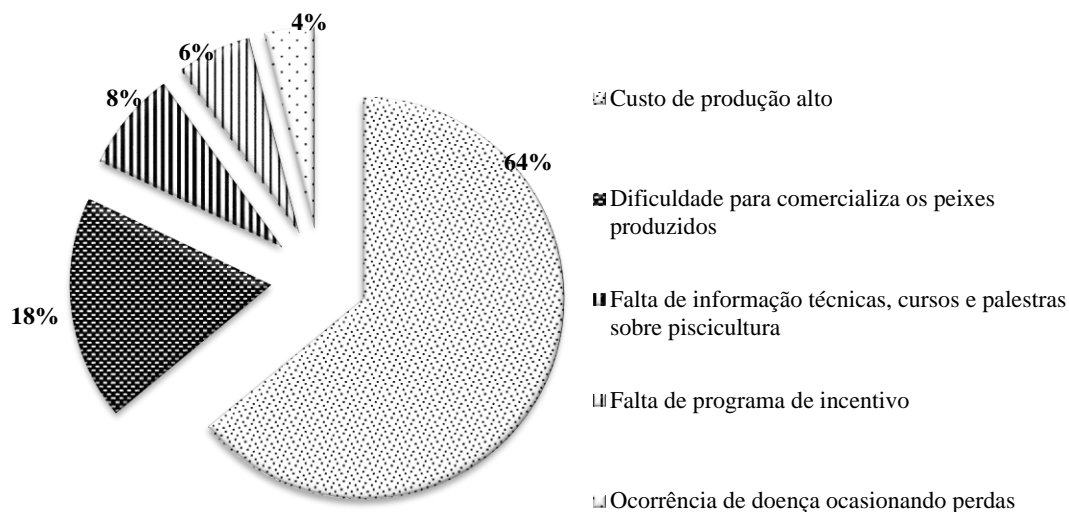
Figura 2. Destino das espécies de peixes produzidas em Vilhena, RO



Por partes dos produtores há um descontentamento em relação a atividade o que está ligado ao pouco incentivo que recebem para a continuidade e melhoria da atividade realizada. O único tipo de assistência recebida são horas de máquinas para escavação de tanques de cultivo, no entanto, atualmente encontra-se indisponível.

Para muitos piscicultores (47,75%) a atividade é considerada a principal fonte de geração de renda, embora desenvolvam outras atividades complementares, visto que através da produção de peixes conseguem obter rendimento econômico satisfatório para sua sobrevivência. Vale destacar, como em qualquer outra atividade econômica, o produtor enfrenta dificuldades que afetam negativamente a lucratividade da criação, fazendo com que ocorram perdas significativas e comprometam a sustentabilidade da atividade (figura 3).

Figura 3. Fatores que afetam a lucratividade da piscicultura em Vilhena, RO



Meante e Dória (2017) afirmam que a piscicultura no estado de RO tem como elo fraco da cadeia produtiva a industrialização, distribuição e comercialização da produção. Para que ela seja rentável, é necessário grande investimento em tecnologia, como forma de melhorar o desempenho produtivo, no entanto muitos piscicultores não possuem condições financeiras para tal investimento (ARAÚJO; MORAES, 2010).

Segundo os piscicultores de Vilhena a grande dificuldade na comercialização do pescado é o mercado restrito e o alto preço das rações, visto que este último onera a produção. Tal resultado corrobora com Xavier (2013) que ao caracterizar a cadeia produtiva da piscicultura no estado de Rondônia cita que o preço da ração é o principal gargalo da atividade.

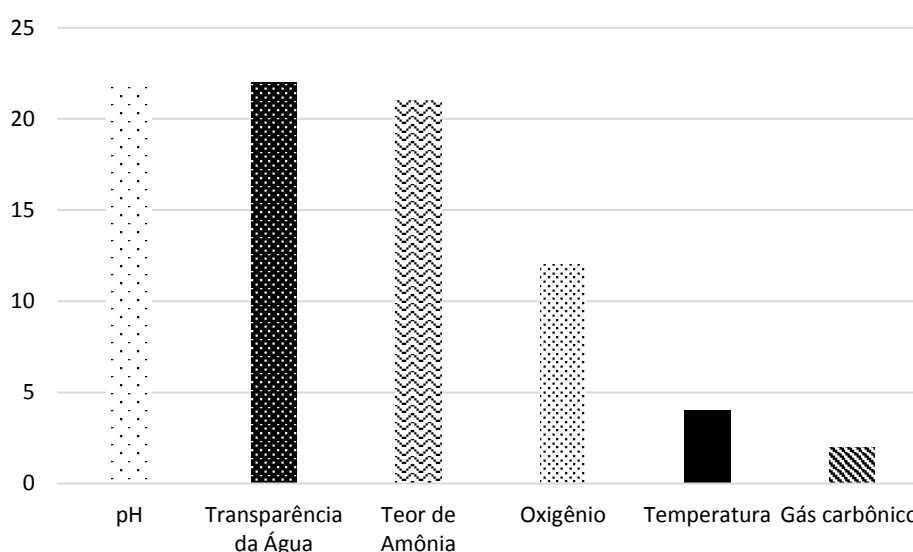
Um outro fator limitante a limitante na piscicultura do município é o preço elevado do gelo, visto a inexistência de uma fábrica local. Neste caso, destaque para os pequenos produtores que optam por comercializar os peixes vivos diretamente na propriedade.

Os produtores de peixe de Vilhena consideram que a piscicultura é uma atividade viável, porém precisa de mais incentivos e políticas públicas voltadas para a atividade como: incentivo a práticas associativistas, com criação de associações; abertura de frigoríficos no estado ou cooperativa do pescado; tais incentivos promoveriam a possibilidade de se obter vantagens de compras de insumos com menor valor, e processamento do peixe de maneira adequada, além de venda garantida da produção.

A qualidade da água usada na atividade é analisada por todos os produtores,

quanto ao valor de pH e transparência da água, no entanto faz-se necessário o monitoramento de outros aspectos qualitativos da água (figura 4). É de vital importância conhecer as características físicas, químicas e biológicas da água, pois os peixes dependem da água para realizar todas as suas funções, ou seja: respirar, se alimentar, reproduzir e excretar (LEIRA et al., 2017).

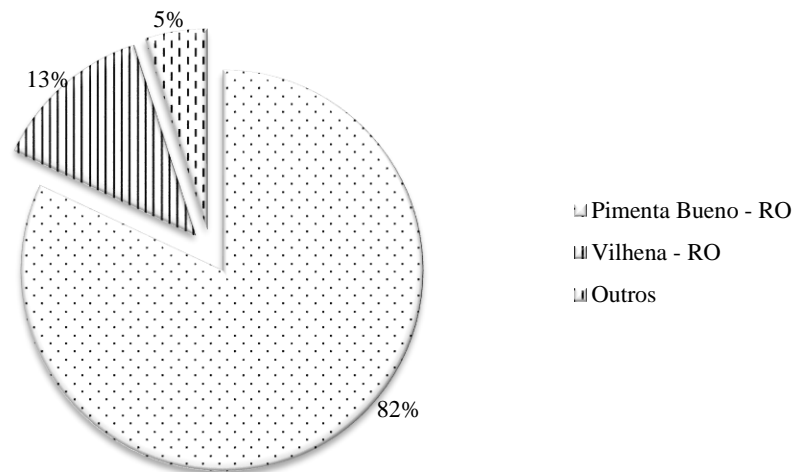
Figura 4. Parâmetros físicos e químicos realizados pelos piscicultores de Vilhena, RO



As características físicas, químicas e biológicas da água interagem individualmente ou coletivamente na qualidade dos tanques, afetando assim a baixa produção. Com a perda do equilíbrio do ecossistema aquático acarreta diretamente a perda do equilíbrio econômico da atividade, fazendo com que o produtor tenha diminuição da produtividade ocasionado prejuízo (ARAÚJO e MORAES, 2013).

Os alevinos usados pelos produtores de peixe de Vilhena são provenientes do município de Pimenta Bueno bem como do mercado local (figura 5), uma vez que há uma empresa que se dedica a produção de alevinos.

Figura 5. Fornecedores de alevinos para os produtores de Vilhena, RO



Diversos são os fatores que podem influenciar o sucesso do sistema produtivo de peixe, Schulter e Filho (2017) destacam que alguns empreendimentos não obtêm muito sucesso, dado o pouco conhecimento das técnicas de cultivo, a inexistência de rações adequadas e a baixa qualidade de alevinos. Logo, é fundamental que critérios de qualidade de alevinos sejam considerados no momento de sua aquisição, a exemplo da distância do fornecedor, tamanho, sexo e preço dos alevinos entre outros.

Conclusão

As espécies de peixes mais produzidas e comercializadas são as nativas (tambaqui e pintado), onde essa produção é destinada principalmente para o abastecimento do mercado local.

Há uma demanda quanto a existência de políticas de incentivo a piscicultura, como forma de desenvolvimento da atividade.

A alimentação dos peixes, seu valor elevado, é considerada o fator que mais contribui com a menor lucratividade da criação.

Referências

- ALMEIDA, F. M.; ALVES, W. C.; BELO, M. A. A.; ALMEIDA, G. M. Potencial de atividade piscícola no Estado de Rondônia. **Boletim técnico**, n. 22, 2017.
- ARAÚJO, R.; MORAES, A. J. N. Diagnóstico da piscicultura nos municípios de Bocaína e Sussuapara–Piauí. **Anais do X Simpósio de Produção Científica e Seminário de Iniciação Científica da UESPI**, 2010.
- BRABO, M. F.; PEREIRA, L. F. S.; SANTANA, J. V. M. CAMPELO, D. A. V. VERAS, G. G. Cenário atual da produção de pescado no mundo, no Brasil e no estado do Pará: ênfase na aquicultura. **Acta Fish. Aquat**, v. 4, n. 2, p. 50-58, 2016.
- CAETANO, C. **Caracterização da atividade da piscicultura na região centro sul de Rondônia: um estudo de caso da piscicultura a partir da fazenda Boa Esperança**. Universidade Federal de Rondônia, p. Trabalho de Conclusão de Curso. Cacoal, 2013, 36
- IBGE. Produção Pecuária Municipal – 2015, v. 43, 2015.
- KOLLN, F. T.; KOLLN, A. A. Crédito rural em Rondônia e sua utilização pelos setores do agronegócio;

Revista FAROL, v. 6, n. 6, p. 123-136, 2018.

LEIRA, M.H.; CUNHA, L.T.; BRAZ, M.S.; MELO, C.C.V.; BOTELHO, H.A.; REGHIM, L.S. **Qualidade da água e seu uso em pisciculturas**. PUBVET, v.11, n.1, p.11-17, Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.22256/pubvet.v11n1.11-17>

MEANTE, R. E. X.; DÓRIA, C. R. C. Caracterização da cadeia produtiva da piscicultura no estado de Rondônia: desenvolvimento e fatores limitantes. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.9, n.4, p. 164-181, 2017. <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v9n4p164-18>.

RODRIGUES, A. P. O. Nutrição e alimentação do tambaqui (*Colossoma macropomum*). **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 40, n. 1, p. 135 – 145, 2014.

ROTTA, M. A. Ictiômetro para biometria de surubins (pintado e cachara). **Comunicado Técnico**, Embrapa Pantanal, 2003.

SCHULTER, E. P.; FILHO, J. E. R. V. Evolução da piscicultura no Brasil: Diagnóstico e desenvolvimento da cadeia produtiva de tilápia. Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, Brasília: Rio de Janeiro, 2017.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília, DF: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62.

XAVIER, R. E. **Caracterização e prospecção da cadeia produtiva da piscicultura no estado de Rondônia**. Porto Velho: Fundação Universidade Federal Rondônia-UNIR, 2013. 103 p. Dissertação de Mestrado.

FERREIRA, Lucas Luan Santos da Silva; EVALD, Ariane. Características da produção de peixes no município de Vilhena, RO. **Revista Científica Tribus da Amazônia**, Vilhena, v. 1, n. 1, p.32-40, out./jan. 2018.

Perfil da bovinocultura de leite no município de Vilhena, Rondônia

Fabiano Delano Rodrigues¹⁹

Andrezza Miguel da Silva²⁰

Resumo - Objetivou-se caracterizar o perfil da pecuária leiteira no município de Vilhena, Rondônia. Foram realizadas visitas as propriedades leiteiras, escolhidas aleatoriamente e nesse momento aplicou-se um questionário semiestruturado ao proprietário. O questionário apresentava questões relacionadas ao manejo geral, produção e qualidade de leite, características do rebanho, nutrição, infraestrutura, manejo de ordenha, entre outras. O rebanho local apresenta em sua maioria (66%) raças com aptidão para produção de leite, com rebanhos pertencentes a pequenos produtores, apresentando até 30 vacas e produção de leite de 5,91 litros/vaca/dia. O sistema de pastejo contínuo é utilizado por 94,29% das propriedades e a reprodução em 88,57% das propriedades ocorre através de monta natural. A aplicação de vermífugos é realizada em todas as propriedades, no entanto o vermífugo utilizado não é indicado para vacas em lactação. O calendário de vacinação é seguido corretamente por todos os produtores entrevistados. O leite é destinado em sua maioria para laticínios de forma resfriada (71,43%) e apenas 8,57% deste é processado na propriedade.

Palavras-chave: bovino; manejo; propriedades; vacas

Profile of dairy cattle in the city of Vilhena, Rondônia

Abstract - The objective of this study was to characterize the profile of dairy cattle in the city of Vilhena, Rondônia. Were realized dairy farms, were carried out and a semistructured questionnaire was applied to the producer. The questionnaire presented questions related to general management, milk production and quality, herd characteristics, nutrition, infrastructure, milking management, among others. The local herd presents (66%) dairy breeds, in small producers, presenting up to 30 cows and milk

¹⁹ Zootecnista pela Faculdade da Amazônia (FAMA) – E-mail: fabianodelano86@gmail.com;

²⁰ Docente da Faculdade da Amazônia; Zootecnista; Doutora em Zootecnia – E-mail: prof.andrezza@fama-ro.com

production of 5.91 liters/cow/day. The continuous grazing system is used by 94.29% and the reproduction in 88.57% of the properties occurs through natural mating. The application of vermifuges is carried out in all properties, however the vermifuge used is not indicated for lactating cows. The vaccination schedule is followed correctly by all producers interviewed. The milk is mostly destined for cooled dairy (71.43%) and only 8.57% of this is processed on the property.

Keywords: bovine; management; properties; cows

Introdução

A bovinocultura leiteira representa uma importante atividade econômica no Brasil e no mundo, sendo responsável pela geração de emprego e renda para muitos trabalhadores e produtores rurais. Essa atividade é praticada em todas as regiões do país e está presente em aproximadamente 1,8 milhões de propriedades rurais, das quais 80% são unidades familiares de produção (FERRAZZA et al., 2015), as quais foram responsáveis pela produção no ano de 2016 de um total de 33.624.653 bilhões de litros de leite e o estado de Rondônia participando com cerca de 790.947 milhões de litros (IBGE, 2016).

No ano de 2015 o município de Vilhena teve cerca de 2.445 vacas ordenhadas com uma produção de 3.672 milhões de litros de leite (IBGE, 2016) e ocupou a 46ª posição no ranking de municípios por quantidade de leite produzido (SEBRAE, 2015), enfatizando a relevância da atividade.

De acordo com a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2016), cerca de 150 milhões de domicílios em todo o mundo estão envolvidos na produção de leite. Na maioria dos países em desenvolvimento, o leite é produzido por pequenos produtores e contribui para a subsistência das famílias, segurança alimentar e nutrição. O leite fornece retorno financeiro relativamente rápido para o pequeno produtor, logo, uma importante fonte de renda.

A bovinocultura de leite no Brasil apresenta uma grande variação quanto à sua estrutura e manejo utilizado na criação. Segundo Oliveira et al. (2007) a elevada diversidade socioeconômica, cultural e climática que caracteriza os sistemas de produção geram a necessidade de estudos regionais sobre a produção leiteira, colaborando assim

com o fato de que a pecuária desse segmento evidencia-se em mais de 80% dos municípios brasileiros.

O conhecimento sobre o perfil das propriedades quanto aos diversos componentes do sistema de produção permite a realização de ajustes e melhor planejamento da produção, e pode desta forma contribuir com a sustentabilidade do negócio. Nesse sentido, objetivou-se caracterizar o perfil da pecuária leiteira no município de Vilhena, Rondônia.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada no município de Vilhena, estado de Rondônia, o qual apresenta área territorial de 11.649,146 km² e população estimada em 95.630 (IBGE, 2016). Considerando o total de propriedades produtoras de leite que é de 188 (SEBRAE, 2015), foram coletados dados de 35 propriedades as quais foram escolhidas de forma casualizada e aleatória. As propriedades foram escolhidas independente do volume de leite produzido diariamente, e, portanto, sem a distinção quanto a classificação de “grande, média e baixa” produção leiteira. As visitas foram realizadas no período de abril a junho de 2017. O questionário semiestruturado foi aplicado aos produtores por um único pesquisador.

O questionário (anexo 1) foi elaborado com base nos principais fatores que atuam influenciando o sistema de produção de leite bovino e dessa forma foi composto por 32 questões relacionadas ao manejo geral; produção de leite; qualidade do leite produzido e características do rebanho leiteiro; nutrição; infraestrutura, tecnologia; manejo de ordenha; destino do leite, e vermifugação. Adicionalmente no momento de visita à propriedade foram avaliados de forma visual a condição estrutural de local de realização de ordenha e cocho de alimentação dos animais.

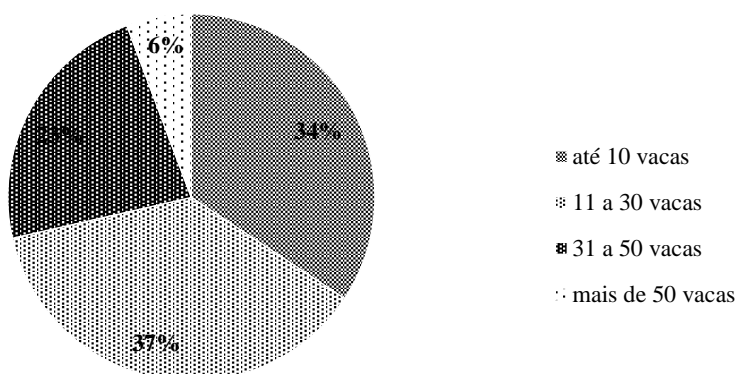
Com a conclusão das visitas às propriedades os dados recolhidos foram tabulados e analisados de forma descritiva e expressos na forma de frequência relativa ou de valor médio, para tanto utilizou-se o programa Microsoft Excel (Microsoft Office, 2010).

Resultados e Discussão

A composição genética do rebanho leiteiro nas propriedades localizadas no Município de Vilhena, Rondônia, em sua maioria (66%) é representada por animais da raça Girolanda, Holandesa, Jersey, Jersolando e Gir. Em média essas propriedades apresentaram em seu rebanho 38 fêmeas, sendo 17 em lactação e outras 21 secas. A maior concentração de vacas foi encontrada nas propriedades que possuem até 5 hectares com até 30 vacas (37%) e apenas 6% das propriedades possuem acima de 50 vacas (Gráfico 1).

As características genéticas, de tamanho de rebanho e de terra em Vilhena é uma realidade compartilhada em todo o estado, que segundo dados do IDARON (2013) 80% das propriedades leiteiras são de pequenos produtores que tem entre outras carências o baixo padrão genético, que contribui para o baixo rendimento do rebanho leiteiro. E apesar da produção de leite no município, em sua maioria ser oriunda de animais de raças com aptidão para produção de leite, esse aspecto ainda pode ser melhorado, com o aumento da participação de raças especializadas bem como melhorias no manejo aplicado aos animais.

Gráfico 1 - Quantidade de vacas por unidade produtora de leite, Vilhena, Rondônia



Grande parte das propriedades são de pequenos produtores rurais corroborando com os dados apresentados pelo IBGE (2010) mostram que 80,65% das propriedades leiteiras no estado de Rondônia possuem uma área de terra menor que 100 hectares. Além disso, mostrando a relevância da presença dos produtores rurais, cujas propriedades são de pequeno ou de micro porte (entre 1 e 10 ha).

A produção média de leite foi de 5,92 litros/vaca/dia, valor próximo ao citado pelo IBGE (2016), onde a produção média das vacas ordenhadas no município de Vilhena foi de 5,56 litros/vaca/dia. Para tanto, a alimentação dos animais é a base de pastagens cultivadas, onde encontraram-se os seguintes capins: *Brachiaria* spp. (59%), *Brachiaria* cv. MG 5 (18%), *Brachiaria brizantha* cv. Piatã (12%), *Panicum maximum* cv. Mombaça (6%), *Cynodon nlemfuensis* Vanderyst (4%) e *Brachiaria humidicola* (1%).

As gramíneas do gênero *Brachiaria*, *Panicum* e *Cynodon* são forrageiras indicadas para ambientes tropicais e apresentam significativos valores nutricionais, desde que sejam manejadas corretamente. A predominância de pastagens com gramíneas do gênero *Brachiaria* no município se dá pelas características de qualidade de solo, que em geral é de baixa fertilidade.

O Estado de Rondônia apresenta em torno de oito milhões de hectares de áreas cultivadas, sendo que a maior parte encontra-se com pastagens de *Brachiaria* spp. utilizadas nas atividades de pecuária. Dessas áreas utilizadas na agropecuária, poucas recebem adubações e correções de fertilidade, além disso, raros são os casos de utilização de práticas de preservação no manejo do solo, resultando em solos degradados e produtividades regionais muito baixas (BARBOSA et al., 2011).

Do total de propriedades visitadas 94,29% utilizam o sistema de pastejo contínuo e o rebanho leiteiro é retirado do piquete conforme a oferta do capim, controlada de forma visual. E apenas 5,71% dos proprietários fazem utilização do sistema de pastejo rotacionado, e estes se destacam, pois as propriedades apresentam melhorias em termos de modernização na área alimentar, genética, tecnológica e estrutural. Ambos os sistemas de pastejo podem permitir satisfatória produção de leite, desde que permitam ao animal o atendimento de suas exigências nutricionais conforme o objetivo de produtividade.

Ao longo do ano a mineralização do rebanho é feita em 91,43% das propriedades, o fornecimento de minerais é fundamental para qualquer organismo realizar sua homeostase e para o desenvolvimento adequado de suas funções vitais. Em vacas leiteiras, os minerais têm como prioridade o aumento na produção e qualidade do leite, assim como melhoria no desempenho reprodutivo dos animais (RODRIGUES et al., 2017).

Em 20% das propriedades a suplementação com alimento concentrado é realizada, representada por rações comerciais elaboradas para gado leiteiro as quais são adquiridas em comércios da região. Já, 11,45% realizam suplementação volumosa, onde

oferecem silagem de milho aos animais, principalmente no período seco do ano, onde as pastagens apresentam declínio em produção de matéria seca e na qualidade da forragem.

Quanto ao manejo reprodutivo, 88,57% das propriedades utilizam o método de monta natural; 8,57% realizam a inseminação artificial em tempo fixo e 2,86% inseminação artificial. A adoção da monta natural apresenta vantagens que estão ligadas a economia na mão de obra e a possibilidade do maior aproveitamento dos estros (SOUZA et al., 2012). Enquanto que a inserção de biotecnologias reprodutivas na pecuária leiteira vem alavancando a produtividade do setor, aumentando a renda dos produtores, proporcionando melhoramento genético do rebanho, aumentando o número de parições e diminuindo o intervalo de partos (ALMEIDA et al., 2016).

A ordenha manual ainda é a mais comum entre os pecuaristas do município de Vilhena, representando 94,29% das propriedades. Esta prática está relacionada à disponibilidade da mão de obra familiar e seu uso no sistema de produção. Além disso, temos o baixo volume de leite produzido diariamente (vaca/dia) e o tamanho do rebanho, que em função do custo de implantação do sistema de ordenha mecânica pode não ser viável economicamente.

O controle leiteiro é feito em sua maioria de forma mensal (94,29%) e diário (5,71%). Esse controle é fundamental para avaliar a eficiência alimentar no período de lactação, identificar problemas que causam queda na produção de leite, entre outros, e também para a realização de correção do manejo. Além disso, facilita na tomada de decisões sobre a eficiência do rebanho refletindo os resultados sobre o manejo alimentar, auxiliando no controle da mastite e promovendo seleção para melhoramento do rebanho (CARDOSO et al., 2005).

O processo de pré-dipping e pós-dipping é feito em apenas 22,86% das propriedades, onde utilizam solução a base de iodo para fazer a higienização e secam as tetas com papel toalha descartável. A limpeza de tetas com um pano e lavagem com água, são procedimentos que são realizados em grande parte das propriedades (77,14%).

O pré-dipping consiste na desinfecção dos tetos antes da ordenha e visa reduzir o número de bactérias neste local que possam contaminar o leite, enquanto que o pós-dipping é fundamental para remover a película de leite que permanece no teto após a retirada do conjunto de ordenha e auxilia na prevenção de infecções neste canal (ZSCHÖCK et al., 2011), práticas que devem estar presentes no protocolo de manejo de ordenha dos animais.

No que diz respeito à mastite do tipo clínica, o teste da caneca preta é bastante conhecido entre os produtores de leite, apesar disso o procedimento é feito diariamente por cerca de 80% dos produtores. Todos os produtores relataram que ao identificar a presença de mastite na vaca, realizam o tratamento da doença por meio do uso de anti-inflamatórios.

Das propriedades visitadas todas fazem o processo de secagem da vaca na fase de desmame do bezerro. Ribeiro (2006) afirma que secagem da vaca no período de desmame é fundamental para a regeneração dos tecidos secretores de leite, a vaca precisa ser seca 60 dias antes da data do próximo parto, desta forma pode-se garantir um colostro de qualidade superior.

O leite produzido é entregue por 71,43% propriedades de forma resfriada para o laticínio, 20% vendem o leite *in natura* na cidade ou para vizinhos e 8,57% usam o leite para produção de queijos e doces, com posterior comercialização.

Segundo o IDARON (2013) no ano de 2012, 85,2% das propriedades do estado de Rondônia comercializaram o leite e seus derivados, onde 94,3% entregaram para laticínios, e a maior parte desse leite é enviado de forma resfriada (75,9%). Os proprietários que produzem em torno de 30 L de leite/dia e encontram-se distantes dos tanques de resfriamento comunitários optam por processar o leite na propriedade com a produção de queijos e doces caseiros, como forma de beneficiar e agregar valor ao produto.

O leite que é entregue para o laticínio passa pelo processo de análise de qualidade e o resultado é repassado ao produtor onde possíveis ajustes de manejo podem ser realizados. São feitas as análises de contagem bacteriana total, resíduos de antibióticos, contagem de célula somáticas e de teores de gordura, proteínas e sólidos totais.

A contagem bacteriana total demonstra o grau de contaminação do leite e a sua influência sobre a qualidade do produto, falhas nos procedimentos de higiene durante os processos de ordenha e armazenamento são os principais contaminantes.

A elevada contagem de células somáticas é indicativo da presença da mastite na forma subclínica, apesar de não apresentar sinais visíveis de inflamação no úbere, é caracterizada pelo aumento no número de células somáticas, elevação dos teores de cloreto e sódio, além da diminuição dos níveis de caseína, lactose e gordura, afetando a qualidade e o volume do leite produzido (DEMEU et al., 2016; COSTA et al., 2017). Ademais, mensurar a quantidade de gordura, proteínas e sólidos totais é de extrema importância para inferir sobre a qualidade química e nutricional do leite.

Dos currais utilizados para realização da ordenha, 62,86% eram cobertos e 37,14% a céu aberto, somente 5,71% tinham piso de concreto e os demais eram de terra. Com base na avaliação visual às condições gerais de estruturação da instalação 74,29% estavam em boas condições de trabalho e 25,71% em estado muito precário (estruturas extremamente danificadas e deficientes).

Quanto às características dos cochos, somente 25,71% das propriedades apresentavam cochos em bom estado de conservação os 74,29% restantes estavam regulares ou ruins, destaque para presença de cochos quebrados.

Ferreira (2015) cita que dependendo do sistema de produção as necessidades de modificações ambientais poderão ser diferenciadas, onde o importante é que se priorize o fornecimento de ambiente adequado que possibilite ao animal expressar o seu potencial genético produtivo e reprodutivo. Além disso, currais com estrutura precária não oferecem condições satisfatórias para a ordenha dos animais e a higiene de ordenha pode ser prejudicada.

A oferta de água em sua maioria não era canalizada (68,57%) sendo ofertada água de represas para o gado leiteiro e somente 31,43% das propriedades tinham disponível água canalizada e esta encontrava-se em reservatórios com bom estado de conservação. A produção de leite pelas vacas demanda uma elevada quantidade de água, pois considerando que o leite, em média, apresenta em sua composição teores mínimos de 11,4 % de sólidos totais (BRASIL, 2011) logo cerca de 88,6% de água, é fundamental disponibilizar água em quantidade e de qualidade às vacas.

Todos os produtores realizam regularmente vermifugação do rebanho, porém verificou-se o uso de medicamento cujo princípio ativo não é indicado para vacas em lactação. Do total de propriedades 65,71% usam vermífugos à base de ivermectina e 34,29% de abamectina. Ambos os princípios ativos são apropriados para o gado leiteiro, entretanto não recomendado para vacas em lactação cujo leite seja destinado ao consumo humano. A quantidade de vermífugo ministrada é feita com base na avaliação visual do animal e de escore corporal, que pode levar ao fornecimento de subdosagens e superdosagens do princípio, resultando na alta incidência de verminoses e casos de resistência parasitária.

As propriedades visitadas cumprem rigorosamente o calendário de vacinação para o Estado de Rondônia, o qual é composto pelas vacinas contra: febre aftosa, brucelose, raiva e carbúnculo sintomático e estas são aplicadas em todo o rebanho

conforme faixa etária dos animais, prática fundamental para o desenvolvimento da pecuária leiteira.

Conclusão

A atividade leiteira no município de Vilhena, Rondônia destaca-se por ser realizada por pequenos produtores, com rebanho composto por animais de raças com aptidão genética para a produção de leite e rebanhos pequenos.

A alimentação das vacas é baseada no uso de pastagem cultivada, em sua maioria as gramíneas do gênero *Brachiaria*, em sistema de pastejo contínuo, com acesso a suplemento mineral.

As vacas são ordenhadas manualmente, o leite é entregue ao laticínio de forma refrigerada, onde o controle da produção é feito mensalmente, porém o manejo de ordenha encontra-se deficiente, sendo necessária a adoção de novas práticas de higiene e de controle de mastite.

Referências

- ALMEIDA, I.C.; GOMES, T.B.; PINHO, M.M.; SIQUEIRA, J.G.; SENA, L.M.; FONTES, C.A.A. Taxa de prenhez em vacas de leite após uso de protocolos hormonais de inseminação artificial em tempo fixo. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, v. 23, n. 1-2, p. 99-103, 2016.
- BARBOZA, E.; MOLINE, E.F.V.; SCHLINDWEIN, J.A.; FARIAS, E.A.P.; BRASILINO, M.F. Fertilidade do solo em Rondônia. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, v. 7, n. 13, p. 586, 2011.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 62 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Regulamentos técnicos de produção, identidade e qualidade do leite tipo A, leite cru refrigerado e leite pasteurizado. Diário Oficial da União, Brasília, 29 dez. 2011.
- CARDOSO, V.L.; CASSOLI, L.D.; GUILHERMINO, M.M.; MACHADO, P.F.; NOGUEIRA, J.R.;

FREITAS, M.A.R. Análise econômica de esquemas alternativos de controle leiteiro. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**. v. 57, n. 1, 2005.

COSTA, H.N.; MOLINA, L.R.; LAGE, C.F.A.; MALACCO, V.M.R.; FACURY FILHO, E.J.; CARVALHO, A.Ú. Estimativa das perdas de produção leiteira em vacas mestiças Holandês x Zebu com mastite subclínica baseada em duas metodologias de análise. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 69, n. 3, p. 579-86, 2017.

DEMEU, F.A.; LOPES, M.A.; COSTA, G.M.; ROCHA, C.M.B.M.; SANTOS, G. Efeito da produtividade diária de leite no impacto econômico da mastite em rebanhos bovinos. **Boletim de Indústria Animal**, v. 73, p. 53-61, 2016.

FERRAZZA, R.A.; LOPES, M.A.; BRUHN, F.R.P.; MORAES, F. Índices de desempenho zootécnico e econômico de sistemas de produção de leite com diferentes tipos de mão de obra. **Ciência Animal Brasileira**, v. 16, n. 2, p. 193-204, 2015.

FERREIRA, R.A. **Maior produção com melhor ambiente – para aves, suínos e bovinos**. Viçosa: aprenda fácil, 2015. 526p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Dairy Production and Products – Milk Production**. Disponível em: <<http://www.fao.org/dairy-production-products/production/es/>> Acesso em 11 ago. 2018.

IDARON. **Levantamento de dados sobre a produção de leite em Rondônia**. Porto Velho RO, 2013. Disponível em: <http://www.idaron.ro.gov.br/Multimedia/downloads/docs/Producao_de_leite_em_Rondonia-divulgacao.pdf> Acesso em 3 ago 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico - 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em 03 de ago 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Pecuária Municipal 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

OLIVEIRA, A.S.; CUNHA, D.N.F.V.; CAMPOS, J.M.S.; VALE, S.M.L.R.; ASSIS, A.J. Identificação e quantificação de indicadores-referência de sistemas de produção de leite. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v. 36, n. 2, p. 507-516, 2007.

RIBEIRO, A.C.C.L. Métodos de Secagem de vacas. Embrapa Gado de Leite, 2006.

RODRIGUES, G.P.; FERNANDES, B.D.; LIMA, J.M.S.; SILVA, D.C.; DIAS, D.L.B.; SILVA, B.A. Perfil de suplementação mineral para vacas leiteiras no sertão paraibano. **Revista Acadêmica de Ciência Animal**, v. 15, Supl. 2, p. 473-474, 2017.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Rondônia. **Diagnóstico do Agronegócio do Leite e Derivados do Estado de Rondônia**. Porto Velho, 2015. 336p.

SOUSA, G.G.T.; MAGALHÃES, N.A.; GOMES, L.A.;

CORREIA, H.S.; SOUSA JÚNIOR, S.C.; SANTOS, K.R.; GUIMARÃES, J.E.C. Monta natural versus inseminação artificial em bovinos. **PUBVET**, v. 6, n. 35, ed. 222, 2012.

ZSCHÖCK, M.; EL-SAYED, A.; EISSA, M.; LÄMMLER, C.; CASTAÑEDAVAZQUEZ, H. Resistencia a penicilina G y oxacilina, de cepas de *Staphylococcus aureus* aisladas de mastitis bovina subclínica. **Veterinária México**, v. 42, n. 3, p. 207-217, 2011.

Trabalho comunitário junto a família de alunos com deficiência intelectual e múltipla na APAE de Vilhena-RO

Solange Farias Torres Palmeira²¹

Eldessandra Santos da Costa²²

RESUMO - O presente artigo tem como objetivo apresentar o aporte do psicólogo junto a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a família de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) na cidade de Vilhena, destacar a importância do suporte psicológico as famílias e descrever a relevância da família no cuidado com PNE. Tratou-se de uma pesquisa de levantamento bibliográfico. Assim buscou-se trazer estudos sobre o trabalho comunitário na APAE, trazendo um conhecimento mais amplo a respeito da realidade dessa instituição. Desta forma, houve busca teórica em sites eletrônicos scielo, revistas, periódicos, pesquisas de campo e análise bibliográfica para elaboração do referencial teórico. Os resultados obtidos através dos estudos coincidem com a teoria pesquisada. Assim foi possível considerar a relevância da família, da comunidade e do psicólogo juntamente com equipe multidisciplinar para uma melhor qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais.

Palavras-chave: psicologia; psicólogo; família; deficientes

Community work along with the families of students with intellectual and multiple disabilities at APAE from Vienna-RO

Abstract - This paper aims to represent the contribution of the psychologist to the Association of Parents and Friends of the Disabled (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE) and the family of people with special needs PSN (Pessoas com Necessidades Especiais- PNE) in Vilhena, highlight the importance of the psychological support for the families and describe the relevance of the family when dealing with PSN. A bibliographical survey was made. Therefore it was sought to bring studies about community work at APAE eliciting a broader knowledge about the reality of this institution. In this way, it was made a theoretical research on scielo, magazines, journals

²¹ Graduanda de Psicologia

²² Psicóloga Especialista em saúde mental

and field studies and bibliographical analysis to elaborate the theoretical reference. The results obtained from the studies coincide with the researched theory. Therefore, it was possible to consider the relevance of the family, community and the psychologist along with the multidisciplinary team in offering a better quality of life for the people with special needs.

Keywords: psychology; psychologist; family; disabled

Introdução

A APAE é uma instituição voltada à inclusão das pessoas especiais com propósito de oferecer melhor qualidade na vida dos mesmos. Portanto essa organização tem como visão movimentar pais, amigos e pessoas com necessidades especiais, bem como defender seus direitos e prestar serviços com intuito de torna-se excelência e referência no país (FENAPAES, 2003).

E assim tem como missão proporcionar e organizar ações que defenda os direitos das pessoas com deficiência e deste modo representá-los ante as organizações nacionais e internacionais, a fim de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelas APAEs numa perspectiva da inclusão social de seus usuários (FENAPAES, 2011).

No entanto os objetivos da escolha do tema se dão pela necessidade do trabalho comunitário voltado as famílias de alunos da APAE de Vilhena com o intuito de trabalhar os fatores negativos na dinâmica familiar, que atrapalham o desenvolvimento dos deficientes. Assim pretende-se destacar esse trabalho de orientação e acolhimento com a intervenção do psicólogo referente às dificuldades trazidas, bem como apoio emocional as famílias dos alunos com deficiência.

Portanto justifica-se esse tema por ainda haver preconceito por parte da sociedade em relação às pessoas com necessidades especiais, mas muitos na sociedade tem se mobilizado em prol os mesmos. Segundo Vieira (2015 *apud* BRASIL, 2001) relatam que no Brasil no sec. XVII, XVIII, os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, “[...] Assim na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram expostas como aleijadas, defeituosas, débeis, e deformadas”.

Entretanto, no decorrer da história da humanidade, observa-se que as concepções sobre as deficiências foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram em diferentes períodos históricos” (VIEIRA, 2015 *apud* BRASIL, 2001).

Visto que a partir de 1930, a sociedade civil começou a organizar-se em associações de indivíduos que se mostravam preocupados com o problema da deficiência, assim o campo governamental avançou estimulando algumas ações visando à distinção desse grupo de alunos, instituindo escolas junto a hospitais e ao ensino regular, assim também a fundação de outras entidades filantrópicas especializadas, e também o surgimento de formas distintas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros meios de reabilitação. (VIEIRA, 2015 *apud* JANNUZZI, 2004).

Família

Conforme Lane (2006), a Psicologia Social estuda o comportamento dos indivíduos e como este é influenciado socialmente. Porém, isso acontece desde o nascimento, ou mesmo antes do nascimento, o mesmo é influenciado pelas condições históricas que deram origem a sua família, suas relações com outras pessoas, pelos meios de sobrevivência, como compreendem a gravidez, se cuidam, e o significado de ter filhos.

De acordo com a mesma autora as palavras, e os significados atribuídos socialmente e culturalmente, definem uma concepção diferente de mundo, e um sistema de valores. Em consequência disso é gerado, ações, sentimentos e emoções futuras. (LANE, 2006).

Lane (2006) ainda menciona que, atualmente a grande preocupação da Psicologia Social é conhecer como o homem insere-se no processo histórico, não apenas em sua subjetividade, mas, se o mesmo tem transformado a sociedade em que vive, tornando-se agente da sua história.

Acredita-se que a interlocução com a psicologia social e os estudos, incluindo a categoria deficiência e o olhar sensível às pessoas com deficiência, pode contribuir para o desenvolvimento paradigmático desta área de conhecimento. Além disso, o próprio conhecimento já existente pode contribuir também com essa realidade, uma vez que na psicologia social “há uma busca de fundamentos epistemológicos, teorizações e inovações metodológicas que nos tornam capazes de colocar os esforços intelectuais a

serviço do desenvolvimento humano e da mudança social”. (SANDOVAL, 2000, *apud* GESSER, et al., 2012).

Portanto para a psicologia social “o grupo familiar é imprescindível para garantir a sobrevivência do indivíduo e por isto mesmo tende a ser vista como "natural" e "universal" na sua função de reprodução dos homens. (LANE; 2016).

Deste modo Lane (2016) discorre que o enfoque da psicologia social, é analisar como o grupo familiar atua sobre ele mesmo durante o processo de socialização primária:

Uma criança recém-nascida depende, para a sua sobrevivência, de outras pessoas e é através desta relação que ela vai apreendendo o mundo que a cerca; a relação de dependência que existe entre ela e aqueles que a cuidam faz com que estes sejam extremamente importantes para a criança durante o seu processo de desenvolvimento, pois, no momento em que consegue se perceber distinta do seu meio e dos outros, estas pessoas se tornam os "outros significativos", ou seja, outros com os quais ela se identifica emocionalmente e através dos quais vai criando uma representação do mundo em que vive, e que para ela é *o mundo*, sem alternativas possíveis. Pela identificação emocional com os outros significativos, o mundo deles é o da criança, existindo, portanto, apenas um mundo possível. (LANE, 2016 p.43).

Segundo a autora o primeiro grupo de socialização do indivíduo é a família. Onde ele recebe os primeiros afetos, se desenvolve enquanto pessoa, e transmite na sociedade e em suas relações os aprendizados que lhes foram instruídos.

Atenção psicossocial a família

Para Hollerweger e Catarina (2014), a presença e acompanhamento da família, na vida da criança, são muito importantes para o seu desenvolvimento pleno. Sendo assim o papel da família é oferecer-lhe um lugar apropriado para que se desenvolvam com segurança e aprendam a relacionar-se em sociedade. Contudo esse esforço torna-se, mais dificultoso para as famílias de crianças deficientes. Portanto quando isto ocorre, requer de cada membro uma mudança de papéis, onde cada um deve mudar suas atitudes e estilos de vida em benefício do deficiente.

Em face disso, é imprescindível a interação da família e da escola resultando em funções; como manifestação de amizade, mostrando confiança e coragem para a criança; aos pais é preciso demonstração de cooperação no processo de ensino-aprendizagem; conhecer sobre os processos de desenvolvimento da criança e a escola cabe obter informações sobre o ambiente em que a família está inserida e quanto a rotina diária da mesma (HOLLERWEGER; CATARINA, 2014).

Sólcia (2004 *apud* PADUA RODRIGUES, 2013), enfatizam que os familiares e cuidadores são de essencial importância no processo de desenvolvimento e adaptação das pessoas com deficiência. Assim os familiares e cuidadores são considerados peça fundamental no tratamento psicológico desses pacientes. Igualmente a forma como as famílias agem ao cuidar dos deficientes dando-lhes autonomia ou não, possibilitando a estimulação adequada, e como suportam emocionalmente as dificuldades são fatores que devem ser pensados e orientados para evitar o sentimento de inadequação, exclusão social, excessiva dependência, e falta de conscientização sobre as reais dificuldades e possibilidades. Assim “a família necessita de um suporte social para manutenção do equilíbrio” (DYSSON, 1997; FALKENBACH; COLS, 2008 *apud* GOITEIN; CIA, 2011).

No entanto, na maioria das vezes esse suporte é insuficiente devido às pessoas que compõem o ambiente familiar não dá apoio à família da criança com NEE por preconceito, falta de informação ou por não aceitar uma criança deficiente na família (MARCHESI, 2004; SOUZA; BOEMER, 2003 *apud* GOITEIN; CIA, 2011).

Deste modo, considera-se escasso o número de grupos de apoio oferecidos para a sociedade. Geralmente, a iniciativa da criação desses grupos parte de instituições filantrópicas, organizações não governamentais ou da comunidade. (GOTEIN; CIA, 2011).

A família e o cuidado com o PNE

A família tem o papel de transmitir valores, atitudes, cultura, conhecimento e habilidades para a vivência da criança, de maneira que ofereça suporte emocional, social e financeiro. E quando há uma criança com necessidades educacionais especiais (NEE), a função dos familiares torna-se ainda mais importante, pois a mesma precisa de um maior envolvimento da família em seus cuidados e em sua estimulação (YAEGASHI, et al. 2001 *apud* GOTEIN; CIA, 2011).

O nascimento de uma criança com necessidades especiais pode causar sofrimento na família, podendo atrapalhar seu desenvolvimento, bem como o acesso ao tratamento e intervenção. Desde modo algumas famílias podem apresentar reações de choque, depressão materna, rejeição e aumento de expectativas ilusórias sobre a criança. (WILLIAMS, 2003 *apud* CRUZ, et al., 2007).

Já segundo Brasil (2001 *apud* CRUZ et al., 2007) essas limitações acarretam frustração e sobrecarga no ambiente familiar e contribuem para o surgimento de atitudes de negligência e abusos. Podendo também provocar o surgimento de maus-tratos físicos, estupro, cuidados precários com a higiene, má nutrição, vestuário inadequado, dentre outros, e bem como o isolamento da pessoa do convívio social. Os mesmos autores dizem que esse isolamento social parte do argumento familiar de que pretende proteger a criança, assim muitas vezes a mesma é impedida de frequentar a escola, visto que essas atitudes por parte da família representam a negação do problema e também constituem uma forma de violência.

Portanto ainda hoje existem ambientes familiares ou instituições, em que as pessoas deficientes são dominadas por cordas, isoladas em quartos sem ventilação, e sem estímulo, bem como administração exagerada de medicamentos ou ausência desses (CRUZ, et al., 2007).

Bem como o exagero dos pais nas cobranças em relação ao desempenho da criança deficiente pode gerar obstáculos no seu desenvolvimento, por alguns criarem fantasias, no intuito de ver seu filho progredir, podem causar crises de ansiedade capazes de desencadear dificuldades para suportar frustrações. Os autores ainda enfatizam que a aceitação da família quanto à deficiência dos filhos é primordial para modificar o pensamento das pessoas e estruturar a sociedade, isso irá nortear e desencadear mudanças, mas isso requer certo tempo. (HOLLERWEGER; CATARINA, 2014).

Ainda os mesmos autores mencionam que muitos pais por não terem conhecimento e informação a respeito da deficiência, não sabem agir, e por isso sente-se culpados, desencadeando um processo depressivo em todos os membros da família, e conseqüentemente os leva a agir de forma negligente com o deficiente mental (HOLLERWEGER; CATARINA, 2014).

Os autores Buscaglia (1993 *apud* HOLLERWEGER; CATARINA, 2014) faz referência à forma como os pais expressam seus sentimentos em relação aos filhos, no qual consiste na ideação da criança perfeita, auto piedade, expressando lamentação, decepção e descrença quanto às potencialidades do deficiente. Assim muitas mães se culpam pela deficiência da criança idealizando que não se cuidaram na gestação.

Assim o sentimento de medo pode acompanhar os pais devido ao preconceito da sociedade, ou por não haver aceitação de seus filhos nas escolas. E também o sentimento de insegurança quanto ao futuro da criança e deles próprios.

No entanto Hollerweger e Catarina (2014) destacam que a família precisa buscar orientação em centros de atendimentos a deficientes bem como suporte médico e psicológico para que se estabeleça metas adequadas as capacidades do deficiente, e assim os pais possam desempenhar bem o seu papel oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento sem superproteção, nem imposição quanto ao tempo de desenvolver-se, e nem comparando-os com outras crianças.

APAE

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE é destacada no país como um Movimento pioneiro, onde teve seu início na cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, incentivada por Beatrice Bemis na ocasião de sua chegada ao Brasil, onde teve sua origem nos Estados Unidos, a mesma foi membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. Em seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e surpreendia-se por ainda não existir no Brasil, a APAE. Um grupo, de pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, ficaram muitíssimo motivados pela coragem da cidadã americana, e fundaram a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil. Portanto a primeira reunião do Conselho Deliberativo aconteceu em março de 1955, na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil. Conforme a autorização do professor La Fayette Cortes, a Pestalozzi colocou a disposição, parte de um prédio, para

que instalassem uma escola para crianças e pessoas com deficiência intelectual e múltipla (APAE, 2008).

Segundo APAE (2008) o início de seus trabalhos começou na sede provisória onde foram instituídas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. Assim sendo houve um desenvolvimento significativo na escola, os alunos tornaram-se adolescentes e necessitava de atividades criativas e profissionalizantes, surgindo assim, a primeira oficina pedagógica de atividades vinculadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira .

A partir disso no ano de 1954 a 1962, foi surgindo outras APAES. No final de 1962, doze das dezesseis APAES existentes, localizavam-se, em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislau Krynsky. Portanto as Apaes participantes se destacava as de Caixias do Sul, Curitiba, Jundiá, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda. Essa reunião foi marco onde se discutiu pela primeira vez no Brasil, a questão da pessoa com deficiência, constituídos em um grupo familiar que no qual trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, também em alguns casos, como técnicos na área. Por isso APAE, é constituída, na integração de pais e amigos de uma comunidade expressiva de pessoas deficientes, e assim precisa da colaboração da sociedade, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos, afinal, de todas as pessoas que acreditam, confiam e lutam pela causa da pessoa com deficiência (APAE, 2008).

É importante ressaltar que a entidade, apesar de ser legalizada e registrada como associação de utilidade pública em todos os quadrantes federal, estadual e municipal; enfrenta as mais diversas dificuldades, essencialmente de cunho emocional, pessoal e financeiro. Assim sendo esses recursos talvez seja insignificantes, se compararmos quanto à importância do compromisso que todo integrante do movimento tem diante da sociedade, da família e da própria pessoa com deficiência (APAE, 2008).

As pessoas portadoras de deficiência são descritas pela Constituição do Brasil (1988 *apud* SALVI; WEISS, 2002), no artigo 208, com as seguintes deficiências: deficiência mental, visual, auditiva, física, motora, deficiências múltiplas, autismo, distúrbios severos de comportamento, distúrbios de aprendizagem e superdotação”. Assim antigamente o processo de inclusão dessas pessoas no âmbito escolar regular denominava-se *integração*, sendo assim os portadores de deficiência precisariam seguir os currículos das escolas regulares, ou seja, tinham que se adaptar ao espaço escolar.

Posteriormente surge outro conceito apresentado pela declaração de Salamanca (1994 *apud* SALVI; WEISS, 2002) “*peçoas com necessidades educativas especiais*”, no qual a declaração relaciona essa expressão mencionando todas as crianças e jovens cujas necessidades procediam de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem. Em face disso as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas entre outras, e os professores devem utilizar uma pedagogia equilibrada, capaz de beneficiar todas as crianças. A partir desse momento histórico, é importante ressaltar que essa nova proposta intensifica a necessidade de transformações sócio educacionais, consolidando a educação inclusiva e respeitando a diversidade humana.

Portanto a educação inclusiva envolve um processo de reestruturação social, onde a escola deve estar preparada para receber esses indivíduos e bem como a sociedade, acreditando em novas perspectivas, observando de forma diferenciada as incapacidades e limitações, olhando sob o aspecto das possibilidades e competências das PNE, e deste modo proporcionar alternativas para o desempenho de diferentes habilidades sociais (SALVI; WEISS, 2002).

APAE – Vilhena/RO

A escola especial Maria Teresa Moura Dal Lamarta (APAE) fundada por Vilder Mafrá na cidade de Vilhena no dia 02/02/1981, possui duzentos e quarenta alunos, sendo turma de crianças e adolescentes no período matutino e adulto no período vespertino. A instituição tem como” missão contribuir para a constante melhoria das condições de qualidade de vida da pessoa com deficiência. Promover e articular ações de defesa, de direitos de inclusão de prevenção e orientação á família. A supervisora Rosilene de Fátima da Silva relatou que a maior necessidade nesse momento é a falta de alguns profissionais (fonoaudiólogos, fisioterapeutas) para completar a equipe multidisciplinar, no caso essencial para ajudar na parte clínica dos deficientes (APAE, 2017).

Portanto o professor de educação física Sandro José Córvida relatou que vê a necessidade de orientação aos pais quanto à deficiência dos filhos. Enfatizou que se faz necessário criar um projeto de ação junto a comunidade com as famílias dos alunos para orientá-los sobre a deficiência, os cuidados com a higiene, e a dinâmica familiar. O mesmo diz que muitas vezes o trabalho que os professores realizam com os deficientes

na Apae, muitas vezes não tem progresso por falta da participação ativa da família (APAE, 2017).

Contribuição da psicologia

O psicólogo atuante na APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais deve oferecer condições adequadas para o desenvolvimento global do indivíduo, como também buscar o progresso na qualidade de vida em todas as fases: crianças, adolescentes, adultos e idosos, com a incumbência de incluir as pessoas deficientes no processo de ensino aprendizagem. O psicólogo deve possuir uma perspectiva distinta dos demais profissionais e do senso comum, o mesmo deve se dispor dedicando-se ao indivíduo deficiente ressaltando o saber de cada um em particular, no qual cada indivíduo tem sua subjetividade e é possuidor de particularidades únicas. E assim percebe que acima de quaisquer dificuldades enfrentadas por eles, existem potenciais significativos que podem mudar de forma positiva sua vida, e não só examinar incapacidades que resultam das deficiências patológicas que no qual derivam em limitações (SANTOS *apud* FREIRE et al., 2015).

O papel do psicólogo é essencial e a prática psicológica é imprescindível no contexto educacional especial, mas habitualmente é importante que haja uma equipe multidisciplinar para cooperar com as intervenções do psicólogo. Na APAE existem pessoas deficientes de diversas modalidades, sendo primordial a instituição dispor de psicólogo, professores, pedagogos e ainda profissionais de medicina e outros (FREIRE, et al., 2015).

Portanto, Lima (2012 *apud* FREIRE et al., 2015) proferem que o trabalho do psicólogo não é apenas oferecer atenção aos deficientes, mais também acolher a família dos deficientes, tendo em vista o apoio psicológico para melhoria da dinâmica familiar.

Em contrapartida o psicólogo também possui a função de preparar planos de ações juntamente com a equipe multidisciplinar tendo como propósito destacar as discussões de cada caso para melhor atendê-los, orientando os professores em suas intervenções e podendo também auxiliar as famílias com palestras a fim de conscientizá-los e para que reflitam sobre cada situação em particular. E assim quando for necessário realizar encaminhamentos de acordo com a demanda, sendo assim o profissional de psicologia buscará sempre contribuir e acolher as pessoas com deficiências levando em

conta à inclusão no processo educacional e social das mesmas (SILVA *apud* FREIRE et al., 2015).

Caetano e Mendes (2013) também mencionam que a atuação do psicólogo referente às pessoas com necessidades especiais deve ser pautada na avaliação do meio em que vivem e nas condições adaptativas da mesma, de maneira que forneça uma intervenção de acordo com as demandas do sujeito. Assim essa intervenção pode ocorrer em diversos contextos e sob a direção de várias abordagens teóricas, podendo mudar as estratégias e os percursos concretizados, mas valorizando os objetivos a serem alcançados e a ética na execução. Portanto esses objetivos devem ser delineados de acordo com a PNE, priorizando sua dinâmica familiar, escolar, e sua comunidade, bem como procurar seguir os princípios éticos da profissão e do grupo ao qual pertencem.

Sendo assim é importante trabalhar com a família com o intuito de estimulá-la a se envolver no processo pedagógico dos filhos com necessidades especiais, consistindo em um fator primordial no processo de inclusão. Portanto esse envolvimento da família é imprescindível para a constituição da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade. Porém, esse processo requer a ação de múltiplos esforços para a sua realização, bem como a participação de todas as partes da sociedade, de maneira que promova certa mudança cultural em relação à diferença e os potenciais humanos (HOLLERWEGER; CATARINA, 2014).

Conforme Pádua e Rodrigues (2013) o trabalho do psicólogo em relação ao atendimento as famílias de pessoas com necessidades especiais está pautado no acolhimento e suporte emocional, de modo a constatar potencialidades para resolver problemas, indicando e desenvolvendo habilidades. Bem como o profissional deve oferecer um espaço de escuta para a emergência de conflitos internos, sentimentos reprimidos ou mal elaborados, para que as famílias possam vivenciá-los de modo mais integrado e positivo, oferecendo possibilidade para que se tornem impulsores de mudança para adequação de todos.

Desde modo, segundo os mesmos autores o psicólogo também atende as famílias aconselhando-as e orientando-as, pontuando questões relevantes quanto à rotina e cuidados diários com o deficiente e esclarecendo compreensões erradas sobre a deficiência, possibilitando melhor vínculo da equipe profissional e da comunidade com a família. Assim, o profissional deve estar provido de conhecimentos técnicos científicos produzidos tanto na sua área como na área da deficiência. Portanto nesta condição, a ação do psicólogo tem grande relevância para auxiliar na vinculação das famílias às

instituições e também aos profissionais que apoiam as pessoas com necessidades especiais, e dependendo de sua necessidade direcioná-los para a equipe multiprofissional (PADUA; RODRIGUES, 2013).

De acordo com Melo e Costa (2013) é imprescindível que haja recursos necessários para garantir o cumprimento das ações, materiais para atender a demanda de crianças e adolescentes, bem como maior número de voluntários, e doações, para que os profissionais realizem um trabalho mais eficaz à pessoa com deficiência, especialmente porque se trata de uma instituição filantrópica, portanto precisa-se do apoio da sociedade no geral.

Considerações finais

Diante dos fatos mencionados o tema é de grande relevância para uma reflexão da sociedade quanto às pessoas com necessidades especiais e sua família, a fim de que tomem consciência a respeito de suas necessidades físicas, emocionais e financeiras e que se disponha como voluntários para ajudá-los. E bem como é relevante para a psicologia buscar conhecer as necessidades sociais para a resolução dos problemas na comunidade, trabalhando em prol das famílias ajudando nos processos conflituosos que envolvem a aceitação, o cuidado, a dinâmica familiar e também as estimulando no processo pedagógico do deficiente a fim de que se sinta incluído pela família, a escola e a sociedade.

Desta forma o trabalho do psicólogo no contexto educacional especial (APAE- Associação de pais e amigos excepcionais) se dá juntamente com uma equipe multidisciplinar oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento global dos indivíduos, buscando progresso, com incumbência de incluir todas as pessoas com necessidades especiais no processo de ensino aprendizagem, exaltando seus potenciais e trabalhando suas limitações de acordo com cada deficiência.

Bem como orientando as famílias quanto à deficiência e pautando-se no acolhimento e suporte emocional das mesmas. Igualmente vale ressaltar a importância da família quanto ao cuidado das pessoas com PNE, no qual contribui para seu desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social e também os prejuízos que a falta desse cuidado pode ocasionar como; o não desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Entretanto seria viável criar um projeto de ação que priorize informar as famílias sobre a deficiência de seus filhos, a fim de que os mesmos olhem a deficiência de uma

perspectiva diferente e assim ocorram mudanças significativas na família, na escola, e na sociedade.

Referências

- APAE-BRASIL, **Atualizado pela Federação Nacional das Aaes**. 2008. Disponível em: <www.apaebrasil.org.br/arquivo/12468>. Acesso em: 22 set. 2017
- CRUZ, D.M.C.D. et al. **Evidências sobre violência e deficiência: Implicações para futuras pesquisas**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382007000100009>. Acesso em: 29 nov. 2017
- CAETANO, N. C. D. S. P; MENDES, E. G. **Atuação do psicólogo com pessoas com deficiência intelectual**. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomulti-disciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT08-2013/AT08-017.pdf>>. Acesso em: 01.dez. 2017
- ESTRATÉGIA DA REDE APAE, Brasília, **Federação nacional das Aaes**, 2011. Disponível em:<https://apaebrasil.org.br/fl/normal/5148-pa_-_estrategia_rede_apae.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017
- FREIRE, A. B.P. et al. **Percepção de Alunas de Psicologia á Atuação do Psicólogo na Apae: Discussões e Desafios**. 2015. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID10588_15082016154042.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017
- FENAPAES. **Projeto Águia, Manual de Conceitos**. Federação Nacional das Aaes, 2003. Disponível em: <<https://apaebrasil.org.br/page/20960>>. Acesso em: 17. out. 2017>
- GESSER, M. et al. **A contribuição do modelo social da deficiência à Psicologia Social**. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/09.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017
- GOTEIN, P.C. CIA, F. **Interações familiares de crianças com necessidades educacionais especiais: revisão da literatura nacional**. 2011. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/05.pdf>.

Acesso em: 29 nov. 2017

HOLLERWEGER, M.; CATARINA, B.S.A. **Importância da Família na Aprendizagem da Criança Especial. 2014.** Disponível em: <www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/9_1.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017

LIMA, R.S. **A Psicologia Comunitária no Rio de Janeiro entre 1960 e 1990.** 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500011>. Acesso em: 22 set. 2017

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** Coleção primeiros passos 39. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006

MELO, I.M. COSTA, C.R. **APAE: Um estudo sobre as formas de inclusão social voltada para pessoas com deficiência.** 2013. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/condu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID10288_17082016002449.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2017

PADUA, E.S.P.D; RODRIGUES, L. **Família e deficiência: Reflexões sobre o papel do psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência.** 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomulti-disciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT07-2013/AT07-028.pdf>> . Acesso em: 29 nov. 2017

SALVI, I.; WEISS, S.L. I. **A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional.** 2002. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/10925086-A-inclusao-da-pessoa-com-necessidades-educativas-especiais-no-contexto-educacional.html>>. Acesso em: 30 nov. 2017

VIEIRA, G. M. **Educação inclusiva no Brasil: Do contexto histórico á contemporaneidade.** 2015. Disponível em: <http://arquivos.5gsistemas.com.br/PosRe-dentor/arquivos/conteudo_542346c163783.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017

PALMEIRA, Solange Farias Torres; COSTA, Eldessandra Santos da. Trabalho comunitário junto a família de alunos com deficiência intelectual e múltipla na APAE de Vilhena-RO. **Revista**

Científica Tribus da Amazônia, Vilhena,
v. 1, n. 1, p.51-63, out./jan. 2018.
Quadrimestral.

O uso de jogos educativos para estimular a cognição infantil

Genaina Regina Zaffari Silva²³

Eldessandra Santos da Costa²⁴

RESUMO - O presente artigo busca demonstrar como podemos estimular a cognição infantil através do uso de jogos educativos, podendo estes ser considerado de baixo custo para todas as instituições e em certas situações fáceis de se confeccionar, para aquelas instituições e/ou indivíduos que possuem baixo poder aquisitivo perante a sociedade, este ainda relata os principais objetivos e benefícios que estes apresentam ao sujeito e como executá-lo. O vigente artigo contou ainda como participação da escola Omar Godoy, localizada na cidade de Vilhena, do estado de Rondônia, para que esta fosse receptora das atividades deste editorial, onde envolveu atividades que estimularam a cognição infantil das crianças como jogos de quebra cabeça, jogo da memória, pinturas, atividades motoras a exemplo o boliche, “bola na boca do coelho”, entre outros exercícios que buscam de forma modesta promover um aumento significativo da criatividade dos alunos além de ajudar na construção de uma cognição mais aflorada em atividades não monótonas e divertidas.

Palavras-chave: crianças; atividades lúdicas; benefícios

Abstract - The purpose of this paper is to demonstrate how to stimulate children’s cognition using low budget educational games that are easy to manufacture, which are ideal for the institutions and individuals with low purchasing power. The research also reports the game’s main goals, its benefits and how to execute it. This article also counted on the participation of Omar Godoy School, located in the city of Vilhena, state of Rondônia, where the activities described in this editorial took place. The activities that were used have the purpose to stimulate children’s cognition, which includes puzzles,

²³ Graduanda de Psicologia

²⁴ Psicóloga Especialista em saúde mental

memory games, paintings, motor activities such as bowling, “ball in the rabbit’s mouth”, among other ludic exercises that promote a significant improvement in the students’ creativity, as well as assisting them on building an enhanced cognition.

Keywords: children; ludic activities; benefits

Introdução

A busca pelo entendimento dos aspectos afetivos, cognitivos e motores das crianças são de suma relevância para a compreensão do entendimento humano ao falamos do desenvolvimento na cognição infantil.

É de suma valia estimular a cognição infantil para que as crianças possam desenvolver o pensamento lógico, favorecendo seu desenvolvimento psicomotor. Para o presente estudo objetivamos apresentar a contribuição do uso de jogos educativos na estimulação do desenvolvimento cognitivo da criança. A proposta se desdobra na realização na intenção de apresentar pesquisas relacionadas e desenvolver atividades lúdicas com as crianças matriculadas na educação infantil para averiguar o objetivo em questão.

Podemos estimular a aprendizagem da criança com algo que não a deixe desinteressada ou que vire algo monótono. Os jogos educativos é algo imprescindível para tal objetivo, estimula questões cognitivas infantis sem deixar a criança desanimada, assim desfrutaremos da possibilidade de averiguar como as crianças reagem diante de novos desafios para realização de atividades individuais e de grupos.

Por esses aspectos, foi observado a relevância de inscrever o presente projeto ao PIBIC (Programa institucional de bolsas de iniciação científica) da Faculdade da Amazônia, na área de Psicologia Escolar/ Psicopedagogia.

A criança na educação infantil

Ao falarmos de educação infantil devemos compreender que educação infantil é qualquer forma de saber que é transferido a criança, seja este conhecimento transferido através de sua família, comunidade, sociedade ou até mesmo a própria instituição escolar (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014).

Neste sentido, quando relatamos sobre a instituição escolar temos a sensibilidade de observar que é neste ambiente que as crianças entram em contato com outras crianças diferentes delas, tanto fisicamente quanto culturalmente. Diante disto, a educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica onde ajuda no desenvolvimento psicossocial da criança.

Conforme diz a LDB, lei 9394/96, Art.29:

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, apud TEIXEIRA; VOLPINI, 2014).

Existe um desmembramento de faixa etária entre as crianças de creches e pré-escolas, esta cisão é importante para que aquelas crianças com idade superior das demais possam ter um enriquecimento cognitivo e não estagnação deste, perante este, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96) intitula o seguinte: Criança de 0 a 3 anos de idade em Creches e crianças de 4 a 5 anos de idades em pré-escola (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014).

O ambiente escolar proporciona as crianças um novo mundo a ser explorado, onde sua criatividade começará a ser explorada, seguindo este princípio temos como atividades essenciais para este desenvolvimento cognitivo, atividades que relacione músicas, danças, contar histórias, oficinas de desenhos, entre outras atividades que são consideradas apropriadas tanto para as creches quanto para pré-escola, desde que a instituição respeite a faixa etária dos alunos diante das atividades a serem propostas (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014).

O brincar torna-se o modelo de que todo ofício cultural não se define apenas em uma conexão simples com o real. Partindo deste pressuposto, temos o início da cultura marcado pela independência da criatividade que brota sem haver obstáculos. O brincar não é apenas uma tarefa imposta para se confrontar com o “trabalho”, mas sim uma atividade com grande bagagem e poder social rico em conhecimentos e aprendizagem

(KISHIMOTO, 2017).

Para Winnicott o lúdico permitirá o sujeito a compreender uma cultura de forma aberta e positiva, além de o mostrar mais criativo. Podemos ainda observar que é através do jogo que se progride a atividade lúdica, pois neste os indivíduos necessitam partilhar de culturas diferentes e deixar de lado certos preconceitos para se poder jogar (KISHIMOTO, 2017).

Com o jogo, os indivíduos aprendem a ter as interpretações das atividades humanas; A criança passa a reconhecer alguns aspectos primordiais do jogo como aspecto fictício, presente na dramatização; transposição de papéis, repetição e novo início, regras entre colegas entre outros aspectos que nos permite a entender que o ato de brincar nos permite moderar um ambiente simbólico da própria criança (KISHIMOTO, 2017).

É através do lúdico que a criança edifica sua cultura, pois, a partir da interação com seus colegas, sua observação e estratégias que o “jogar” irá lhe permitir experiências e criar competências para intervir em suas questões futuras. Podemos com isso afirmar, que a cultura lúdica provem da interação social, assim como qualquer outra erudição (KISHIMOTO, 2017).

O ato do brincar proporciona mais do que uma série de informação a criança, ela desenvolve aspectos de sua personalidade, afetividade, sociabilidade, fortalece inclusive seus aspectos físicos, culturais, emocionais e cognitivos como atenção, memória, imitação entre outros (LORO, 2015).

Algumas instituições não priorizam o brincar de forma adequada por fatores financeiros, de logística entre outros, e é neste sentido que privilegio o papel do professor na educação infantil como um guardião do brincar, pois é através deste ato que as crianças poderão expressar seus conteúdos latentes como angústia, raiva, tristeza, alegria e agressividade (LORO, 2015).

Por fim saliento que a educação infantil tem como objetivo o desenvolvimento pleno das crianças, pois é nesta etapa da vida que elas descobrem novos valores, sentimentos, sua autonomia, identidade e a interação com outras pessoas (TEIXEIRA; VOLPINI, 2014).

Jogos educativos e a criança

O brinquedo como forma educativa prevem da época do Renascimento que via a brincadeira com forma de desenvolver faculdades mentais e facilitar o estudo, após esta época, ela ganha força com crescimento da Educação Infantil. Este mecanismo que ensina de forma agradável se materializa em jogos como quebra-cabeça, tabuleiros, brinquedos de encaixe, dentre outros brinquedos e brincadeiras que impôs ao desenvolvimento infantil um olhar com função psicopedagógico, dentre eles, móveis para percepção visual, sonora, motora, brincadeiras que se entrelaça com música, danças e diversas outras formas de expressões (KISHIMOTO, 2017).

A função lúdica do brinquedo proporciona a alegria, felicidade e até desprazer quando imposta, já a função educativa deste é que ensina ao sujeito conhecimentos e compreensão do mundo real (KISHIMOTO, 2017).

Por intermédio do jogo se desenvolve a exploração e a construção de conhecimento, por propagar com a motivação interna do lúdico, além de contar com a participação do aplicador do jogo e sua equipe para promover estímulos externos deste. Por ser utilizado de forma simbólica, o brinquedo educativo conquistou seu espaço na educação infantil (KISHIMOTO, 2017).

A primeira infância descrita por Piaget (De 2 a 7 anos), relata que com a manifestação da linguagem, o comportamento afetivo e intelectual do sujeito é alterado. Graças a linguagem, a criança consegue estruturar suas ações em formas narrativas, e utiliza desta manifestação verbal, um recurso para verbalizar suas futuras representações, onde o proveito deste é transmitir suas necessidades (PIAGET, 2003).

A relação entre um objeto e uma inviabilidade, torna um objeto interessante a partir do momento em que este corresponde ao seu objetivo. Sendo assim, o proveito é a orientação singular a todo ato de assimilação mental, que em outras palavras denota, adicionar um objeto ao ofício do indivíduo, onde nesta relação de associar um objeto e o eu (PIAGET, 2003).

É na primeira infância que as crianças que jogam procuram repetir modelos passados dos mais experientes, além disto, eles notam algumas singularidades existentes nas partidas de jogos anteriores, mas só as identificam em partes durante o jogo (PIAGET, 2003).

A inserção do jogo infantil nos planos de ensino pedagógicos revela a importância deste ato na justificativa da aprendizagem simbólica, pois é a partir do brincar

de “faz de conta” que o sujeito aprende aos significados do metafórico e a racionalidade do ser humano. A brincadeira tradicional proporciona a criança desenvolver formas de convivência social e o prazer ao brincar (KISHIMOTO, 2017).

As atividades de construção são encarregadas de enriquecer as funções sensoriais, motoras, mentais e estimular as habilidades da criança.

Construindo, transformando e destruindo, a criança expressa seu imaginário, seus problemas e permite aos terapeutas o diagnóstico de dificuldades de adaptação, bem como a educadores o estímulo da imaginação infantil e o desenvolvimento afetivo e intelectual (KISHIMOTO, 2017).

Ao analisar a fala da autora, observamos que é através do que se está construindo que a criança demonstra suas performances mentais, além de manusear os objetos do jogo da forma a qual melhor a satisfaz (KISHIMOTO, 2017).

É por intermédio das brincadeiras que os professores criam laços com seus alunos, pois quando as crianças chegam ao um novo ambiente (escola) totalmente desconhecido por eles, trazem consigo seus conhecimentos e vivências que aprenderam fora deste novo meio através do brincar. Ao utilizar a brincadeira de forma pedagógica o educador torna possível a criança vivenciar momentos de fantasias e criatividade dentro da sua verdade, o que gera momentos agradáveis de aprendizagem e conseqüentemente possibilita a criança ter prazer em aprender (SILVA, 2013).

O jogo possui um valor imensurável, pois é através dele que poderá ocorrer o processo de ensino e aprendizagem desde que trabalhado de forma construtivista para a criança (SILVA, 2013).

O jogo permite averiguar as habilidades da criança, como por exemplo jogos de bingo, Uno, damas e xadrez que exigem muita atenção e concentração dos participantes. Existem brincadeiras que podem ser aprimoradas ao físico e motor da criança como jogos de boliche, amarelinha. Existe ainda as brincadeiras de “faz de conta” e dramatização (teatro) essas brincadeiras permitem o desenvolvimento físico e mental da criança, o que gera aprimoramento de suas habilidades sociais (SILVA, 2013).

Quando a criança brinca, ela realiza a interação com sua própria vontade, e cria em seu mundo uma maior segurança, possibilitando desta forma a vontade de perguntar, questionar e interagir com seus colegas, fortalecendo desta forma aptidões inéditas e construindo desta forma uma aprendizagem significativa aos indivíduos (SILVA, 2013).

Por mediação psicopedagógica, compreendemos que o trabalho de diversas instituições (escola, trabalho...) necessita ser realizado por intermédio de um educador, psicólogo ou psicopedagogo que compreenda o processo de ensino-aprendizagem diante de uma visão dinâmica e pluricausal, onde, nem o aluno nem o educador sejam os únicos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, pois, o processo de ensino da criança é entendido como um método pluricasual, onde engloba questões afetivas, cognitivas, motores, sociais, econômicas, políticas entre outros, e a partir disto, necessitamos ver o aluno através de toda sua especificidade, afim de proporcionar a ele o melhor plano de ensino que atenda suas necessidades (KISHIMOTO, 2017).

Por fim, ressalto que é através do brincar que o educador exhibirá que a aprendizagem é animada, dinâmica e constante. As brincadeiras e os jogos estão evidentes em todos os momentos da vida, e esses são de suma importância para o desenvolvimento físico, mental e afetivo das crianças (SILVA, 2013).

A contribuição da psicologia

A atuação do Psicólogo no ambiente educacional considera um olhar para os aspectos cognitivos, comportamentais e sociais, procura desenvolver artifícios de promoção da melhoria no sistema ensino-aprendizagem, além de fomentar as relações interpessoais da instituição escolar a fim de viabilizar uma melhor qualidade de vida para todos da instituição (COLL, 2007; apud DIAS et al., 2015).

O lúdico no contexto escolar funciona como instrumento no processo de ensino-aprendizagem a partir do olhar da Psicologia, uma vez que é através do uso deste que possibilitará o desenvolvimento físico, psicomotor, cognitivo, afetivo, emocional e social do sujeito (DIAS et al., 2015).

Para Piaget, a ludicidade possui um destaque no desenvolvimento da criança, onde os jogos não são apenas diversão, mas sim, meios para desenvolver seu intelecto. Perante isto, notamos que o lúdico poderá ser utilizado em diversos ambientes

institucionais, para que tanto os educadores quanto os pais tenham um olhar mais flexível as brincadeiras como meio mediador de ensino-aprendizagem (DIAS et al.,2015).

Quanto aos aspectos cognitivos mencionados anteriormente, temos como a principal teoria deste o modelo da Teoria cognitiva, que foi inicialmente descrita por Aaron Beck na década de 1960, está buscando explicar de uma maneira crítica o comportamentalismo da época como ensinamento da aprendizagem através do condicionamento de estímulo e resposta. (KNAPP; BECK, 2008).

Os principais teóricos cognitivos como Piaget e Wallon também procuravam explicar suas teorias de aprendizagem através do modelo da teoria cognitiva. Diante disto explanarei a seguir os principais pontos de ambas as teorias destes teóricos (KNAPP; BECK, 2008).

Piaget compreende o desenvolvimento cognitivo como algo que contém uma dinamicidade, a inteligência existe na ação, modifica-se numa sucessão de estágios, que compreendem uma gênese, uma estrutura e as mudanças desta. (PILETTI; ROSSATO, 2015, p. 67).

Para o desenvolvimento cognitivo acontecer segundo Jean Piaget (1896-1980) a criança deverá passar por uma série de estágios aos quais vão sendo construída a cognição infantil, além disto, Piaget crê que a inteligência é o resultado de uma moldagem natural entre a assimilação e acomodação para assim organizar o pensamento do indivíduo (PILETTI; ROSSATO, 2015).

Piaget compreende o desenvolvimento (o processo de equilibrar) como a busca por um equilíbrio superior, com isso, na busca por equilíbrio constante surgem novas estruturas, novas formas de conhecimento (PILETTI; ROSSATO, 2015, p. 68).

Para ele, o que irá determinar o que o indivíduo será capaz de estabelecer em cada uma de suas fases do desenvolvimento, será resultado do equilíbrio mental alcançado em cada uma das fases de sua aprendizagem (PILETTI; ROSSATO, 2015).

Já para Henry Wallon (1879-1962) o desenrolar cognitivo é um processo social

e interacional entre a linguagem e o meio social do indivíduo que se modifica diariamente (PILETTI; ROSSATO, 2015):

Na concepção de Wallon (1968), a afetividade é vista como uma linguagem antes da linguagem, pois o ser humano se comunica com o outro desde sempre; é, pois, geneticamente social (PILETTI; ROSSATO, 2015, p. 104).

Wallon classifica o desenvolvimento cognitivo em etapas onde o indivíduo procura seu conhecimento diante sua totalidade, sejam elas: Biológicas, afetivas, social e intelectual, desta forma, a vivencia do sujeito se dá entre as condições do organismo e da sociedade para seu desenvolvimento acontecer de fato (PILETTI; ROSSATO, 2015).

Diante das teorias apresentadas podemos findar este, ressaltando que o fundamento essencial da teoria cognitivista é conceder um maior nível de compreensão sobre a forma como os indivíduos apenderem algo; saindo da origem de que a aprendizagem é um efeito da construção de figuras representacionais mentais do indivíduo, que traz como consequências o processo de informações que após internalizadas serão transformadas em conhecimento (PILETTI; ROSSATO, 2015).

Outros estudos

Nos estudos de Teixeira e Volpini (2014) sobre “a importância do brincar no contexto da educação infantil da creche e pré-escola” descreve a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança, destaca-se então que ela está em uma constante fase de crescimento, agindo, interagindo e transformando o mundo, portanto a infância é fundamental para que aprenda a brincar, pois é através do brincar que a criança desenvolve, constrói pensamentos e seu próprio jeito de ver o mundo, aprendendo a interagir com a realidade. As autoras destacam que o professor de Educação Infantil é alguém capaz de ajudá-la a se comunicar, a expressar sentimentos de alegria, tristeza, angústia, sempre partindo do brincar, pois é através do brincar que a criança desenvolve habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas e cognitivas.

Nas pesquisas de Loro (2015) que teve como tema “A importância do brincar na educação infantil teve como objetivo analisa o papel do educador nessa importante fase

da vida da criança”. Metodologicamente, o estudo foi classificado como qualitativo e descritivo. Sua realização permitiu compreender como o brincar vem sendo encarado no contexto da Educação Infantil, podendo-se constatar os avanços já alcançados e o que ainda precisa ser feito nesse sentido.

O ato de brincar de acordo com Lobo (2015) é uma forma de comunicação por meio da qual a criança se desenvolve integralmente, tanto no aspecto físico, como social, cultural, afetivo, emocional ou cognitivo. Por intermédio do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes, como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação. Mais do que isso, ela pode desenvolver áreas da personalidade, como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento das crianças até cinco anos de idade e é nessa etapa que elas descobrem novos valores, sentimentos, costumes, ocorrendo também o desenvolvimento da autonomia, da identidade e da interação com outras pessoas.

Assim as pesquisas de Loro (2015) relata que o professor da Educação Infantil nesse contexto possui o papel de guardião do brincar. As dificuldades que existem atualmente nas escolas de Educação Infantil com relação ao brincar referem-se especialmente à falta de material, de estrutura física e de professor capacitado. O estudo prático foi desenvolvido pela acadêmica numa escola de Educação Infantil do município de Três de Maio, RS, onde atua como educadora infantil e buscou conhecer a percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 3 anos de idade. Nas suas respostas aos questionários os participantes enfatizaram a importância do brincar nessa faixa etária e, ao mesmo tempo, a necessidade de meios que permitam a melhor forma de utilização da brincadeira nesse contexto. Por fim, sugere-se à escola analisada a elaboração de um estudo e planejamento visando à contratação de um professor de Educação Física para as crianças dessa faixa etária, a fim de que possam desenvolver atividades físicas envolvidas com a ludicidade que a infância proporciona (LORO, 2015).

De acordo com Silva (2013) que também pesquisou sobre “A importância do brincar na educação infantil”, atualmente a Educação Infantil vem sendo uma das principais temáticas estudadas pelos teóricos nas áreas de conhecimento como a Pedagogia e Psicologia, para tentar entender melhor como as crianças pensam e agem diante dos conhecimentos adquiridos em seu dia-a-dia. No entanto, a principal preocupação dos mesmos é encontrar uma forma de auxiliar no processo de formação da identidade e autonomia delas, através de meios educativos que possam ajudar nesse processo. Diante do exposto, o estudo teve como objetivo pesquisar no campo da

Educação Infantil, a importância do brincar como uma ferramenta a ser usada na prática educativa enquanto recurso pedagógico na aquisição de construção de aprendizagem e conhecimentos dos educandos.

Para Silva (2013) o desenvolvimento da mesma, foi realizado um percurso metodológico por meio de pesquisa de campo de caráter qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, que buscou obter a coleta de dados. A pesquisa foi realizada com três docentes da Educação Infantil de uma escola municipal de Itaporanga (PB). No resultado das pesquisas, fica visível que os professores utilizam as brincadeiras não só como meio educativo, mas também para descontração e diversão das crianças. No entanto, Silva (2013) concluiu que o trabalho de pesquisa promoveu uma visão mais ampla da realidade escolar a respeito das práticas pedagógicas dos docentes, da estrutura física da escola, da metodologia utilizada pelos professores (as), identificando os problemas existentes na mesma e a visão do professor a respeito das necessidades básicas, e do desenvolvimento integral das crianças.

Método

Tipologia do Estudo

O presente trabalho consiste apresentar os resultados obtidos do presente projeto, realizado pelo edital PIBIC (Programa institucional de bolsas de iniciação científica) da faculdade da Amazônia no ano de 2017, que tinha como principal objetivo fomentar o pensamento científica e iniciação á pesquisa de estudantes de graduação do ensino superior.

Este projeto foi realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Vilhena/RO que concedeu a escola Omar Godoy, de Vilhena/RO para a realização dos jogos cognitivos para estimular a cognição infantil das crianças matriculadas na no 2º ano da Educação Infantil desta instituição.

Neste sentido, a execução deste projeto buscou descrever os resultados obtidos através de atividades psicopedagogia, descrevendo desta forma se houve um avanço cognitivo nos alunos autorizados a participar deste projeto, mantendo sempre a validade e fidedignidade da consistência dos dados obtidos.

Participantes

Participou deste projeto 48 alunos de ambos os sexos (feminino e masculino),

contendo idade completa de 6 anos, cursando 2º ano da Educação Infantil da rede municipal de ensino da cidade de Vilhena, Rondônia. O critério para a participação deste era o aluno estar matriculado no 2º ano da Educação Infantil na instituição concedente, ter completo 6 anos de idade e ser autorizado pelos respectivos responsáveis a realizar testes psicológicos e as devidas atividades.

Instrumentos

Foram selecionadas atividades psicopedagogia selecionadas aleatoriamente. Todas as atividades realizadas recebiam uma pontuação, para que desta forma fosse possível avaliá-los conforme seu desempenho. Esta pontuação era dada ao final de cada atividade realizada do dia. A legenda do desempenho dos alunos foi organizada da seguinte maneira: A classificação de “Excelente” se dava pelo total desempenho da atividade, sem erro algum e sem ajuda para encerrar a atividade; a classificação de “Ótimo” ocorria pelo desempenho ao qual, os alunos obtivessem algum erro, mas que conseguisse sozinho a encerrar a atividade desejada; a classificação de “Bom” obtinha pelo desempenho ao qual os alunos obtivessem algum erro, e após a ajuda, conseguisse encerrar a atividade; a classificação de “Regular”, se dava pelo desempenho ao qual o aluno necessitasse de ajuda desde o início até o término da atividade; a classificação de “Ruim”, se dava pelo desempenho ao qual o aluno mesmo com ajuda não conseguisse encerrar a atividade; a classificação de “Ausente”, diz respeito a aqueles alunos que não estiveram presentes na sala de aula no dia da atividade.

A primeira atividade foi a do “SAPATO E OUTRAS FORMAS”; nesta atividade trouxe aos alunos um sapato impresso em uma folha sulfite e colado em um papelão, nesta atividade cada um dos alunos receberam um sapato e o pintaram, em seguida, com ajuda transpassaram o barbante no sapato, imitando o passar de cadaço, para no final fazerem o laço do sapato. O principal objetivo desta atividade era analisar o desenvolvimento de habilidades psicomotoras e desenvolver a percepção dos alunos.

No segundo encontro, foi realizado a atividade “TAPETE MÁGICO”, foi apresentado um tapete e um dado, confeccionado anteriormente com materiais de TNT, E.V.A e papelão para o dado. Os alunos foram separados em duas filas mistas, nestas filas ainda, iniciavam-se as atividades em duplas, para assim analisar quais dos dois alunos tinham maior desempenho para tal atividade. Esta atividade não tinha como principal objetivo ver quem chegasse primeiro ao “CÉU”, mas sim, trabalhar a parte psicomotora da criança, identificação das cores, identificação das formas geométricas e concentração

para tal atividade. Todos os alunos brincaram pelo menos 2x nesta atividade, pois ao chegar no final, eles voltavam para a fila, para assim brincar novamente.

No terceiro encontro, foi feita a atividade “ARREMESSO”, para iniciar esta atividade, a turma formou uma fila, com meninos e meninas. Os alunos ganharam 3 bolas plásticas, onde tinham 3 tentativas de cada bola para acertar o alvo, uma caixa de papelão com vários círculos nela, foi colocado ainda uma linha ao chão, para que ao arremessassem as bolas os alunos não ultrapassem a linha. Esta atividade tinha como principal objetivo trabalhar a intensidade da força dos dedos, controlar a força e posição do corpo, cálculo de distância, interação social no desenvolvimento do reflexo e impulso, além de desenvolver a criatividade e atenção das crianças ao tentar acertar a cesta.

No quarto encontro tivemos a atividade do “TANGRAM”, nesta atividade foi levado um Tangram confeccionado em E.V.A colorido, impresso de figuras formadas com o desenho do Tangram para colocar como exemplo no quadro num tamanho grande e vários desenhos pequenos, que foram entregues com as peças do Tangram em um papel impresso para cada dupla. Cada dupla escolhia um desenho e tentavam desenvolver sozinhos, caso não conseguissem podiam solicitar ajuda, porém, teriam que refazê-la novamente sem ajuda. Essa atividade tem como objetivo Familiarizar o aluno com as figuras básicas da Geometria, desenvolver o raciocínio lógico para a resolução de problemas, coordenação motora e habilidades na utilização dos materiais a serem utilizados e também estimular a participação do aluno em atividades conjuntas para desenvolver a capacidade de ouvir e respeitar a criatividade dos colegas, promovendo o intercâmbio de ideias como fonte de aprendizagem para um mesmo fim. Os alunos ficaram bem empenhados para desenvolver a atividade, todos bem animados para fazer os desenhos, muitos só conseguiam chegar na conclusão de cada desenho com ajuda; Algumas duplas se destacaram montando não só um desenho sozinhos mas sim todos os desenhos que ali estavam, e assim que terminaram foram ajudar outros coleguinhas que estavam com um grau de dificuldade.

No quinto encontro teve a atividade do “QUEBRA CABEÇA”. Para esta atividade foram levados vários quebra cabeças coloridos. Essa atividade teve como objetivo estimular a aprendizagem, desenvolver a atenção e o pensamento lógico, desenvolver a coordenação motora e da possibilidade de dominar o corpo, desenvolver a inteligência e desenvolver diferentes habilidades do pensamento como: observar, comparar, analisar e sintetizar.

No sexto encontro, a atividade do “BOLICHE” foi aplicada. Para esta atividade

foi preciso algumas garrafas pet de 2 litros e algumas bolas de plástico para simular os pinos e bola de boliche original. Inicialmente os alunos fizeram uma fila, onde está era intercalada entre meninos e meninas, ao final do arremesso das bolas aos pinos os alunos voltavam ao final da fila, todos os alunos fizeram esta atividade pelo menos 2x. Esta atividade teve como principal objetivo averiguar a coordenação motora das crianças e ajudar eles a somar a quantidade de pinos acertados.

No sétimo encontro a atividade foi do “JOGO DA MEMÓRIA”. Para esta atividade foi impresso em papel casca de ovo, algumas figuras coloridas retiradas da internet e recortadas e separadas em envelopes para facilitar a montagem das peças. Essa atividade tem como objetivo estimular a aprendizagem, desenvolver a atenção e o pensamento lógico, desenvolver a inteligência e desenvolver diferentes habilidades do pensamento como: observar, comparar, analisar e sintetizar.

No oitavo e último encontro foi realizada a atividade de “PINTURA DE FORMAS GEOMÉTRICAS”. Para esta atividade trouxe um desenho que utilizava figuras geométricas, nesta os alunos tinham que pintar o desenho conforme a legenda do desenho, esta atividade tinha como principal objetivo averiguar se os alunos conseguiam identificar as formas geométricas e pinta-las conforme descrito.

Procedimento

Para dar início ao desenvolvimento deste projeto, entramos em contato com a Prefeitura Municipal de Vilhena, onde fizemos um contrato exclusivo para a aplicação deste, após isto, a secretária municipal de educação (SEMED) nos ofertou a escola Omar Godoy da respectiva cidade para a aplicação deste.

Após entrarmos em contato com a escola, ofertamos a instituição uma carta explicando o intuito deste projeto, para que assim encaminhassem aos pais o Termo de Condimento Livre e Esclarecido do presente projeto e os alunos trouxessem estes assinados na próxima semana.

As atividades junto aos alunos iniciaram com uso dos jogos educativos sugerido pelo livro “Jogos e Brincadeiras como estratégias para o ensino e aprendizagem”, e por indicação de profissionais psicólogos.

Resultados

As atividades realizadas tiveram a participação dos alunos de três (3) salas de aulas, totalizando 48 crianças, que tiveram autorização dos pais para participar do estudo.

Quadro 1 – Atividades psicopedagogias

Atividades	Excelente	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Ausentes
At1 = Sapato	0	1	27	11	2	7
At2 = Tapete Mágico	0	1	31	5	1	10
At3 = Arremesso	0	1	33	7	0	7
At4 = Tangram	0	2	25	13	0	8
At5 = Quebra Cabeça	0	2	34	3	0	9
At6 = Boliche	0	0	32	3	0	13
At7 = Jogo da Memória	0	0	39	4	1	4
At8 = Pint. Formas geométricas	0	2	20	17	3	6

Fonte: Autora

Na análise da atividade do SAPATO, dos 48 alunos participantes, 1 aluno obteve classificação “Ótimo”, 27 alunos obtiveram classificação “Bom”, 11 alunos obtiveram classificação “Regular”, 2 alunos obtiveram classificação “Ruim” e 7 alunos estiveram ausentes durante a atividade.

Na atividade TAPETE MÁGICO, 1 aluno obteve classificação “Ótimo”, 31 alunos obtiveram classificação “Bom”, 5 alunos obtiveram classificação “Regular”, 1 aluno obteve classificação “Ruim” e 10 alunos estiveram ausentes durante a atividade, somando se assim 48 alunos avaliados.

Na atividade ARREMESSO, 1 aluno obteve classificação “Ótimo”, 33 alunos obtiveram classificação “Bom”, 7 alunos obtiveram classificação “Regular” e 7 alunos estiveram ausentes durante a atividade, somando se assim 48 alunos avaliados.

Na atividade TANGRAM, 2 alunos obtiveram classificação “Ótimo”, 25 alunos obtiveram classificação “Bom”, 13 alunos obtiveram classificação “Regular” e 8 alunos estiveram ausentes durante a atividade, somando se assim 48 alunos avaliados.

Na atividade QUEBRA CABEÇA, 2 alunos obtiveram classificação “Ótimo”,

34 alunos obtiveram classificação “Bom”, 3 alunos obtiveram classificação “Regular” e 9 alunos estiveram ausentes durante a atividade, somando se assim 48 alunos avaliados.

Na atividade BOLICHE, 32 alunos obtiveram classificação “Bom”, 3 alunos obtiveram classificação “Regular” e 13 alunos estiveram ausentes durante a atividade, somando se assim 48 alunos avaliados.

Na atividade JOGO DA MEMÓRIA, 39 alunos obtiveram classificação “Bom”, 4 alunos obtiveram classificação “Regular”, 1 aluno obteve classificação “Ruim” e 4 alunos estiveram ausentes durante a atividade, somando se assim 48 alunos avaliados.

E na última atividade PINTURA DE FORMAS GEOMETRICAS, 2 alunos obtiveram classificação “Ótimo”, 20 alunos obtiveram classificação “Bom”, 17 alunos obtiveram classificação “Regular”, 3 alunos obtiveram classificação “Ruim” e 6 alunos estiveram ausentes durante a atividade, somando se assim 48 alunos avaliados.

Discussão

Durante as atividades realizadas foi notável a participação dos alunos de ambos os sexos, este conjunto de alunos foram bastante participativos, alguns mais participativos em algumas atividades e menos participativos em outras atividades, isto se dá devido, durante a realização de algumas atividades encontrem algum nível de dificuldades na execução, ou não se sentirem tão motivados quanto aos demais. Segundo Campos, (2014, p.109) “A falta de motivação conduzirá a aumento de tensão emocional, problemas disciplinares, aborrecimento, fadiga e aprendizagem pouco eficiente da classe”. A fala deste autor, nós faz obter a resposta de o “porque” alguns alunos encontraram uma dificuldade na execução de suas atividades, eles não se sentiram muito motivados com tais atividades, gerando assim, fadiga e aprendizagem pouco eficiente das atividades dos alunos que encontraram dificuldades.

Ainda assim, o desempenho geral de todas as atividades foi bastante satisfatório. Identificou-se nas tabelas gerais o desempenho com maior índice em todas as atividades e foi o com desempenho “Bom”, podendo predispor desta forma que a maioria foi bem durante o processo. Além do que foram melhorando o seu desempenho subsequente. Segundo Campos” (2014, p.109), a compreensão e o uso adequado das técnicas motivadoras resultaram em interesse, concentração de atenção, atividade produtiva e atividade eficiente de uma classe”. Diante da fala deste autor, concluímos que a maioria

dos alunos foram motivados com o projeto apresentado e as atividades ajudaram a melhorar aspectos psicossociais e de aprendizagem.

A maioria dos alunos tiveram “Bom” desempenho durante as atividades, notamos que uma minoria destes 48 alunos tiveram desempenho “Ruim” e os demais com desempenho “Regular”. Acredita-se que a continuidade dos estímulos cognitivos possam aumentar o desempenho desses alunos em atividades futuras. Segundo, Ganz et al, (2015) “Intervenções no contexto educacional com crianças pré-escolares são de suma importância para o desenvolvimento de habilidades cognitivas necessárias à aprendizagem”.

Podemos assim concluir que o desempenho geral dos alunos, podem ser melhorados com o uso de jogos educativos e outras brincadeiras que estimulem a cognição infantil deles, fazendo com que os alunos que obtiveram escores abaixo ou igual de “Bom”, possam atingir tais escores almejados como os de “Ótimo” e “Excelente”. Diante destas observações pode-se evidenciar que houve de fato uma mudança no aprendizado das crianças após a realização deste projeto.

Considerações finais

A relação entre o jogo e a brincadeira surgiu ao longo da história da humanidade relacionando a criança e a educação, observasse que o brincar contribui para o desenvolvimento integral da criança e propicia a construção do conhecimento.

No jogo e no brincar a criança reproduz seu cotidiano, utilizando como uma ferramenta para substituir objetos reais para manipulá-los podendo integrar características como tamanho, formas delicadas e simples, também agregar um imaginário preexistente criado pelos desenhos animados ou todo mundo fictício da televisão.

Com isso, os jogos educativos vêm para auxiliar no desenvolvimento cognitivo, físico e psicomotor da criança de uma forma divertida e criativa para chegar a um determinado objetivo, por isso, a importância de escolher jogos educativos, respeitando sua idade fisiológica e cognitiva se faz necessário.

Foi possível observar durante o tempo de aplicação deste projeto, que os jogos educativos e as brincadeiras tem suma importância no cotidiano das crianças, onde estes, apresentaram um aumento expressivo em sua cognição, percepção, como demonstrada

nos resultados encontrados, além da satisfação pessoal de cada indivíduos, pois estas atividades foram além de prazerosas, lúdicas e diferentes do cotidiano das crianças.

E por fim, é explícita a importância da realização de projetos como este que estimulam a cognição infantil, para que desta forma todas as crianças possam aprender com mais facilidade questões escolares e do seu próprio dia a dia, com atividades educativas de fácil acesso a todos que assim desejem construir uma educação melhor a todos.

Referências

- DIAS, E. G. et al. **O olhar da psicologia sobre a importância da ludicidade no contexto escolar. II CONEDU**, p.01-09, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA6_ID1840_24072015175605.pdf> . Acesso em: 24 Ago. 2018.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. Livro eletrônico. São Paulo: Cortez, 2017.
- KNAPP, P.; BECK, A. T. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva**. Rev. Bras. Psiquiatria, v.30 n:2, p. 01-010, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462008000600002>. Acesso em: 5 de mar. 2018.
- LORO, A. R. **A importância do brincar na educação infantil**. p. 01-042, 2015. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3391/Aline%20Loro%20TCC%20p%20c3%20b3s%20banca.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 Ago. 2018.
- PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2003.
- PILTTI, N.; ROSSATO, S. M. **Psicologia da Aprendizagem: Da teoria do condicionamento ao construtivismo**. 1. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVA, I. da S. **A importância do brincar na educação infantil**. p.01-038, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3678/1/LIS25032014.pdf>>. Acesso em: 25 Ago. 2018.

TEIXEIRA, H. C.; VOLPINI, M. N. **A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola.** p. 01-013, 2014. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074001.pdf>>. Acesso em: 25 Agosto. 2018.

CAMPOS, D. M. de S. **Psicologia da Aprendizagem.** 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GANZ, J. S.; CAMPOS, L. M.; SILVA, P. B. da et al **Programa de estimulação cognitiva "ativamente" para o ensino infantil.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100003>. Acesso em: 10 de Fevereiro. 2018.

O papel da saúde pública brasileira na prevenção ao suicídio

Renata Monteiro da Silva²⁵

Eldessandra Santos da Costa²⁶

Resumo - O suicídio é um fenômeno que vem ganhando espaço em termos estatísticos, além de estar sendo tema de muitas discussões, com ênfase na psicologia. A ciência psicológica é quem estuda aspectos intrínsecos e extrínsecos dos seres humanos. A saúde pública apresentasse como ferramenta indispensável de mecanismos de investigação, prevenção, cuidados e tratamento do indivíduo, família e sociedade no que se refere a esse fenômeno. Nessa perspectiva o presente estudo tem por objetivo discutir, através de referências bibliográficas o papel da saúde pública e as possíveis contribuições da psicologia frente a prevenção ao suicídio no Brasil, bem como averiguar quais estratégias vem sendo utilizadas pelas políticas públicas, apresentando ainda, os principais fatores de riscos que desencadeiam o fenômeno do suicídio. A pesquisa científica baseia-se em método dedutivo, enquanto a classificação da pesquisa é de natureza básica, com a abordagem ao problema quantitativo, sendo os objetivos de características exploratórias, descritiva e com procedimentos técnicos de estudo bibliográfico e levantamento de dados. Dos resultados mais significativos da pesquisa é possível observar a presença de ações em Saúde Pública com objetivo de prevenir e tratar o suicídio, porém ao mesmo tempo questionamos a eficácia dessas ações devido aos altos índices de suicido, destacando a necessidade de repensar a prática.

Palavras-chave: indivíduo; família; risco; saúde; psicologia.

The role of Brazilian Public Health System in suicide prevention

²⁵ Psicóloga

²⁶ Psicóloga Especialista em saúde mental

Abstract - Suicide is a phenomenon that has been gaining space in statistical terms aside from being the subject of many discussions with emphasis on psychology. Psychological science is in charge of studying the intrinsic and extrinsic aspect of human beings. The public health system presents itself as an indispensable tool of Investigation mechanisms, prevention, care and treatment of the individual, family and society in relation to this phenomenon. In this perspective, the purpose of this study is to discuss through bibliographical references the role of the public health system and the possible contributions of psychology to Suicide Prevention in Brazil as well as to investigate what strategies have been used by public policies, also presenting the main risk factors that cause the phenomenon of suicide. A bibliographical survey was made and the most significant results show the presence of Public Health actions that aim to prevent and treat suicide, but at the same time we questioned the effectiveness of these actions due to the high suicide rates, highlighting the need to rethink the practice.

Keywords: individual; family; risk; health; psychology

Introdução

Falar sobre suicídio ou propriamente de morte não é uma tarefa fácil, ela ainda é um tabu a ser negado ou evitado. Compreender a temática da morte já é por si complexo isto porque diversos fatores abarcam tal complexidade tornando-o desafiador, embora seja um acontecimento natural da vida (BOTEGA et al., 2006).

Em termos estatísticos o suicídio é um fenômeno que vem ganhando espaço, o que o transforma em um problema de saúde preocupante. O Conselho Federal de Psicologia – CFP (2013), destaca que o sofrimento vai além de quem realizou a tentativa do suicídio, afetando familiares, pessoas íntimas e outras sem referência. Ainda, de acordo com os autores Gonçalves; Freitas; Sequeira (2011, p. 152), estima-se que a cada morte por suicídio, até seis pessoas próximas às vítimas são afetadas.

Tal fenômeno encontra-se entre as dez principais causas de morte no mundo, e entre as três primeiras quando considerada a faixa entre 15 e 44 anos de idade, segundo

dados da Organização Mundial da Saúde – OMS (2014), destacando que cerca de 800 mil pessoas cometem suicídio por ano em todo o mundo, disto posto, uma morte por suicídio ocorre a cada quarenta segundos.

A complexidade de se abordar temas como “suicídio” no meio social como nas escola, família e instituições torna-se difícil assim como se falar em morte em uma cultura ocidental. Suicídio e morte contrapõe a questão científica e a estudos sobre a longevidade da pessoa humana. Considerando a amplitude do fenômeno, que quando divulgados ganham grande repercussão social.

A presente pesquisa tem objetivos exploratórios e descritivos, propõe discutir através de referências bibliográficas o papel da saúde públicas e as possíveis contribuições da psicologia frente a prevenção ao suicídio no Brasil, como também averiguar quais estratégias vem sendo utilizadas pelas políticas públicas para minimizar tal fenômeno e quais os principais fatores de riscos que desencadeiam o suicídio.

Desta forma, o presente trabalho, visa apresentar uma breve concepção histórica acerca do suicídio, incluindo o contexto contemporâneo, abordando também os fatores de riscos e mitos que permeiam ao tema. Posteriormente, adentrar-se-á nas políticas públicas com foco na Saúde Pública, visando explicar acerca dos principais programas/meios de prevenção que vêm sendo utilizado e por fim, não menos importante como descrever sobre a contribuição da psicologia para a temática.

O embasamento que justifica e dar relevância a pesquisa predispõem que o fenômeno vem ganhando espaço social e aumentado ano após anos o número de vítimas fatais. Ações de atenção são empregas, mas os índice continuam a crescer. Estudos acerca da temática visam um dos principais lemas das campanhas de prevenção do suicídio “falar é a melhor solução”, quebrando tabus e crenças acerca do tema, nessa perspectiva iniciamos o estudo em questão.

Suicídio

Analisando as bases históricas, compreende-se que o suicídio sempre se remeteu a sentimentos aversivos de crime, culpa, loucura e pecado. Em “O Mito de Sísifo”,

descrito por Albert Camus, é relatado que, para a filosofia, só haveria um único problema: o suicídio. “Decidir se a vida merece ou não ser vivida é responder a uma pergunta fundamental da filosofia” (SARAIVA, 2010).

Para tanto, o termo suicídio (etiologicamente *sui=* de si mesmo; *caedere=* ação de matar) foi utilizado pela primeira vez por Desfontaines entre os anos de 1717 a 1737, com significado de “matar a si mesmo”, isto é, estando o indivíduo em anseio para evadir-se de um intenso sofrimento, decide tirar sua própria vida (COSTA, 2010). A OMS (2000) contribui ainda ao afirmar que “o suicídio hoje é compreendido como um transtorno multidimensional, que resulta de uma interação complexa entre fatores ambientais, sociais, fisiológicos, genéticos e biológicos”.

Apesar de ser um ato individual, sabe-se que na Antiga Grécia, o suicídio deveria ter prévio consentimento da comunidade, uma vez que este era considerado um atentado contra a comunidade, sendo censurado juridicamente ou politicamente. Honras de sepulturas para aqueles da qual não tiveram o aval comunitário eram recusadas, para tanto, a mão era amputada e enterrada à parte. Sabe-se também que o governo, da mesma forma que autorizava ou vetava às intenções suicidas, também tinham o poder de induzi-las, como ocorreu com Sócrates, em 399 a.C., ao ser obrigado a ingerir veneno (FRAZÃO, 2007).

Embora em uma constância quanto a sua tolerância, sendo ora reprimida e ora tolerada, os primeiros séculos da era Cristã firmaram o conceito de reprovação quanto ao atentado á própria vida, Santo Agostinho, no século V, foi o precursor de tal decisão, seguido por Orleans, Braga, Toledo, Auxerre, Troyes, Nimes, até o Decret de Gratien que abolia todas e quais quer formas de suicídio (FRAZÃO, 2007).

Também seguindo os caminhos da era Cristã a Europa passa a censurar atos contra a própria vida, considerando que “matar-se” significaria ferir ao outro, e o outro seria Deus, criador do homem e, portanto, quem “deveria mata-lo”. Sendo assim, o indivíduo seria igualado a ladrões e assassinos, isentos de ritos religiosos e seu cadáver propício a exposição pública (TAVARES, 2014).

Com a liberdade religiosa, entre os séculos XIV e XVI, houve um agravamento nos casos de suicídios, sendo estes compreendidos pela Revolução Industrial, bem como ao Capitalismo que, por consequência, “diminuíram o apelo à Religião” (TAVARES, 2014).

No século XVIII, Montesquieu e Rousseau buscaram razões sociológicas para abranger tal fenômeno, visando, desta forma, a dissociação com considerações religiosas. Seguindo as mesmas considerações a Revolução Francesa passa a desconsiderar a lei que rege “os crimes cometidos pelo próprio sobre si mesmo”. Em outros países, como a Inglaterra, o suicídio ainda é considerado crime até o século XX. (SARAIVA, 2010).

Emile Durkheim (2008), com relação aos estudos de tal fenômeno, em 1897 dedicou-se ao tema, tendo sua obra republicada em 2008. O mesmo afirmou considerar o suicídio como um fato social, uma vez que, tal indivíduo, sujeito ao ato, é fruto de complexas forças sociais, sendo este não compreendido pelo meio no qual está inserido. Durkheim defende que, cada sociedade tem uma tendência específica para a morte de si mesmo, ou seja, o suicídio pode ocorrer em condições sociais facilitadoras, que de certa forma poderiam ser percebidas pelo nível de integração entre os membros dos diversos grupos, defendendo que quanto maior o nível de integração entre os membros de um determinado grupo, menor o índice de suicídio.

No Brasil, segundo o Decreto de lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 sobre o código penal militar descreve no Art. 207 como crime “induzir, instigar ou prestar auxílio ao suicídio”, não considerando como infração penal a morte autoprovocada, embora entendida como um ato ilícito, uma vez que a vida é “um bem jurídico indisponível” (BITENCOURT, 2006). Moraes (2005, p. 176), relata que “o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, pois seu asseguramento impõe-se, já que se constitui em pré-requisito à existência de todos os demais direitos”, sendo assim, compreende-se, mediante a legislação brasileira que, todos possuem direito a vida, mas não sobre a vida, desconsiderando a morte como direito de qualquer que seja o indivíduo.

Fatores de riscos do suicídio

De acordo com o Ministério da Saúde, são considerados como fatores de riscos: os transtornos mentais (distúrbios de humor, ansiedade, personalidade e associação com substâncias psicoativas), sociodemográficos (estando o sexo masculino, faixa etária jovem e idosa, mais propício a tal ato), psicológicos (perdas, dinâmica familiar, traços de personalidade) e condições clínicas incapacitantes (compreendido como doenças, lesões e traumas) (BRASIL, 2006). Ressaltando como queixas iniciais: o isolamento social, a

agressividade, a depressão, o complexo de inferioridade (BRASIL, 2006 *apud* ALVES, 2014).

No entanto, o fato de casos de suicídios estarem sendo relacionados aos transtornos mentais tem sido temas de discussão, uma vez que a tentativa de suicídio é considerada como um pedido de ajuda, sendo ainda afirmado que nem todas as tentativas correspondem ao real desejo de morte (SILVA, 2010, p.29). “É preciso questionar porque é necessário chamar a atenção. Suicidas e famílias devem ser orientados e tratados, inclusive para que o ato não se repita” (SILVA, 2010, p.29).

Mello (2000, p.164), ressalta que, correlacionar as tentativas e efetivos casos de suicídio aos transtornos mentais podem, deliberadamente, influenciar o ato médico nos atendimentos a tais casos, incluindo ao fato de medicamentos antidepressivos ser prescritos “em condições não tão claras”.

Carlos Guilherme da Silva Figueiredo, diretor da APBr (Associação Psiquiátrica de Brasília), descreve ainda como fatores de risco entre jovens podem está relacionado ao: “afastamento dos pais biológicos, divórcio dos pais, o suicídio dos pais ou parentes e amigos próximos, dependência química, e para as meninas, entre 15 a 19 anos, a gravidez precoce e o aborto” (BRASIL, 2017).

No entanto, ressalta-se que a forma com que cada individuo lida com suas emoções são singulares, desta forma, estar em condições consideradas como fatores de risco não afirma a concretização ao ato suicida. Tavares (2014) afirma que os fatores mencionados são, em geral, um desencadear de “desespero suficientemente intensa para colocar a ideia de suicídio”.

Quando existe a identificação de um dos fatores que atribuem para o desenvolvimento do desejo de suicídio, possibilita o encaminhamento a especialistas e órgãos para prevenções contra o suicídio.

A tarefa do trabalho relacionados com a prevenção consiste em:

- Identificar pessoas que estão em risco e que a ele são vulneráveis;
- O seu comportamento autodestrutivo;
- Estruturar intervenções eficazes.

O Ministério da Saúde ressalta que o “Brasil está entre os dez países com maiores números índice de suicídio”, visando a minimização dos altos índices por mortes decorrentes ao suicídio, manuais de prevenção foram desenvolvidos com o intuito de que profissionais da saúde compreendam os aspectos abarcados em tais atos, bem como os principais fatores de riscos (ALVES, 2014). Além do mais, Krug et al. (2002, p. 4) ressaltam que “[...] a saúde é, acima de tudo, caracterizada por sua ênfase na prevenção”. Neste aspecto, encontramos algumas das ações em Saúde Pública.

Saúde pública

A conceituação mais reconhecida de Saúde Pública segundo Rocha, Cesar e Ribeiro (2013) foi citada por Winslow (1877-1957) que define:

(...) Saúde Pública é a ciência e a arte de evitar doença, prolongar a vida e promover a saúde física e mental, e a eficiência, através de esforços organizados da comunidade, visando o saneamento do meio, o controle das infecções comunitárias, a educação do indivíduo nos princípios da higiene pessoal, a organização de serviço médico e de enfermagem para o diagnóstico precoce e o tratamento da doença e o desenvolvimento dos mecanismos sociais que assegurarão a cada pessoa na comunidade o padrão de vida adequado para a manutenção da saúde. (ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013).

No Brasil as ações em Saúde Pública seguem as orientações estabelecidas na Constituição de 1988, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS). As ações em Saúde Públicas são direcionadas direta ou indiretamente pelo Estado, propõem respostas a questões da área. A mesma Constituição também descreve as ações de saúde com de “relevância pública”, destaca que “saúde é um bem público puro”, pois se difere de outros aspectos de bens e serviço (ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013).

A saúde foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1960 como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de

doença ou enfermidade”. Existem críticas sobre essa clássica conceituação, porém é a mais propagada entre os profissionais da área. A crítica se embasa no questionamento da condição de “completo bem-estar físico, mental e social”, difícil ou senão impossível segundo os pesquisadores de ser alcançado. (ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013). Takei, Hupsel, Schnitman (2017) descrevem saúde como um fenômeno complexo, mais amplo que é maior do que somente aspectos biológico e social, envolvendo questões comportamentais, estilo de vida, condições socioeconômicas, culturais e ambientais. Complementam relatam que só intervenções de caráter curativo, com propósito na eliminação de cunho biológico e na atenção individual, não atendem as necessidades população.

No plano coletivo segundo Rocha, Cesar e Ribeiro (2013), a questão saúde-doença é mais amplo que a soma dos aspectos biológicos de cada indivíduo que compõem um grupo ou população. Muito dos casos de saúde referente a uma comunidade sejam pontuados por dados quantitativos, aspectos e dimensões qualitativas igualmente pode ser utilizado. Dados demográficos e epidemiológicos, números referentes a óbitos, doenças, serviços de saúde, riscos de adoecer e morrer e às condições de vida são exemplos de alguns indicadores que podem ser utilizados (ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013).

Assim como a dificuldade para definir saúde, é a complexidade para conceituar “problema de saúde”, neste último caso é possível perceber a existência da variabilidade individual faz que o que é problema para um não o seja para outro. No campo do psiquismo, tornasse ainda mais complexo quando tenta encontrar uma definição. Os autores Rocha, Cesar e Ribeiro (2013) citam que em outras situações, como comprometimento de estrutura e processos orgânicos não se apresenta tanta complexidade, são delineada pela homeostasia.

Apesar das dificuldades de conceituação, “problema de saúde” segundo Sinai, Chaves (1977) e Rocha, Cesar e Ribeiro (2013) pode ser considerado problema de saúde para saúde pública quando:

- a) Compõem causa comum de morbidade ou mortalidade
- b) Existem meios eficazes de prevenção e controle,
- c) As técnicas não estão sendo adequadamente usados.

Um problema de saúde pública refere-se a reprodução social de necessidade ou agravo de saúde, ou seja deve ser considerando as condições de vida e do modo de

produção econômica social dos indivíduos e sociedade. Dessa forma, problema de Saúde Pública deve se considerar quando acometem certo número de pessoas.

Pode-se afirmar que problemas de Saúde Pública são problemas quando, acometem certo número de indivíduos, e podendo ser passível de se tornarem objetos de ações individuais ou coletivas para sua prevenção e controle em termos populacionais, assumem importância que se fundamenta a ação do Estado para suprir as necessidades da população e o desvio recursos públicos para os fins. Nestes aspectos é possível afirmar que problemas de saúde se transforma em problemas de Saúde Públicas quando elucida expressão social necessitando uma ou mais políticas públicas para seu enfrentamento, resolução ou controle. (EDUARDO, 1998 *apud* ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013).

Os critérios para elencar as prioridades em Saúde Pública devem considerar segundo Chaves (1977 *apud* ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013) os seguintes aspectos:

- a) Número de pessoas atingidas
 - b) Seriedade ou gravidade ou grau do dano causado (relacionado com a viabilidade política de implementar ações de Saúde Pública);
 - c) Possibilidade de atuação eficiente (relacionado com a factibilidade técnica de enfrentar o problema, tendo em vista os conhecimentos disponíveis, e a relação custo-benefício derivada dos recursos e das tecnologias adotadas para a intervenção);
 - d) Custo per capita (relacionado com a viabilidade econômica da intervenção de saúde pública);
 - e) Grau de interesse da comunidade (relacionado com as implicações socioeconômicas do problema a ser enfrentado).
- (CHAVES, 1977 *apud* ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013)

A saúde pública no final das últimas décadas do século XX e na primeira do XXI passou por mudanças significativas com a afirmação de um “federalismo sanitário”, implantaram ações de pactuação entre gestores com as comissões inter-gestores (Tripartite - nível federal e Bipartites - nos estados). Essas mudanças auxiliaram na definição dos repasse financeiros, informando que os municípios passariam a ser prestadores de serviço através de convênios federativos. Foi destacado a ação pelo “Pacto

pela Saúde”, junto com o “Pacto pela Vida”, um “Pacto em defesa do SUS” e um “Pacto de Gestão”, constituindo desde 2012, segundo os pesquisadores os mais recentes instrumentos de ação conjugadas dos três níveis de governo. (ROCHA; CESAR; RIBEIRO, 2013).

Com a intenção de atender de forma integral às necessidades da população foi sistematizado as ações de saúde de maneira que integre ações curativas com preventivas e de promoção, com diferentes níveis de complexidade. Takei, Hupsel e Schnitman (2017) relatam que para atender o sistema, foi organizado em níveis de atenção. São eles: primário, secundário e terciário.

A Atenção Primária à Saúde (APS) teve sua conceituação elaborada pela Organização Mundial de Saúde, junto com o Fundo das Nações Unidas (UNICEF), que ocorreu na I conferência Internacional de Cuidados Primários da Saúde, realizada em 1978, que deu origem a Declaração de Alma-Ata. E foi definida segundo Takei, Hupsel e Schnitman (2017) como:

Cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologia práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país possam manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoconfiança e automedicação. Fazem parte integrante tanto do sistema de saúde do país, do qual constituem a função central e o foco principal, quanto do desenvolvimento social e econômico global da comunidade. Representam o primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde, pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde. (TAKEI; HUPSEL; SCHNITMAN, 2017)

O nível de APS a assistência à saúde deve está ao alcance de todos, pois a saúde é entendida como um direito fundamental dos indivíduos e comunidades, com acesso universal aos serviços e a intersetorialidade das ações. (TAKEI; HUPSEL; SCHNITMAN, 2017). Rocha, Cesar e Ribeiro (2013) esclarecem que “Atenção primária ou básica significa atenção primeira”, mas não, exatamente, “atenção única”. Não significando que seja de atenção de baixa qualidade com fins simples. Em relação a saúde, muitas vezes o simples é muito relativo.

Na Declaração de Alma-Ata foi estabelecido que APS deve incluir ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, segundo as necessidades locais. Compor atenção materno-infantil, imunização, prevenção e controle de doenças locais, tratamento adequado de doenças e lesões comuns e distribuição de medicamentos essenciais (TAKEI; HUPSEL; SCHNITMAN, 2017).

A Atenção Secundária à Saúde refere-se diretamente a práticas e serviços especializados, com objetivo de atender os mais importantes problemas de saúde da população e oferecendo seguimento dos atendimentos da atenção primária. Segundo os autores que as descrevem Takei, Hupsel e Schnitaman (2017) a equipe é composta por profissionais especialista e usam recursos tecnológico de apoio dignóstico e terapêutico. Segundo Rocha, Cesar e Ribeiro (2013) a Atenção Secundária são caracterizadas como ambulatorios de especialidades e dedicam se a ações de média complexidade.

A Atenção Terciária à Saúde, diz respeito às unidades de atendimento de maior especialização. Possuem serviços ambulatoriais e hospitalares, que atendem situações de grande especificidade e elevado custo. Abrangem um grupo menor de pessoas, que necessitam de atendimento e cuidados especiais, como é o caso de doenças crônicas (TAKEI; HUPSEL; SCHNITMAN, 2017). De acordo com Rocha, Cesar e Ribeiro (2013) a Atenção Terciária envolve serviços de alta complexidade, e necessitando de algum tipo de internação. Takei, Hupsel e Schnitman citam como exemplo os hospitais ou centros de radioterapia e quimioterapia.

Por fim, Takei, Hupsel e Schnitman (2017) salientam que os serviços de atenção primária, secundária e terciária devem estar articulados um sistema integral e articulado, possibilitando o cuidado contínuo, integral e de qualidade à população. Os autores destacam que todas as atenções são igualmente importantes, e só assim compõem o

sistema de saúde, é um ciclo completo e imprescindível para proporcionar condição de saúde.

A psicologia e o suicídio

O Conselho Federal de Psicologia - CFP (2013) descreve que cerca de um milhão de pessoas se suicidam por ano no mundo, ressaltando ainda que, tal ato refere-se a um problema social que pode ser evitado, além de considerado de extrema relevância para a Saúde Pública. O conselho relata que o protagonista do suicídio terá a intenção suicida, mas de primeiro momento espera que algo aconteça, “quer morrer, mas não quer se matar”, as tentativas saem com as descobertas do mundo.

A Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP (2014) afirma que “suicídio é uma grande questão de saúde pública em todos os países”. A OMS (2014 apud ABP, 2014) descreve que é possível precaver o suicídio desde que, entre outras ações estejam os profissionais de saúde de dos diversos níveis de atenção, e estes possam visualizar os fatores de risco presentes.

A ABP (2014) expõe que “mais de 800 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano em todo o mundo, o que equivale a uma morte a cada 40 segundos”, ocasionando, desta forma, que milhares de pessoas sejam afetadas em decorrências de morte por suicídio. Com base na Estimativa Nacional, o Suicídio é classificado no Brasil, “entre as dez causas de morte mais frequentes” e é certo de que esta estimativa vai além do divulgado e notificado, pois existem casos de suicídios que no atestado de óbito constata-se outra causa para a morte (OMS, 2000 apud TAVARES, 2014).

No Brasil, o suicídio sobrepõe, em média, 11 (onze) mil vidas por ano, estando entre a quarta maior causa de morte em jovens entre 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2017). No que se refere à tentativa, estima-se que, para cada suicídio consumado, ocorram entre 10 e 25 tentativas, ou seja, 10 a 25 milhões de tentativas de suicídio por ano no mundo (CFP, 2013). Quando a classificação é por gênero, existe diferença, em homens, com idade entre 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos de idade, o

suicídio chega a ser a terceira maior causa de morte; já em mulheres, com a mesma faixa etária, o suicídio é considerado a oitava causa de morte (BRASIL, 2017).

Os suicídios resultam de uma complexa interação de fatores, sendo eles, biológicos, genéticos, psicológicos, sociológicos, culturais e ambientais (OMS, 2006). Mediante diversos fatores de risco que é divulgado, “90% desses indivíduos tinham perturbação mental e que 60% deles estavam deprimidos”, a OMS (2006) alerta que “todos os tipos de perturbações de humor têm sido claramente associados aos comportamentos suicidas”.

Existem pesquisas e teóricos que defendem os diversos tipos de fatores determinantes do suicídio, uns afirmam que estão associados a transtornos mentais que elevam a uma depressão e acompanhada de várias outras alterações psíquicas já outros defendem ser “resultado de uma complexa interação de fatores psicológicos e biológicos, inclusive genéticos, culturais e socioambientais”. (ABP, 2014, p.9 *apud* SILVA; CORRÊA, 2016).

O CFP (2013) informa sobre a representação de morte para a maioria dos seres humanos:

A primeira questão é que, nessa sociedade, a morte em geral é vista como um tabu. As pessoas não gostam e não querem ouvi falar, ou tampouco falar sobre a morte. Dentro disso, uma morte voluntária remete a um problema maior. Outra questão é que, por não gostar e não querer saber da morte busca-se também a manutenção da vida, a qualquer custo. Busca-se fazer o possível e o impossível para se manter as pessoas vivas, independentemente das consequências que isso possa trazer para as próprias pessoas (CFP, 2013, p. 16).

A ABP (2014) defende a possibilidade de prevenção do suicídio dentre outras medidas, quando os profissionais de saúde, de todos os níveis de atenção, estejam aptos a reconhecer os fatores de risco presentes, com o intuito de determinar medidas para reduzir o risco e evitar o suicídio.

A atuação do psicólogo na unidade de emergência constitui-se um importante dispositivo para a prática do acolhimento e humanização, preconizada nas unidades de emergência (VIEIRA, 2010 *apud* FERREIRA, GABARRA, 2013).

Saber identificar as escutas de emergência que o indivíduo precisa e buscar ajuda com profissional especializado, é de fato importante para a sua prevenção. O desafio desses profissionais é identificar pessoas que estão em risco, entender o que influencia o seu comportamento autodestrutivo, através de uma aplicação de princípios mentais e estratégias cognitivas eficazes, evitando perguntas ou indagações exorbitantes e detalhadas.

A prevenção do suicídio envolve uma variedade de atividades como: educação das crianças, aconselhamento familiar, tratamentos das perturbações mentais, controle ambiental dos fatores de riscos. (OMS, 2006 *apud* FERREIRA 2016)

A OMS (2006) em prevenção ao suicídio lança um manual para profissionais da mídia, destacando que a exposição tende a impulsionar novas tentativas, temas como suicídio são divulgados, haja vista que a busca por informações sobre o assunto estão sendo cogitadas, tanto por profissionais especialistas ou não, atraindo até mesmo curiosos e pessoas direta e indiretamente envolvidas, em casos de tal fenômeno.

Existem algumas palavras atitudes e frases que serve de alarme para a prevenção, como: (SANTOS, 2017; BOTEGA, 2016)

- Não aguento mais;
- Mudanças inesperadas: alguém tinha um hobby e abandona tudo;
- Era muito vaidoso e fica desinteressado após perder um emprego, por exemplo;
- Depressão;
- Drogas;

- “Aborrecência” alguns sinais típicos do período, podem ser mais que isso;
- Sintomas depressivos desinteresse, mundo “preto e branco”, baixa autoestima, isolamento, desesperança;
- Melhora súbita “bom demais para ser verdade”;
- Despedida (escrever textos, ...);
- Comportamentos irresponsáveis uso excessivo de drogas e álcool, direção imprudente, sexo desprotegido;
- Isolamento.

Se for possível identificar tais sinais a primeira coisa a ser realizada é tentar dialogar (mais ouvi do que falar), e evitar comentários tipo: “ficará bem”, “tudo pode”, não desdenhar, não guardar segredos, afastar ferramentas e objetos de suicídio, manter vigilância, tendo consciência de que a estratégia de prevenção é promover a consciência de que o suicídio pode ser prevenido na saúde pública.

Em Brasília, sobre a coordenação de Leila Herédia, tem o CVV, sua existência se dá há 55 anos, atua com 2 mil voluntários de qualquer formação, em 70 cidades do país, funcionando como um “pronto socorro emocional”, esses voluntários passam por treinamentos e se dispõem de quatro (04) horas semanais para ouvir as pessoas que ligam.

Diante de tamanha relevância o Ministério da Saúde lançou em Agosto de 2006 a portaria nº 1.876 instituindo “Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão”. Daí em diante o governo assumiu a responsabilidade perante a prevenção de tal fenômeno nacionalmente e mundialmente, após 2013, ao firmar, junto a OMS, o Plano de Ação em Saúde Mental, que tem como objetivo “acompanhar o número anual de mortes e o desenvolvimento de programas de prevenção” (BRASIL, 2017).

A OMS divulga como noticiar o suicídio em geral, justificando que:

Os assuntos específicos que devem ser abordados na cobertura de um suicídio incluem os seguintes: - As estatísticas devem ser interpretadas cuidadosamente e corretamente; fontes de informação confiáveis e autênticas devem ser usadas; comentários improvisados devem ser feitos cuidadosamente, a despeito das pressões de tempo; generalizações baseadas em fragmentos de situações requerem atenção particular; expressões como “epidemia de suicídio” e “o lugar com a mais taxa de suicídio do mundo” devem ser evitadas; Devem-se abordar teses que explicam o comportamento suicida como uma resposta às mudanças culturais ou à degradação da sociedade (OMS, 2000, p. 08).

O conhecimento dos fatores de risco e intervenções é de fundamental importância quando se diz respeito às ações preventivas do comportamento suicida, dentre elas a conscientização da sociedade, no entanto, se faz necessário que profissionais da saúde (dentre eles os psicólogos), estejam tecnicamente preparados para tais estratégias e para realizar o acolhimento necessário (ABREU et al., 2010).

Tendo em vista tal explanação, caracteriza-se o suicídio como um fenômeno de caráter preventivo, desde que, entre diversos fatores, os profissionais da saúde estejam aptos a reconhecer os fatores de riscos, podendo, desta forma, fomentar medidas preventivas para reduzir ou evitar que tal ato aconteça (OMS, 2008).

A psicologia na saúde pública contribui aos programas de saúde coletiva e individual, como prevenção, explicação, treinamentos, terapias, entre outros, seu trabalho como apoio presente aos familiares, amigos que apresentar sintomas e que fazem ou podem fazer parte do convívio diário do paciente, atribuindo mais ou menos responsabilidades ao paciente/cliente, aos seus amigos e familiares, ao médico e ao sistema de saúde, conforme as particularidades e demandas de cada caso.

O profissional psicólogo pode ajudar a vítima a entender melhor os seus pensamentos e comportamentos, bem como auxiliar na prevenção de uma recaída, e caso necessário encaminhamento para centros de tratamentos intensivos; levando sempre em

consideração o ato de não induzir o relato do paciente, deve através de questionamentos diretos e indiretos influenciarem as respostas necessárias e os padrões de comportamentos e buscar um contexto do seu paciente.

Para que os profissionais de saúde realizem intervenções adequadas é preciso que o planejamento seja considerado como método de suas ações. Com isso, vale ressaltar que é preciso reconhecer sobre a necessidade de se obter conhecimentos específicos, como na área de farmacologia, de saúde mental, da importância do estabelecimento de vínculo e do autoconhecimento para que os atendimentos a tais indivíduos sejam realizados de forma satisfatória (KOHLRAUSCH et al., 2008).

Método

A pesquisa científica se baseia no método dedutivo, que de acordo com Gil (2008, p.09 *apud* PRODANOV; FREITAS, 2013) “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”, enquanto que a classificação da pesquisa é de natureza básica, visando proporcionar um melhor conhecimento acerca da temática do trabalho, quanto a abordagem ao problema esta se dará de modo quantitativo, trazendo em percentuais os índices de suicídios e levantamento dos estudos, sendo os objetivos de características exploratória, descritiva e com procedimentos técnicos de estudo bibliográfico e levantamento de dados.

Considerações finais

O suicídio de fato vem ganhando grande repercussão. O presente trabalho tem a intensão de contribuir para a formação de saberes e organização de conteúdos específicos da temática, oportunizando levantar informações sobre a história do suicídio, seus fatores de risco, a contribuição da Saúde Pública e do profissional de psicologia no trabalho de prevenção e promoção de saúde.

A saúde pública circunscreve “saúde como bem público” diferente de qualquer outro bem ou serviço, tem direito universal e garantido pelo Estado, com foco em ações de nível: primária, secundária e terciária. Permitindo assim atenção necessária aos

indivíduos que desejam ou que tentaram o suicídio, a familiares, amigos e sociedade em geral, de forma preventiva e curativa.

O profissional de psicologia é considerado um dos principais protagonistas no acolhimento, tratamento e prevenção do suicídio. Porém, o cuidado deve ser realizado com uma equipe multiprofissional, não só com o profissional psicólogo. Lembrando que este profissional é gabaritado em atuar em ação em todos os níveis de atenção a saúde, podendo atuação em campanhas, programas e tratamento. A participação do psicólogo se justifica porque grande parte dos ideadores suicida tem saúde mental comprometida.

Apesar da existência da contribuição significativa em ações de Saúde Pública e do suicídio ser considerado um problema nessa questão, o número de suicidas e tentativas vem aumentando ano após ano. Dessa forma, nos questionamos: Será que ações estão sendo eficazes? Está abrangendo a população necessária? É possível pensar em novos programas e estratégia para prevenir esse fenômeno?

Diante dos dados elencados na pesquisa concluímos que o Suicídio pode ser evitado, os transtornos causados nos momentos das tentativas tem tratamento e os sintomas que prédispõem podem desaparecer. Isso quando há uma abordagem de caráter preventivo e curativo eficaz. Nesta perspectiva a Saúde Pública tem caráter de atenção fundamental para ação, porém deve-se pensar em reavaliar as estratégias, acompanhamento dos serviços existentes e pré-existentes e foca em estudos para melhores medidas de prevenção e cuidado dessa significativa população adoecida. Lembrando aqui da citação do escritor e político romano Marco Túlio Cícero (106-43 a.C) *Satus publica Suprema lex* (“A saúde do povo é a lei maior”).

Referências

ABREU, K. P. de. et. al. **Comportamento suicida:** fatores de risco e intervenções preventivas. Revista eletrônica de enfermagem. v. 12, n. 1, p. 195-200, 2010. Disponível em: <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v12/n1/pdf/v12n1a24.pdf>.

ALVES, M. A. G. **Prevenção da tentativa de suicídio e promoção da saúde mental entre crianças e adolescentes do município de Matozinhos.** Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local). Centro

Universitário UMA, Belo Horizonte. 197f. 2014. Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Michelle-Alexandra-Gomes-Alves.pdf>>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia.** 2014.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal:** parte especial. 5. ed. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

BOTEGA, N.J et al. **Prevenção do Comportamento Suicido.** 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1442/1130>>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Setembro Amarelo.** Agenda estratégica de prevenção ao suicídio. 2017. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>>

BRASIL, Senado Federal. **Slides:** Suicídio em jovens. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/DOC_PARTICIPANTE_EVT_4202_149

5714497127_K-Comissao-Permanente-CAS-20170525EXT017_parte7902_RESULTADO_1495714497127.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria no. 1.876, de 14 de agosto de 2006.** Institui Diretrizes Nacionais para a Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Organização Pan Americana de Saúde. UNICAMP. **Prevenção do suicídio:** Manual de prevenção do suicídio para equipes de saúde mental. Brasília, outubro de 2006.

CÓDIGO PENAL MILITAR. **Decreto-lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O Suicídio e os Desafios para a Psicologia.** Brasília. 1ª Ed. 2013.

COSTA, J. **Tentativa de Suicídio** – Revisão bibliográfica. Dissertação de Mestrado, Universidade

da Beira Interior, Faculdade de ciências da Saúde, Covilhã, Portugal, 2010.

FERREIRA, C. L. B.; GABARRA, L. M. **Pacientes com risco de suicídio**: a comunicação entre equipe, pacientes e familiares na unidade de emergência. IV Congresso de Humanização Comunicação em Saúde. PUCPR. Curitiba: 2013. Disponível em: <<http://congressodehumanizacao.pucpr.br/files/2013/08/102013.pdf>>

FERREIRA, G. S. **Suicídio**: Problema de saúde publica. Revista Conversatio. v.1. n.2. pp 533-546. Jul/Dez. 2016. Disponível em: <<http://www.celer.com.br/revistaconversatio/edicao/02/artigo24.pdf>>

FRAZÃO, P. **História do suicídio e Teorias Sobre o suicídio**. Revista de Saúde Mental, v. 6, pp. 28-33. Nov/dez. 2007.

Gonçalves, A., Freitas, P., Sequeira, C. **Comportamentos Suicidários em Estudantes do Ensino Superior**: Factores de Risco e de Protecção. Millenium, p. 149-159. 2011.

HUPSEL, T. M.; SCHNITMAN, L. V. **Psicologia da Saúde**: da atenção primária à atenção hospitalar. Salvador: Sanar, 224p. 2017.

KOHLRAUSCH, E. et al. **Atendimento ao comportamento suicida**: concepções de enfermeiras de unidades de saúde. Cienc Cuid Saude, 2008 Out/Dez. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/6628/0>>

KRUG, E. G. et al., eds. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

MELLO, M. F. de. **O Suicídio e suas relações com a psicopatologia: análise qualitativa de seis casos de suicídio racional**. Cad. Saúde Pública [online]. 2000, v.16, n.1, pp.163-170. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2000000100017>>

MORAES, A. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. São Paulo: Atlas, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do suicídio**: um manual para os profissionais da mídia. Genebra: 2000. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/67604/7/WHO_MNH_MBD_00.2_por.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Série**: Prevenção do

suicídio: uma série de recursos. 1. Suicídio — prevenção e controle. 2. Tentativa de Suicídio – prevenção e controle. 3. Aconselhamento. I. Organização Mundial de Saúde. II. Genebra, 2006. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Prevenção do Suicídio** – Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Tradução in Brasília (DF): Ministério da saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_editoracao.pdf>

ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G.; RIBEIRO, H. **Saúde Pública: bases conceituais**. São Paulo: Editora Atheneu, 2 ed, 2013.

SANTOS, K. K. dos. **As representações de uma população acerca do suicídio**. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1702/1/Karla%20Kniphoff%20dos%20Santos.pdf>>

SARAIVA, C. **Suicídio: de Durkheim a Shneidman, do determinismo social à dor psicológica individual**. Revista de Psiquiatria Clínica. pp.185-205. 2010.

SILVA, L. L. T. **Tentativa de auto-extermínio entre jovens e adolescentes: uma análise compreensiva**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 102f. 2010.

SILVA, M. C. D. da; CORRÊA, S. S. S. **Ações do enfermeiro frente a prevenção do suicídio: uma revisão de literatura**. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1909?show=full>>

TAVARES, C. **Projeto " Viva a vida": estratégias de atuação para a prevenção do suicídio**. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Saúde. 2014. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/6274>>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a global imperative**. 2014. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf;jsessionid=8B148F66B0D6AEA8FA76E370B90EACC3?sequence=1>

SILVA, Renata Monteiro da;
COSTA, Eldessandra Santos da. O papel
da saúde pública brasileira na prevenção

ao suicídio. **Revista Científica Tribus
da Amazônia**, Vilhena, v. 1, n. 1, p.81-
98, out./jan. 2018. Quadrimestral.

A eficácia das medidas socioeducativas e sua aplicação no centro de referência especializado de assistência social (CREAS)

Eline Silva Bispo²⁷

Resumo - O presente trabalho visa fazer uma retrospectiva das políticas sociais existentes no Brasil, voltadas à proteção social especial e sua importância na vida do adolescente em conflito com a lei, objetiva também apresentar um olhar possível sobre a figura do adolescente em conflito com a lei, visando a compreensão da relação entre adolescente e a sociedade. Trata-se de uma pesquisa em que o método se baseou em uma análise teórica onde se descrevem aspectos da adolescência e de um panorama histórico da legislação e do tratamento institucional conferido à infância e adolescência no Brasil. Evidenciando o tratamento social ao adolescente em conflito com a lei e sua condição de excluído social e moral. Nessa perspectiva busca fazer uma análise sobre o agir do Assistente Social que atua com medidas socioeducativas, procurando discutir o trabalho profissional na efetivação dos direitos e garantias dispensados a criança e ao adolescente. O estudo conclui, portanto, a responsabilidade mútua e complexa do próprio adolescente e da sociedade marcada por estigmas e tratamento do ato infracional.

Palavras-Chave: adolescente em conflito com a lei; assistente social; medidas socioeducativas

The effectiveness of socio-educational measures and their application in the specialized social assistance referral center (SSARC)

Abstract - The present work aims to present a retrospective of the social policies in Brazil, focused on the special social protection and its importance in the life of adolescents in

²⁷ Especialista em Gestão Estratégica na Área Social pela Faculdade Educacional da Lapa-PR, Bacharel em Serviço Social – FAMA e Direito – AVEC. E-mail: elinebispo2@gmail.com.

conflict with the law, also aims to present a possible look on the figure of adolescents in conflict with the law, aiming at understanding the relationship between adolescents and society. It is a research in which the method was based on a theoretical analysis describing aspects of adolescence and a historical panorama of the legislation and institutional treatment conferred to childhood and adolescence in Brazil. Evidenciating the social treatment to the adolescent in conflict with the law and its condition of social and moral excluded. In this perspective, it seeks to make an analysis about the role of the Social Worker who works with socio-educational measures, seeking to discuss the professional work in the realization of the rights and guarantees granted to the child and the adolescent. The study concludes, therefore, the mutual and complex responsibility of the adolescent and the society marked by stigmas and treatment of the infraction.

Keyword - adolescent in conflict with the law; social worker; educational measures

Introdução

Este trabalho tem como objetivo primordial compreender o contexto da execução das medidas socioeducativas descritas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e atuação do Assistente Social, traçando um paralelo histórico com as formas de aplicação e as consequências das penas dos Códigos de Menores.

É de grande importância a discussão sobre as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente por ainda se discutir sobre a redução da maioridade penal. As medidas previstas no ECA são, sem dúvida, mais justas e apropriadas ao adolescente em desenvolvimento e mais eficientes que o ingresso do adolescente no precário sistema penitenciário brasileiro.

Não obstante a responsabilidade dos poderes públicos na aplicação das medidas socioeducativas, estamos muito longe de sua efetividade, uma vez que não são oferecidas condições para a reintegração do adolescente ao convívio com a sociedade.

O serviço do CREAS reflete diretamente na organização e reestruturação da família e da comunidade, ressaltando que o Estado organiza políticas públicas para assegurar com prioridade absoluta os direitos dos adolescentes, conforme a previsão legal contida no ECA “na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aqueles que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 1990).

O Assistente Social deve contribuir com ações que tornem as medidas socioeducativas eficazes, na formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. E assim são chamados a colaborar na construção das raízes sociais da Infância e Juventude, pois se as medidas Socioeducativas não forem aplicadas de forma eficaz e eficiente os adolescentes encontrarão ainda menor possibilidade de se reintegrar na sociedade, reincidindo na maioria das vezes os atos infracionais.

Assim justifica-se que o Assistente Social busca compreender as particularidades dos adolescentes, colaborando para resgatar os vínculos familiares destes sujeitos, porque os adolescentes em conflito com a lei não devem pagar o preço pelas desigualdades sociais e conforme prevê o ECA, deve ter oportunidade de crescer e construir um futuro de forma digna.

Portanto, a execução das medidas socioeducativas precisam ser adequadas e eficazes no sentido de ressocializar oportunizando meios de garantir a justiça e cidadania, bem como tirar o adolescente da criminalização.

Métodos e Instrumentos de Apoio

O método utilizado foi a Pesquisa Bibliográfica utilizando-se de dados secundários, sendo que os principais autores estudados foram: Marilda Vilella Iamamoto, Wilson Donizeti Liberatti e Mário Volpi, a escolha destes autores foi devido à grande menção que fazem em seus livros sobre o tema medidas socioeducativas e a atuação profissional do assistente social.

Os parâmetros que definem a política de proteção à criança e ao adolescente na atualidade encontram respaldo na legislação destinada à infância e juventude, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90, em vigência no Brasil desde 1990.

Deste modo para compreender e discorrer sobre temática execução das medidas socioeducativas se faz necessário recorrer a esse aparato legislativo. Entretanto, não se deve esquecer-se de outros meios legal no qual está fundamenta esta legislação protetiva, qual seja, a Constituição federal de 1988, que reservou em seu texto amparo constitucional a criança e ao adolescente. E em seu art.227 definiu como:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Assim, este instituto legal definiu quais são os direitos a serem observados, bem como quem são os responsáveis por garanti-los.

Deste modo a inserção do assistente social, no enfrentamento desta demanda se faz necessário, haja vista, conforme preceitua Yamamoto (2009) é um profissional inserido na divisão sócio técnica do trabalho e atua nos espaços institucionais. Nada obstante, esse profissional é detentor de uma autonomia relativa e possui um Código de Ética que lhe assegura uma ação que atenda também aos interesses dos usuários e se posicione politicamente a favor de tais usuários.

Entretanto, a ofensiva neoliberal contribuiu para a precarização do trabalho e dos serviços públicos, impondo limitações nas formas de enfrentamento das expressões da questão social no cotidiano do trabalho do assistente social. Deste modo o profissional de Serviço Social que desenvolve suas ações no contexto das medidas socioeducativas invariavelmente vai se deparar com muitos desafios, pois no presente contexto a política privilegia o econômico em detrimento do social, e apresenta forte tendência de tratar as expressões da questão social com descaso.

Aspectos históricos da legislação do adolescente no Brasil

No período em que o Brasil vivia sob o regime de escravidão, por volta do ano de 1823, José Bonifácio preocupou-se com a situação do menor no país e apresentou um projeto, determinando as mesmas condições que eles estavam submetidos. Segundo Veronese:

O Estado brasileiro, de forma ainda bastante embrionária, começou a se preocupar com a criança, após sua independência política, quando, na Constituinte de 1823, José Bonifácio apresentou um projeto que visava o menor escravo. A linguagem desse projeto revelava mais uma preocupação com a manutenção de mão-de-obra, do que uma real consideração com os direitos humanos da criança escrava.” (VERONESE, 1999, p.11).

A Constituição do Império de 1824 e a Constituição da República de 1891 foram omissas no que diz respeito ao adolescente, deixando de lado a situação em que conviviam. O Código Penal da República, de 1890, referiu-se aos menores da seguinte maneira, “Enquanto que o Código Penal da República, de 1980, dispunha como não criminosos os menores de nove anos, bem como os maiores de nove e menores de quatorze que agiram sem o completo discernimento (art. 27, § 1º e § 2º - Título III)”.

Diante da escravidão, foram adotadas medidas abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre, onde crianças não seriam separadas de seus pais.

No ano de 1830, o Código Criminal do Império faz distinção entre os menores infratores:

a) quanto aos menores que houvessem praticado um ato antissocial, o Código Criminal do Império Brasileiro (1830) distinguia os infratores em quatro classes;

b) os menores com menos de 14 anos seriam presumidamente irresponsáveis, salvo se ficasse provado que tivessem agido com discernimento;

c) os menores com menos de 14 anos que tivessem agido com discernimento seriam recolhidos á casa de correção pelo tempo que ao Juiz parecesse conveniente. O recolhimento, entretanto, não podia exceder aos 17 anos de idade do menor;

d) os menores com mais de 14 anos e menos de 17 anos ficariam sujeitos à pena de cumplicidade (dois terços da que caberia ao adulto) se ao Juiz parecesse justo;

e) os menores com mais de 17 anos de menos de 21 anos teriam sua pena diminuída pela atenuante da menoridade.

No que diz respeito à ação política do Estado, cria-se em 1941, o estabelecimento do SAM (Serviço Nacional de Assistência aos Menores) vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O objetivo principal do SAM, era acabar com a ameaça de meninos perigosos e suspeitos. Em 1964 o SAM é extinto e é criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor).

Em 1979 o novo Código de Menores implanta o Direito Tutelar do menor, onde considerava crianças e adolescentes como abjetos de medidas judiciais, quando evidenciada a situação irregular, também conhecida como Doutrina da Situação Irregular. Sobre esse código Liberati (1991) declara que ele:

(...) não passava de um Código Penal do Menor, disfarçado em sistema tutelar; suas medidas não passavam de verdadeiras sanções, ou seja, penas, disfarçadas em medidas de proteção. Não relacionava nenhum direito, a não ser aquele sobre a assistência religiosa; não trazia nenhuma medida de apoio à família; tratava da situação irregular da criança e do jovem, que, na verdade, eram seres privados de seus direitos (LIBERATI, 1991).

Apesar de suas limitações e imperfeições, os Códigos de Menores (1927 e 1979) foram os primeiros passos no que diz respeito à proteção especial direcionada aos menores. Visava à proteção da criança e adolescente infrator através de uma lei especial. Buscava manter a tutela e a vigilância dos menores em situação irregular, demonstrando apenas o interesse de mantê-los sob cuidado do Estado.

Embora os Códigos oferecessem a proposta de proteção aos menores, o verdadeiro objetivo era garantir a paz e a segurança social, com aplicação de penas e assim prestar esclarecimentos á sociedade, sedenta de respostas do Governo acerca da criminalidade infanto-juvenil. A respeito, Jorge Amado (2008) opinou:

O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do Juizado de Menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reforma de crianças ou às prisões. (...) Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo

castigo e o sossego para nossas mais distintas famílias” (AMADO, 2008).

Os Códigos de Menores, além de limitado na garantia de direito aos menores, continha uma essência preconceituosa e discriminatória, onde era direcionado especialmente aos adolescentes pauperizados da sociedade, culpando-os pela delinquência, sem considerar que essa situação advinha de uma desigualdade social reforçada pelo capitalismo selvagem, deixando grande parte da sociedade a mercê da própria sorte.

A década de 1980 é inaugurada com uma nova visão em relação à infância e a juventude brasileira. A sociedade organizou-se, a fim de auxiliar e cobrar o Estado de suas responsabilidades por esse segmento da população. Essa mobilização da sociedade civil levou a uma importante vitória, como a introdução na Constituição Federal de 1988, do artigo 227, onde está expresso que é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado a atenção com prioridade às crianças e os adolescentes. Nesse contexto surge em 13 de julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/1990), uma lei que revolucionou o direito infanto-juvenil. O ECA, como o mais novo instrumento legal, coloca como prioridade o desenvolvimento da população jovem do país, garantindo-lhes proteção especial e integral. Originou-se do Art. 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

O ECA garantia ao adolescente a oportunidade de mudança de sua conduta através da sócio-educação, além de estabelecer distinção nos tratamentos dispensados às crianças e adolescentes. Essa lei garantiu “o direito ao respeito na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, 1990).

O adolescente em conflito com a lei e a eficácia das medidas socioeducativas

A doutrina e a jurisprudência não têm sido unânimes ao discutir o assunto. Alguns dos ilustres juristas brasileiros têm-se posicionado no sentido de equiparar cada vez mais o adolescente ao indivíduo maior de 18 anos, ou seja, imputável, argumentando que a complacência sugerida pela legislação só concorre para o aumento de crimes e violência praticados por menores.

Em outras palavras, acreditam que não há menor infrator vítima da pobreza, do abandono ou da falta de oportunidade de estudo ou trabalho, mas produtos de exposições continuadas a situações de carência moral e que se entregam ao crime por vontade própria, mesmo porque, a consciência dos jovens da atualidade, acerca do que é ou não salutar para o seu desenvolvimento em sociedade, está aguçada desde o fim da segunda infância. Assim, o adolescente já é plenamente capaz de saber o que é lícito.

Por outro lado, alguns doutrinadores entendem ser o adolescente marginalizado, vítima de disfunções sociais, que não dispõem de renda suficiente para usufruírem de bens e serviços básicos como saúde, educação, habitação, lazer, etc., e que revoltados ou ansiosos por experimentarem o que da vida lhes é suprimido, enveredam pela criminalidade. Para esses, a melhor solução é o processo de ressocialização, não com vistas à punição, mas a reinserção desse indivíduo, na sociedade que ele mesmo repudiou.

A este entendimento, o ECA trouxe uma nova perspectiva de valorização e proteção da infância e da juventude. Segundo o Estatuto, as medidas de proteção específica, conforme art. 107, deverão levar sempre em conta as necessidades pedagógicas, dando preferência sempre àquelas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Conquanto, o grande mérito desse Estatuto é que ele fez o Estado e a Sociedade responsáveis por uma nova categoria jurídica, sujeito de direitos, que se diferencia das demais por ser composta por cidadãos em desenvolvimento.

Ao se responsabilizar por uma nova categoria jurídica, o Estado cria uma justiça específica, a Justiça da Infância e da Juventude, que tem o importante papel de dar solução aos conflitos referentes aos direitos da criança e do adolescente, sempre que tais direitos

sejam ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou ainda por falta, ou omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, ou ainda em razão de sua própria conduta (BRASIL, 1990).

Entretanto, apesar do fato de o adolescente ser inimputável perante o Código Penal, não impediu que o adolescente não fosse responsabilizado pelo seu ato infracional. Ele o será, através das medidas socioeducativa, que segundo Saraiva, são:

A advertência – que tem um caráter informativo e serve para comunicar ao adolescente e seus familiares sobre a prática e envolvimento no ato infracional. A obrigação de reparar o dano - é a medida para o jovem ressarcir ou compensar o mal causado a alguma vítima. É uma medida quase que educativa, se assim podemos dizer, pois sua função é fazer com que o adolescente reconheça o seu erro e repare o dano cometido. A prestação de serviços à comunidade - constitui uma medida de cunho educativo, assim como a obrigação de reparar o dano, se diferenciando apenas pelo fato que os serviços são todos prestados a comunidade. É uma medida que permite a aproximação do jovem e a comunidade. A liberdade assistida - é uma medida sócio-educativa que está vinculada ao acompanhamento do jovem. É feito o acompanhamento da vida social do adolescente (escola, trabalho e família). Já a semiliberdade - é a única medida sócio-educativa em que somente o Estado é o responsável, ao contrário de todas as outras medidas, que podem ser operacionalizadas além do Estado, por Municípios e ONGs, como descreve o ECA (SARAIVA, 1998. P.157).

Cabe ressaltar que, mesmo com essas previsões legais de responsabilização ao adolescente pelos atos infracionais, muitos operadores do direito e parte da população compartilham a ideia de que o ECA veio para proteger o “marginal”, pois o Estatuto não pune o adolescente infrator. A esse respeito pondera Volpi:

Os meios de comunicação social em geral têm preferido usar formas estigmatizantes, referindo-se a eles como infratores, delinquentes, pivetes e, mais recentemente uma expressão importada dos Estados Unidos, uma revista semanal taxou-os de “predadores”. A opinião pública em geral tem reproduzido estas expressões, acrescentando outras que a sua criatividade preconceituosa produz como: bandidos, trombadinhas, menores infratores e outras (VOLPI, 2002, p.7).

Mas, na realidade, o Estatuto prevê, com bastante rigor, medidas para o ato infracional. Os adolescentes, quando autores do ato infracional, estão sujeitos, segundo o art.112 do Estatuto, às seguintes medidas: advertência, obrigação de reparo ao dano, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

Do ato Infracional

Ato Infracional segundo o artigo 103, Lei 8069/90 “É a conduta descrita como crime ou contravenção penal, quando praticada por criança ou por adolescente”.

O ato infracional constitui-se em uma atitude agressiva e violadora de um bem jurídico relevante traduz desvio de conduta, que atrai a necessidade de o adolescente receber orientação psicopedagógica, no sentido de despertar os valores da promoção social indispensáveis para sua reinserção pacífica e útil no meio social.

Dessa forma, no momento em que ao adolescente é atribuída uma conduta humana que esteja tipificada no Código Penal Brasileiro, Lei de Contravenções Penais ou em qualquer lei, como crime ou contravenção, pode-se afirmar que a ele está sendo imputada a prática de um ato infracional.

Assim sendo, o adolescente que rouba, furta, porta arma de fogo, dirige veículo sem habilitação e ameaça, concretamente, a integridade física de alguém, tráfico de drogas etc. comete ato infracional passível de medidas socioeducativas.

Das Medidas Socioeducativas

Aos adolescentes considerados autores de ato infracional, lhe serão impostas medidas socioeducativas, as quais são atividades designadas à formação do tratamento integral empreendido, com a finalidade de reestruturar o adolescente, para alcançar a normalidade da integração social. As medidas socioeducativas são aplicadas ao adolescente envolvido na prática de ato infracional, levando-se em conta sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente descreve as medidas a serem aplicadas em caso de prática de ato infracional. Eis a inteligência do art. 112:

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições (BRASIL, 1990).

Assim, nota-se que pelo prescrito no referido Estatuto, as crianças e adolescentes não podem mais ser tratados como meros objetos de intervenção do Estado, devendo-se agora reconhecê-los sujeitos dos direitos elementares da pessoa humana, de maneira a propiciar o surgimento de verdadeira ponte de ouro entre a marginalidade e a cidadania plena (para se compreender a importância da ruptura havida, basta levar em conta que a lei anterior, o Código de Menores, em apenas um artigo expressava direito da população infanto-juvenil e correlato dever do Estado: o de receber assistência religiosa quando se encontrava internado em unidade oficial, o qual, por óbvio, era insuficiente para modificar a situação de marginalidade experimentada por milhões de crianças e adolescentes).

Daí a máxima advinda da expressão o direito de ter direitos, informadora de um título específico pertinente aos direitos fundamentais da população infanto-juvenil (objetivando pormenorizar o que se encontra genericamente indicado no texto constitucional), além de capítulo próprio para tratar da proteção judicial dos interesses individuais, coletivos e difusos relacionados à infância e juventude (com a ideia central de que, em não havendo cumprimento espontâneo das regras que arrola, comparece à disposição do interessado um conjunto de medidas judiciais especificamente destinadas à satisfação, via prestação da tutela jurisdicional, do direito violado; com a intervenção do Ministério Público na propositura das ações necessárias, como forma de garantir o acesso à Justiça) e, ainda, criou-se uma série de infrações administrativas e figuras típicas penais destinadas à punição de todos que apresentarem comportamento em confronto com aquele querido e determinado pela lei.

Da Advertência

Conforme preconiza o art. 115 do ECA “A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada”. Nesse sentido acrescenta Mousnier (1991, p. 67-68).

A medida de advertência constitui-se em reprimenda verbal ao adolescente, feita pelo Juiz da Infância e da Juventude. É reduzida a termo e assinada (...) é capaz de repercutir positivamente no íntimo daquele infrator circunstancial, não afeito à ciranda

entre a delegacia e a Justiça da Infância e da Juventude, e sendo o caso de pouca gravidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a aplicação de "advertência" às seguintes situações: a) ao adolescente, no caso da prática de ato infracional (art. 112, I, c/c o art. 103); b) aos pais ou responsáveis, guardiães de fato ou de direito, tutores, curadores etc. (art. 129, VII); c) às entidades governamentais ou não governamentais que atuam no planejamento e na execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes (art. 97, I, "a", e II, "a").

Nessa perspectiva, entende-se que na aplicação da advertência, ocorre o primeiro encontro do adolescente com a autoridade competente – juiz ou representante do Ministério Público – o que, para Liberati (2000, p.79), poderá representar o início de sua recuperação ou o início de uma carreira no crime, portanto, o momento de uma aplicação decisiva. Assim sendo, a medida socioeducativa de advertência constitui-se num caráter informador, por buscar apresentar a esse adolescente, seus direitos e deveres no contexto da sociedade em que vive.

Nada obstante, conforme o entendimento do disposto no ECA a advertência também possui caráter conselheiro, na medida em que o representante do Judiciário ou Ministério Público, respeitando sua condição de adolescente, acaba também fazendo papel de conselheiro, ao apresentar as desvantagens que o mundo da infração oferece, enfatiza Liberati (2000, p.80). A medida apresenta ainda um caráter imediato, uma vez que é desburocratizada, realizada no âmbito verbal.

A advertência é classificada como medida de natureza educativa, com dupla finalidade, alinhando-se também na área da prevenção. A esse respeito discorre Mousnier (1991, p.110):

Convencido o Juiz da Infância e da Juventude ser a advertência suficiente na esfera sócio-educativa, até mesmo por razão de polícia humanista, nada obsta determinar outras providências objetivando o exaurimento eficaz da medida de advertência imposta. Desta forma, as medidas específicas de proteção e as medidas pertinentes aos pais ou responsável podem

ser cumuladas com a advertência, mormente aquelas estipuladas nos incisos I a VI do art. 129 do ECA.

A medida de advertência é recomendada, via de regra, para os atos infracionais considerados leves, quanto à sua natureza ou consequências e aos adolescentes que não possuem histórico criminal.

Da Obrigação de Reparar o Dano

Outra medida sócio-educativa que poderá ser aplicada ao adolescente infrator é a obrigação de reparar o dano causado por este adolescente ao patrimônio público, que, pelo Artigo 116²⁸ do ECA, significa promover o ressarcimento do prejuízo causado à sociedade ou, por outra forma, compensar o prejuízo da vítima. No entender de Liberati (2000, p. 82), “tal medida, antes de ser punitiva, pretende de forma pedagógica, orientar o adolescente a respeitar os bens e patrimônios de seus semelhantes”.

A medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano é caracterizada pela repressão e pelo método educacional, será atribuída em procedimento contraditório, onde serão garantidos ao adolescente os direitos constitucionais da ampla defesa, da igualdade processual, da presunção de inocência etc., inclusive, com a assistência técnica de Advogado.

Segundo Liberati, a finalidade da medida de obrigação de reparar o dano é que o menor infrator tenha responsabilidade pelos seus atos. Nesse sentido o propósito da medida é fazer com que o adolescente infrator se sinta responsável pelo ato que cometeu e intensifique os cuidados necessários, para não causar prejuízo a outrem. Por isto, há entendimento de que essa medida tem caráter personalíssimo e intransferível, devendo o adolescente ser o responsável exclusivo pela reparação do dano.

²⁸ Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Da prestação de serviços à comunidade

Conforme preconiza o artigo 117²⁹ do ECA a prestação de serviços à comunidade ocorre na atribuição ao adolescente infrator de serviços gratuitos junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos similares, bem como programas comunitários ou governamentais.

O prazo máximo do cumprimento da referida medida não poderá ultrapassar seis meses. Nada obstante as atividades devem ser oferecidas ao adolescente, conforme suas aptidões, nível de instrução ou formação, de sorte a não perder o caráter pedagógico e se transformar numa mera expiação, submetendo o jovem, ainda em formação, a uma situação de constrangimento.

Nessa perspectiva, a medida socioeducativa da prestação de serviços à comunidade prevê a intervenção mínima do Estado na esfera individual do adolescente a quem se atribui a prática do ato infracional, buscando evitar o seu encarceramento e criando as condições para que o adolescente reflita sobre as consequências do ato infracional e tome consciência dos valores, voltados para o exercício da solidariedade humana e da cidadania.

Ao discorrer sobre a medida socioeducativa em pauta o renomado jurista Evandro Lins e Silva acrescenta:

Já estamos assistindo a implantação das chamadas penas alternativas, outras formas de manifestar a reprovação social contra o crime que não seja o encarceramento do acusado: as

²⁹ Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

interdições de direitos; o ressarcimento do dano ocasionado pelo crime; a multa; a prisão de fim de semana; a prestação de serviços à comunidade [...].

Nesse sentido a finalidade da medida é tão somente ter êxito na ressocialização do indivíduo que cometeu ato infracional, ou seja, à prestação de serviços à comunidade tem um sentido altamente educativo, particularmente orientado a obrigar o adolescente a tomar consciência dos valores que supõe a solidariedade social praticada em seus níveis mais expressivos.

Da Liberdade Assistida

A medida socioeducativa de liberdade assistida está prevista nos Arts. 118 e 119 do ECA e constitui, sem dúvida, a principal medida de cunho eminentemente pedagógico, pois, sem que o adolescente em conflito com a lei perca a sua liberdade, submete-o à construção de um verdadeiro projeto de vida permeado pela liberdade, voluntariedade, senso de responsabilidade e controle do poder público.

Desta feita, sua aplicação deve ocorrer sempre que houver necessidade de proteção, inserção comunitária e orientação cotidiana para a manutenção de vínculos familiares, acompanhamento da frequência escolar, bem como, encaminhamento ao mercado de trabalho e/ou curso profissionalizante.

Nesse mesmo sentido de ressocialização, e não de simplesmente punir, quando se lê o caput do Art. 118³⁰ do ECA, nota-se que o juiz, ao sentenciar o adolescente em conflito com a lei, poderá aplicar a liberdade assistida em qualquer ato infracional, mesmo

³⁰ Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

naqueles de grande potencial ofensivo, como homicídio, roubos, estupro, dentre outros, desde que, consideradas as demais circunstâncias e a condição pessoal do adolescente, seja a medida mais apropriada para aquele caso, pois não há, como se vê, qualquer vedação legal.

A lei estabelece que o prazo mínimo da liberdade assistida será de seis meses, admitindo-se a sua prorrogação, o que sugere a ideia inicial de que o prazo é indeterminado. Entretanto, de logo, afasta-se essa assertiva, pois se a legislação penal brasileira não admite a prisão perpétua, a medida de liberdade assistida prevista no ECA, por se tratar de uma sanção socioeducativa aplicada a uma pessoa em desenvolvimento, não pode ter caráter perpétuo, indefinido.

Assim sendo, essa medida se configura como a mais importante do ECA, pois, além da forte carga pedagógica que a acompanha, mantém ao adolescente a sua liberdade convivendo, normalmente, com a sua família em seu meio social, o que contribui, decisivamente para sua reeducação.

Semiliberdade

A medida socioeducativa da semiliberdade, conforme dispõe o art. 120 do ECA, trata-se, na verdade, de um modelo similar ao regime semiaberto destinado aos imputáveis, os quais, normalmente, exercem atividades escolares e profissionalizantes externas sob a supervisão do responsável pela colônia agrícola, industrial ou similar e retornam para o pernoite, permanecendo, também, nos domingos e feriados no estabelecimento do regime semiaberto.

A semiliberdade é uma alternativa ao regime de internamento que priva, parcialmente, a liberdade do adolescente, colocando-o em contato com a comunidade. O SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – que define os princípios e parâmetros da ação e gestão pedagógicas das medidas socioeducativas configura a semiliberdade como uma medida restritiva de liberdade, mas que admite a coexistência do adolescente com o meio externo e institucional, estabelecendo a obrigatoriedade da escolarização e de atividades profissionalizantes, numa interação constante entre a

entidade responsável pela aplicação da medida de semiliberdade e a comunidade, utilizando-se, preferencialmente, recursos da própria comunidade.

Nessa perspectiva, a medida da semiliberdade contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como estimula o desenvolvimento do senso de responsabilidade pessoal do adolescente. A esse respeito pondera Liberati (2000, p. 83), pois menciona que esse procedimento apresenta “alto valor terapêutico e eficaz para a integração social do adolescente, dando-lhe oportunidade útil e laborativa na comunidade, com o acompanhamento da equipe técnica especializada”.

A sua principal característica é que a diferencia do sistema de internamento é que admite a existência de atividades externas e a vigilância é a mínima possível, não havendo aparato físico para evitar a fuga, pois a medida funda-se, precipuamente, no senso de responsabilidade do adolescente e em sua aptidão para ser reinserido na comunidade.

Internação

A internação constitui a forma mais severa e drástica de intervenção estatal na esfera individual do cidadão, pois o poder sancionatório do Estado alcança a liberdade do adolescente, o maior bem que se possui, depois da vida.

Desta feita, essa intervenção deve ser excepcional e marcada pela brevidade, devendo-se, pois, observar o devido processo legal, assegurando-se aos adolescentes todas as garantias constantes da Constituição e do ECA, principalmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Nesse sentido, conforme o disposto no Art. 122 do ECA, o adolescente só poderá sofrer a privação de sua liberdade – internamento – nos casos taxativamente previstos no referido dispositivo legal, ou seja, quando cometer ato infracional mediante grave ameaça ou violência à pessoa; quando houver reiteração no cometimento de outras infrações graves e, finalmente, quando descumprir medida socioeducativa anteriormente imposta.

Vislumbra-se, que mesmo em casos de prática de atos infracionais graves, praticados com violência ou grave ameaça, nem sempre o juiz da Vara da Infância e Juventude deverá aplicar a medida extrema do internamento, pois o caráter excepcional da medida prescrito no § 2º do Art. 122 do ECA exige que “em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada”, o que equivale a dizer que o juiz deverá valer-se de estudo técnico realizado por equipe interdisciplinar, o qual deverá lhe fornecer subsídios para encontrar a medida socioeducativa mais adequada para aquele caso concreto que lhe foi submetido.

O centro de referência especializado de assistência social e o seu desenvolvimento

A proteção especial é um conjunto de programas e serviços especializados, com objetivo de reconstruir vínculos familiares e comunitários em defesa dos direitos e fortalecimentos das famílias e indivíduos que enfrentam situações de violação de direitos (BRASIL, 2008).

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS é uma unidade pública de atendimento especializado com abrangência municipal e regional, onde são ofertados serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de violência, maus-tratos e outras formas de violação de direitos. (BRASIL, 2008).

São ofertados serviços de orientação, apoio e de inclusão social visando à garantia e defesa de direitos a indivíduos (criança, adolescente, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres) e adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade) (BRASIL, 2008).

O trabalho desenvolvido pelo CREAS tem impacto direto na comunidade, na reorganização e reestruturação da família, promovendo o resgate da autoestima e apontando meios de reinserção na vida social, pois exigem um caráter mais intensivo, ou seja, quando o indivíduo e/ou família foram violados em seus direitos, mas ainda há vínculos familiares e comunitários. Os serviços deste nível exigem uma estrutura técnica

e operacional, com atendimento especializado e monitoramento sistemático como se segue:

Serviço de orientação e apoio sócio familiar;
Plantão social;
Abordagem de rua;
Cuidado no domicílio;
Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas
com deficiência;
Medidas socioeducativas em meio- aberto;
Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida.
(BRASIL, 2004, p.38).

A proteção especial é a modalidade de atendimento assistencial destinado às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. (BRASIL, 2008).

Devido à necessidade deste atendimento especial às famílias e indivíduos, é de grande importância a intervenção de um profissional capaz de compreender a realidade social dos sujeitos, e assim desenvolver ações contribuindo com eficiência dos serviços prestados. (BRASIL, 2008).

Considerações Finais

No entanto, diante de toda a discussão relacionada à problemática da responsabilização do adolescente, bem como a crítica as medidas socioeducativas tendo de um lado os opositores do ECA defendendo veementemente a redução da idade penal, e do outro, os defensores dos direitos das crianças e adolescentes, lutando pela proteção destes e o não rebaixamento da idade de inimputabilidade, é preciso refletir sobre o projeto de sociedade que estamos construindo para nós e para as futuras gerações.

Uma reflexão mais que imprescindível e relevante a respeito do tipo de sociedade a qual pertencemos, que concebe com naturalidade a existência de suas próprias crianças e adolescentes vivenciando situações degradantes e desumanas de miséria, exploração sexual, desnutrição, violência familiar e institucional, morbidade, dentre uma série de direitos destituídos e ainda propor mais uma violação de seus direitos humanos com o rebaixamento da idade penal, negando com isso, a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, suscetível de recuperação mediante as medidas socioeducativas do ECA.

É imprescindível, portanto, que crianças e adolescentes tenham seus direitos humanos efetivados, isto é, que o Estado os reconheça como prioridade, implementando políticas públicas que assegurem o cumprimento do ECA, o que, a meu ver, é de extrema relevância para a cidadania e prevenção da criminalidade juvenil. A luta pelos direitos humanos das crianças e adolescentes ganha força com a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, em 1959 pelas Nações Unidas, acompanhada de uma série de Convenções nacionais e internacionais, que, somadas ao ECA, garantem um conjunto de direitos a este segmento.

Nesta perspectiva, é necessário que as instituições educacionais de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional privados de liberdade existentes atualmente e também, as demais medidas socioeducativas sejam implementadas em perfeito cumprimento das disposições do ECA, haja vista, que para alcançar o objetivo de recuperação dos reeducados, se faz necessário que estes participem de atividades pedagógicas e tenham seus direitos de cidadãos respeitados. Configurando-se assim como posição contrária a proposta de redução da idade penal, a qual se constitui em mais uma forma de espoliação dos direitos conquistados para a infância e a juventude.

Por isso a importância do trabalho do assistente social no CREAS. E a importância de o profissional conhecer os diversos fatores que levam um adolescente a cometer ações contrárias à lei. No entanto podemos concluir que a maioria dos atos infracionais está vinculada a situação de pobreza, a qual a família e grupos de origem dos adolescentes estão inseridos, como também à desagregação familiar, ao fracasso escolar, à falta de regras e limites, leva o adolescente a cometer as infrações. Desta forma não são as práticas infracionais que suscitam alarde e destroem a tranquilidade pública, mas o

pobre e o negro que ainda permanecem no imaginário coletivo como figuras perigosas para a ordem pública.

Diante destas expressões da questão social acima citada, podemos definir que o trabalho do assistente social está vinculado a todas essas relações conjunturais da sociedade, onde a mesma busca através de mecanismos e políticas, trabalhar de forma a minimizar os agravantes sociais, muitas vezes por meio de iniciativa e propostas que venham desenvolver programas e projetos voltados ao combate e prevenção desta problemática. O profissional busca conhecer e pesquisar os diversos fatores que levam o menor a cometer o ato infracional e através do conhecimento desta problemática busca mecanismos de intervenção, que venham proporcionar os mínimos resultados sociais através da garantia de políticas, programas e leis inerentes à prevenção e ao combate desses fatores que hoje estão cada vez mais presentes na sociedade.

Referências

- AMADO, J. **Capitães da areia**. _____, LEI 8.069 (1990). São Paulo: Companhia das Letras, 2008. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado, 1990.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. _____, **Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social**. Brasília, 2009
- _____, LEI 6.026 (1979). **Código de Menores**. Brasília, DF: Senado, 1979 Disponível em: _____, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **SINASE**. Brasília, 2006
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 28. Junho .2017.
- GUERRA, Y. A **Instrumentalidade no Trabalho do**

Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais,** CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000.

IAMAMOTO, M. V.;
CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 26. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

LIBERATTI, W. Z. **O Estatuto da Criança e do Adolescente: comentários.** Rio de Janeiro, IBPS, 1991.

MOUSNIER, C. A. **O Ato Infracional,** Liber Juris, Rio de Janeiro, 1991.

VERONESE, J. R. P. **Os Direitos da Criança e do Adolescente.** São Paulo: LTr, 1999. 208 p.

VOLPI, M. (ORG.). **O adolescente e o ato infracional.** São Paulo. Ed. Cortez, 1997.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Política de habitação: um estudo sobre a importância no município de Comodoro, MT

Cristiana Preuss³¹

Carolina Fernandes L. Ramos³²

Resumo - O presente artigo teve o intuito de mostrar as mudanças ocorridas nos programas sociais voltados à habitação ao longo da história. Seu desenvolvimento, desafios e executividade. Buscamos mostrar a realidade das famílias residentes em locais inadequado e insalubre, como também a dificuldade que essas famílias encontram em ter acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, segurança, saneamento básico e meio ambiente saudável. A pesquisa é de caráter qualitativa, apoiada em levantamento documental e bibliográfica, além da aplicação de questionário em 30 beneficiários do programa habitacional minha casa, minha vida, do projeto Tiago Elias do município de Comodoro-MT. Foi possível constatar a importância da Política de Habitação para os beneficiários, visto que no Brasil esta demanda é bem significativa, tornando essa política um fator primordial para a garantia dos mínimos sociais para os cidadãos que fazem parte do índice de famílias em situação de vulnerabilidade social, risco habitacional. Evidencia-se que o trabalho do Assistente Social é fundamental na execução desta política, visto que o profissional visa garantir os direitos adquiridos constitucionalmente à população e seu objetivo é trabalhar na execução destas políticas com intuito de minimizar as desigualdades sociais e levar este programa através das vias Estaduais e Municipais a todas as pessoas que dela necessitar.

Palavras-chave: serviço social; habitação; sociedade

Housing policy: a study on importance in the municipality of Comodoro, MT

Abstract - The present article aimed to show how the changes occurred in social housing programs throughout history. Its development, challenges and executivity. Individuals seek a reality of foreign exchange living in wrong and unhealthy places, as

³¹ Assistente social, graduada pela Faculdade da Amazônia (FAMA), pós-graduada em Políticas públicas, gestão e serviços sociais pela Universidade Cândido Mendes.

³² Assistente Social, pós-graduada em Políticas de Assistência Social, Gestão e Planejamento de Projetos Sociais, pela Faculdade Santo André (FASA), com residência em Saúde Mental.

well as the need to face basic rights, such as health, education, security, basic sanitation and a healthy environment, since through research, we can verify the data of families living in inadequate places, at the same time that they do not have access to the minimums for their living. It was possible to establish the importance of the Housing Policy for the beneficiaries, since in Brazil this demand is significant, making politics a prime factor for guaranteeing social minimums for citizens who are part of the index of families in situations of social vulnerability. The work is fundamental in the part of this policy, since the professional visa is guaranteed with the help of the acquired rights and, consequently, its execution is difficult with the change of laws and it is possible to realize this program through the municipal public roads to all the people who need it.

Keyword: social service; housing; society

Introdução

O interesse por essa temática deu-se a partir do trabalho realizado na Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Cidadania do Município de Comodoro/MT, com objetivo de compreender a Política de Habitação e o perfil dos beneficiados, além de quais os motivos levaram a procurarem a Política de Habitação, quais as melhorias na qualidade de vida e verificar o grau de satisfação dos beneficiários, para compreender se esta política social está sendo efetivada conforme determina o Plano Nacional de Habitação que tem como objetivo principal, promover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

Através da identificação desta política, buscaremos constatar o trabalho do assistente social e o princípio de sua atuação, identificando suas atribuições e seus instrumentos de atuação. Contudo buscaremos identificar a importância da política de habitação, e sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do “Programa Minha Casa Minha Vida”, do conjunto habitacional em tela.

O Serviço Social e a realidade das Políticas Sociais Brasileiras

Por vários anos no Brasil, os partidos políticos foram considerados os agentes da participação política, desde o início da década de 1970 a mudança social encontra-se voltada a esses partidos, principalmente os vanguardistas, não havendo neste período uma

ação voltada aos interesses coletivos da sociedade. Foi neste período que os partidos brasileiros começaram a se organizar, passando a ser considerados importantes instrumentos políticos-organizativos da classe trabalhadora. Momento a qual a população se reuniu, através de movimentos feminista, homossexual e movimentos negros com intuito de reivindicarem melhorias sociais para a população.

Entre as amplas expressões de mobilização e organização popular deste período, tiveram destaque às mobilizações promovidas pelos metalúrgicos do ABC paulista e a pluralidade de reivindicações pautadas pelo movimento feminista, movimento homossexual, movimento negro, além de diversos outros movimentos populares que emergiam naquele momento (DURIGUETTO, 2007, p. 70).

Foi neste cenário de poucas ações do estado que começaram a surgir as diferentes organizações não governamentais, as chamadas ONG's, que passaram a desenvolver ações voltadas aos interesses sociais, provocando profundas alterações na esfera da participação política. No início da década de 1980 a sociedade passa a unir suas forças nas reivindicações num processo de ressurgimento de múltiplos movimentos sociais, e de forma organizada passam a lutar por melhorias sociais, o que acontece por meio de uma gradativa e lenta transição democrática. Este cenário foi marcado por muitas 'crises' expressas pela recessão econômica, desemprego e agravamento da deterioração das condições de vida da maioria da população, mobilizações sociais e manifestações democráticas populares, que marcaram o país, momento a qual o Brasil passa por uma redemocratização e ruptura com o regime a qual tinha estabelecido no golpe militar de 1964.

A exclusão socioeconômica se manifesta num movimento histórico diversificado. As lutas sociais vão modificando as relações, e a construção de pactos políticos estabelece a possibilidade de novos conflitos entre as forças que apoiam ou que discordam dos pactos (FALEIROS, 2006, p. 02).

Na metade dos anos 80 configura-se como um período da participação popular, onde a consolidação da democracia se faz presente, podemos considerar maior indicativo deste episódio a elaboração e a implantação da Constituição Federal de 1988, um grande avanço nos direitos sociais e coletivos adquiridos através de movimentos sociais, abaixo-assinados, mobilizações, articulações nacionais e movimentos de pressão popular para a inserção de leis no texto da Constituição Federal que garantisse os direitos negados durante o regime militar. Sendo estabelecido como direito do cidadão após a constituição federal o direito a Seguridade social que visava garantir assistência, saúde, previdência, como também o direito a moradia educação e outros (SINGER, 2009).

É no bojo da articulação política que se expandem as demandas do Serviço Social, onde a profissão passa a orientar a população para uma perspectiva dialética, buscando o desenvolvimento da prática institucional, se destacando na mediação entre o Estado e a sociedade civil.

De acordo com Silva,

O percurso do serviço social no Brasil, no período de 1964 a 1985, configura uma intensa movimentação dos assistentes sociais que repercute profundamente nas três dimensões constitutivas da profissão representadas pela dimensão político-organizativa, pela dimensão acadêmica e, talvez com menor intensidade, pela dimensão da intervenção social profissional, no nível dos organismos da política social, das empresas privadas e dos movimentos sociais (SILVA, 2006, p. 42).

Nessa perspectiva a profissão vai se engajando nas a lutas por direitos e permanece extremamente atual, embora é sabido as dificuldades que o profissional encontra para ser reconhecidos diante da sociedade capitalista. É através de diversas tensões e expressões contraditórias, que se apresentam os limites e potencialidades que são definidos no interior da luta de classes. E os movimentos sociais ainda são os principais protagonistas no engajamento das lutas que norteiam as classes (IAMAMOTO, 2004).

A categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política dos diferentes seguimentos da sociedade civil. E os assistentes sociais não ficaram a reboque desses acontecimentos. Ao contrário, tornaram-se um dos seus coautores, coparticipantes desse processo de lutas democráticas na sociedade brasileira. Encontra-se aí a base social de lutas da reorientação da profissão nos anos de 1980 (IAMAMOTO, 2004, p. 51).

O Serviço Social possuía uma ação interventiva na realidade social, visto que essa teoria possuía uma dimensão crítica do sistema capitalista, onde a profissão buscava uma nova proposta de formação profissional cujo eixo central e a articulação da profissão nos setores populares. Podemos nomear este momento como “Movimento de Reconceituação da Profissão” que se voltava na perspectiva dialética de uma análise institucional, este movimento objetivava estimular os avanços e práticas institucionais. Este período de transição da profissão, Estado Novo, momento onde a categoria buscava alternativas para intervenção social diante das profundas desigualdades, opressão e exploração da relação entre capital e trabalho que a população estava inserida (FALEIROS, 1999).

O Movimento de Reconceituação se cria e se desenvolve a partir da identificação político-ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com a classe subalterna (SILVA, 2006, p.42).

A década de 1980 foi vista como um momento oportuno de transformação da sociedade civil, período importante no traçado dos rumos técnico, acadêmicos e políticos para o Serviço Social, pois foi a partir deste momento que se pode elaborar um projeto profissional que hoje aglutina grandes números de assistente social no país.

No que tange funções políticas, o Serviço Social é capaz de propor alternativas de ações, e não ser apenas um mero executor de ações impostas por programas e políticas governamentais. O trabalho do assistente social dentro das políticas sociais dispõe de competências que são norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética

Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, levando em consideração que o profissional deve afastar-se de ações tradicionais funcionalistas conservadoras onde visa atender apenas os casos individuais.

O profissional Assistente Social em suas atribuições deve realizar pesquisas que possam identificar as diversas situações de vida da população para a formulação de políticas e programas na assistência social que venham de encontro com a população, sempre elaborando e avaliando planos municipais e estaduais que venha de encontro com as políticas sociais. Podendo também realizar assessoramento aos movimentos sociais com intuito de identificar as demandas e fortalecer a formulação estratégias para a defesa e acesso aos direitos, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social como também realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais (FERREIRA, 2010).

O Programa Habitacional no Brasil

O problema de habitação no Brasil nos últimos anos vem trazendo vários agravos chegando á um momento em que a situação se tornou quase insustentável. Visando melhora e redução nos agravos sociais voltados à habitação, o governo teve que se posicionar e criar política que viesse atender de forma homogênea toda a população necessitada (BRASIL, 2010).

Pensando nas relações de credito que a população no geral passou a adquirir, o governo chegou a uma conclusão que poderia liberar créditos, e assim a população poderia financiar suas casas de uma maneira mais acessível e com juros menos elevados, onde deixaria de pagar o aluguel e pagaria sua própria casa com parcelas mais reduzidas de acordo com a renda familiar, e com isso o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, objetivaria minimizar o grave cenário apresentado pelo país. Diante destas ideias vários projetos de infraestrutura de imóveis foram criados para atender a população de baixa renda, projetos que o governo vem moldando e aprimorando o projeto “base” para que a cada dia este projeto possa ser reestruturado e vir de encontro com as necessidades da população (BRASIL, 2010).

O programa de habitação Minha Casa Minha Vida, desenvolvida atualmente, é de suma importância para as famílias beneficiadas e as que ainda serão. Este programa consiste em uma ação de cunho habitacional, lançado pelo Governo Federal em março de

2009, através da Medida Provisória nº 459/2009, de março de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, cuja meta era realizar a construção de um milhão de moradias, sanando cerca de 15% do déficit habitacional do País. Este programa tinha metas audaciosas entre elas, melhorar e reduzir o problema de habitação do país, regulamentar a situação fundiária e aumentar o investimento em construção civil (BRASIL, 2010).

Diante da grandiosidade deste programa, o Governo Federal acoplou enormes esforços para o seu desenvolvimento, onde foi necessária a gestão direta da parte de seus ministérios, em especial o Ministério das Cidades, e a Caixa Econômica Federal – CEF. Este programa consiste na aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis, contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento (BRASIL, 2010). O mesmo tinha como objetivo metas audaciosas, que objetivava;

- a) Redução significativa do déficit habitacional crônico brasileiro;
 - b) Favorecimento da regularização fundiária urbana;
 - c) Criação de fonte de demanda de capital e trabalho como medida anticíclica frente aos impactos sofridos pelo país devido à crise mundial de 2008;
 - d) Aumento do investimento na construção civil
- (ALMEIDA, 2012, p. 12).

Para o desenvolvimento deste programa o governo federal necessitou da junção de grandes esforços e de competências de vários órgãos, uma equipe que possibilitou a construção se sonhos de várias famílias brasileiras, estas instituições são advindas do poder público como também de iniciativa privada, sendo elas: Caixa Econômica Federal-CEF, Ministérios das Cidades, Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos das administrações direta ou indireta aderentes ao programa, Empresas da construção civil e o Público Alvo, sendo que a cada um seria determinado um papel e uma atribuição (BRASIL, 2010).

A Caixa Econômica Federal desempenha um fundamental papel no programa “Minha Casa, Minha Vida”, visto que este órgão é responsável na criação de parâmetros e norma para expedição de atos que são necessários para à operacionalização do

programa, bem como definição de técnicas e critérios para sua efetivação (BRASIL, 2010).

O Ministério das Cidades, no âmbito atual do programa habitacional, ficou responsável para determinar as regras, diretrizes, condições, a distribuição de recursos entre os estados federados, bem como de acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos no programa (BRASIL, 2010).

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão ficaram responsáveis juntamente com o Ministério das Cidades pelo acompanhamento dos trabalhos, como também ficaram responsáveis pelo monitoramento das ações executadas para concessão do atual programa habitacional vigente. Contudo, os referidos órgãos dos Ministérios podem, anualmente, juntamente com o Ministério das Cidades, rever ou alterar os limites de renda familiar impostos atualmente pelo programa, bem como determinar à remuneração da Caixa Econômica Federal as ações por elas desempenhadas (BRASIL, 2010).

Os Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos das administrações direta ou indireta aderentes ao programa, participarão de todos os trabalhos acima. Contudo, como se verá ao longo deste trabalho, alguns critérios dependem da participação de todos, já que o programa é voltado para atender um crescimento populacional considerável alinhado ao aumento de crédito, o que possibilitou a maior aquisição de bens, inclusive imóveis. Nessa seara de entendimento, foi possibilitada a participação dos entes acima, através de um Termo de Adesão celebrado com a Caixa Econômica Federal – CEF o que comprometem os Municípios e Estados a criarem mecanismos que venham facilitar a execução do projeto em sua área, através de isenção de tributos, contrapartida de recursos e execução do trabalho social junto aos beneficiários dos empreendimentos implementados (BRASIL, 2010).

As empresas de construção civil objetiva desempenhar o fundamental papel no programa “Minha Casa, Minha Vida”, sem elas não seria possível à execução deste projeto. Após a seleção da empresa pela Caixa Economia Federal, elas devem iniciar a construção das unidades habitacionais com menor valor econômico agregado, cabendo à elas também concluir e legalizar todos os imóveis construídos nos prazos determinados contratualmente (BRASIL, 2010).

No entanto, para que fosse possível atingir os objetivos determinados, o Governo Federal, o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, realizaram uma divisão nas tarefas e a execução dos trabalhos, criando formas e mecanismos para que os

interessados em participar do programa pudessem se preparar e atuar ativamente. A execução das obras dos empreendimentos contratados é realizada por construtoras devidamente habilitadas e contratadas pela Caixa Econômica Federal – CEF, que deve se responsabilizar pela entrega dos imóveis dentro dos prazos estipulados (BRASIL, 2010).

A criação do Ministério das Cidades foi um passo primordial na efetivação da política de habitação. O programa Minha Casa Minha vida é um programa que prevê atendimento as famílias com renda familiar de até dez salários mínimos, mas prioriza as famílias com renda inferior a cinco salários mínimos advindos do grupo vulnerável da sociedade, é um programa que auxilia seus beneficiários através de uma linha de crédito ofertado pelo mercado, que prevê ações vinculadas à sociedade civil e o poder público (BONDUKI, 2009).

A efetivação deste programa contou com esforços de todos os ministérios em especial os Ministérios das Cidades, enquanto sua operacionalização e o financiamento ficaram a cargo da Caixa Econômica Federal. Neste período também foram criados outros programas que vieram acoplar ao programa vigente, auxiliando no desenvolvimento habitacional do país, entre eles podemos citar, Crédito Solidário, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Urbanização de Favelas, além de diversas iniciativas complementares, visando à redução fundiária, que visava à incorporação de construções em regime de condomínio, apartamentos e casas, após a construção dessas moradias ambas seriam alienadas aos beneficiários, sendo estes embasados nas famílias de baixa renda residentes em todo o país (BRASIL, 2010).

Além de reduzir o déficit habitacional e contribuir para diminuir os riscos de impacto da crise internacional na economia brasileira, o programa Minha Casa, Minha Vida também trouxe à tona o fato de que o problema da habitação para a população de baixíssima renda (até três salários mínimos) somente será enfrentado se houver um grande aporte de recursos públicos (BRASIL, 2009, p.10).

O Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal apresenta algumas inovações e possibilidade de mudança, visto que, busca atender as camadas mais frágeis da sociedade vislumbrando uma mudança de paradigma na política habitacional do país.

O Projeto Habitacional Tiago Elias no município de Comodoro-MT

Esta pesquisa foi realizada na Zona Leste do perímetro urbano no município de Comodoro/MT, bairro São Francisco, área do loteamento ocupado entre a década de 80 e 90, onde atualmente está localizado o conjunto habitacional Tiago Elias.

O respectivo projeto habitacional proveniente do programa Minha Casa Minha é um projeto de cunho social, onde construiu 30 unidades habitacionais para famílias residentes no município (PMC, 2011).

A elaboração deste projeto foi de fundamental importância, onde promoveu as pessoas beneficiadas o protagonismo da própria história, oportunizando-os a participarem de todas as etapas do projeto (PMC, 2011). As famílias beneficiárias foram selecionadas devido sua situação de vulnerabilidade social sendo utilizado o critério de renda familiar de até um salário mínimo, que custeavam aluguel; sobreviviam em casas precárias ou cedidas por amigos e parentes. O perfil das famílias selecionadas, em sua maioria, são famílias com renda proveniente de empregos informais e instáveis (PMC, 2011).

A seleção das famílias foi realizada pela equipe da Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Cidadania (SASTC), de acordo com os critérios de elegibilidade do programa Minha Casa Minha Vida, portaria nº 140, 05 de abril de 2010 do Ministério da Cidade. Foram requisitos de prioridade para aquisição do imóvel, mulheres chefe de família, tempo de residência no município, existência de pessoa com deficiência na família ou idoso, recebimento de benefícios públicos, situação de risco, cadastro único do governo federal, entre outros (PMC, 2011).

O bairro está dotado de equipamentos públicos tais como: uma unidade de Posto de Saúde Familiar (PSF), uma escola estadual Dona Rosa Frigger Piovezan, uma Escola Municipal de Educação Infantil “Cantinho Feliz”, um ginásio poliesportivo, um estádio municipal e uma unidade de atendimento da Assistência Social, a qual atende crianças de 7 a 15 anos e seus familiares em atividades de cursos de artesanato, reforço escolar, aulas de dança etc. Além de contar com rede de iluminação pública, água tratada, coleta de lixo realizada três vezes por semana, quatro igrejas de diferentes denominações e comércio variado.

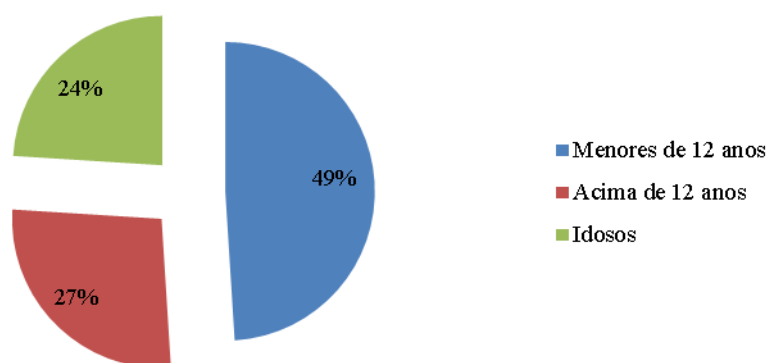
Os dados da pesquisa foram colhidos durante o mês de setembro de 2013, sendo definido a abordagem qualitativa “[...] numa situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e

contextualizada” (MARCONI; LAKATOS, 2006), e utilizado como instrumento um questionário com 06 perguntas de múltipla escolha aplicado a 30 pessoas, ambas responsáveis pelas unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida do Conjunto Habitacional Tiago Elias. Por ser uma pesquisa de cunho Social, utilizamos uma abordagem dialética, considerando que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos (GIL, 1999, p. 14).

O objetivo da pesquisa foi constatar a importância do projeto habitacional na vida dos beneficiários e se o mesmo proporcionou mudanças na qualidade de vida das pessoas beneficiárias e de sua família. Considerando que angariamos as seguintes informações:

Gráfico 1 - qual a idade dos beneficiários por ciclo de vida?



Fonte: autora

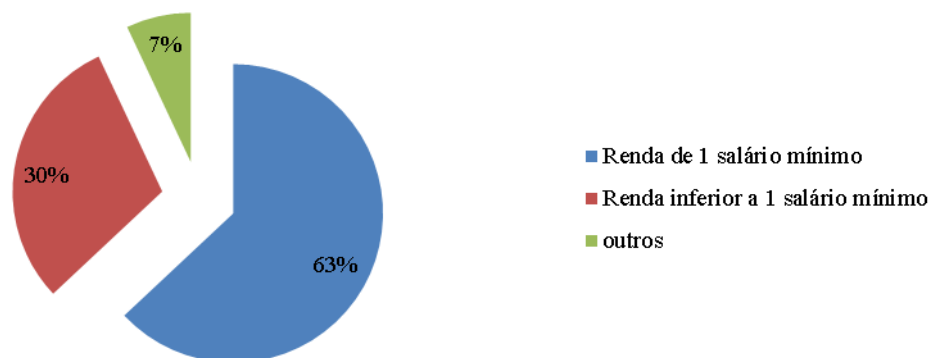
Dentro da lista dos beneficiados do projeto habitacional Tiago Elias, 49% das famílias possuem membros menores de 12 anos, 27% com adolescentes acima de 12 anos e menores de 18 anos e 21% são idosos acima de 60 anos.

De acordo com a pesquisa, a maioria das famílias residentes no Conjunto Tiago Elias tem filhos menores de 12 anos, de acordo com as exigências do Programa, justificando tal percentual.

O gráfico abaixo apresenta que 63% dos beneficiários vivem com renda de um salário mínimo, 30% vivem com renda inferior a um salário mínimo e 07% tem renda acima de um salário mínimo.

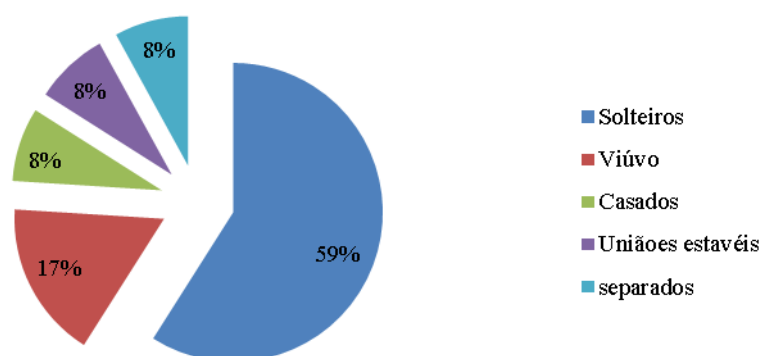
Diante desta realidade, o Assistente Social deve intervir de maneira a promover o acesso a cursos de capacitação e renda para que os beneficiários possam melhorar a renda familiar e conseqüentemente a qualidade de vida.

Gráfico 2 - qual é a renda familiar?



Fonte: dados coletados da pesquisa.

Gráfico 3 – qual o estado civil dos beneficiários?

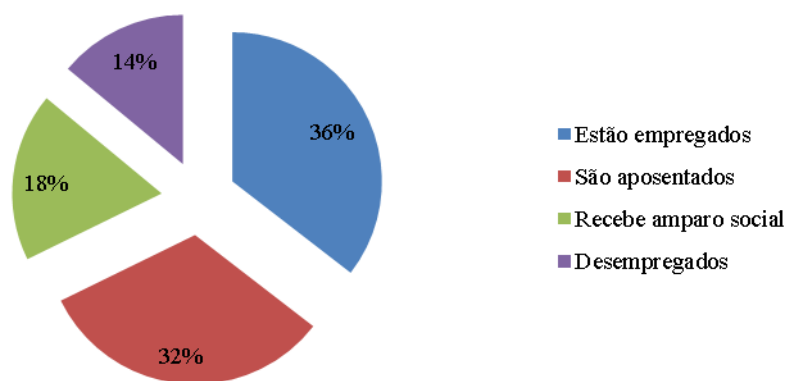


Fonte: dados coletados da pesquisa.

No que tange ao Estado Civil, 59% Solteiro, 8% casados, 8% uniões estáveis, 8% Separados, e 17% viúvos.

O gráfico acima aponta que a maioria dos responsáveis pela unidade habitacional é solteira, podemos perceber que a pesquisa aponta para um número significativo de pessoas que vivem afastadas dos demais familiares.

Gráfico 4 - qual é a fonte de renda dos beneficiários?



Fonte: dados coletados da pesquisa.

Sendo que a fonte de renda dos beneficiários está distribuída da seguinte forma, 36% são empregados e 32% recebem aposentadorias, 18% recebem amparo social e 14% estão desempregados.

Percebemos que a maioria dos moradores do residencial Tiago Elias estão empregado, seguida dos que são asseguradas recebendo aposentadoria do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e os que respectivamente recebem Benefício de Prestação Continuada – LOAS, benefício instituído para população que não tem como prover seu próprio sustento e não tem como tê-lo provido pela sua família.

No gráfico 5, analisamos o grau de escolaridade, sendo: 28% não são alfabetizados, 41% possui entre 1º a 4º série primária, 21% estão entre 5º a 8º série, 10% possuem ensino médio.

Assim, percebe-se que a maior demanda pela política de habitação está entre a população com menor nível escolar, ficando a mercê das políticas sociais para sobreviverem com os mínimos sociais.

Gráfico 5 - qual é a escolaridade dos beneficiários?

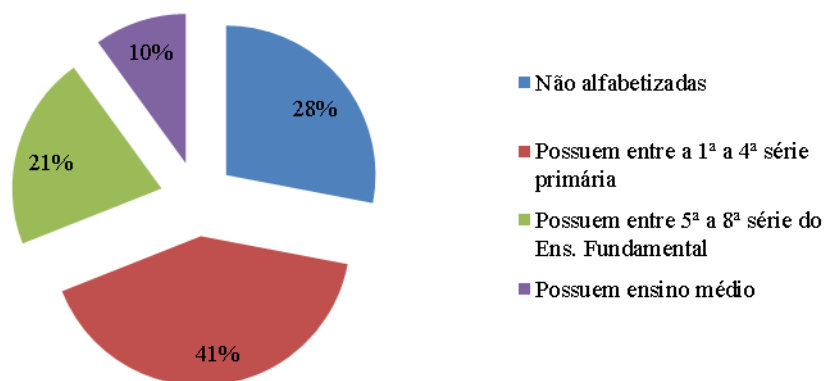
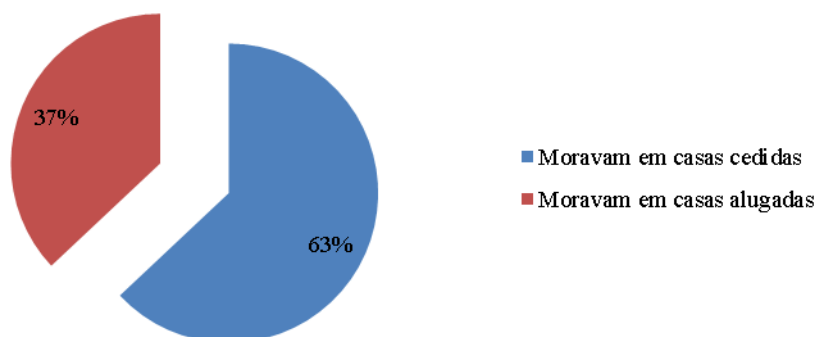


Gráfico 6 - antes de ser beneficiado com o programa, qual era a situação habitacional?

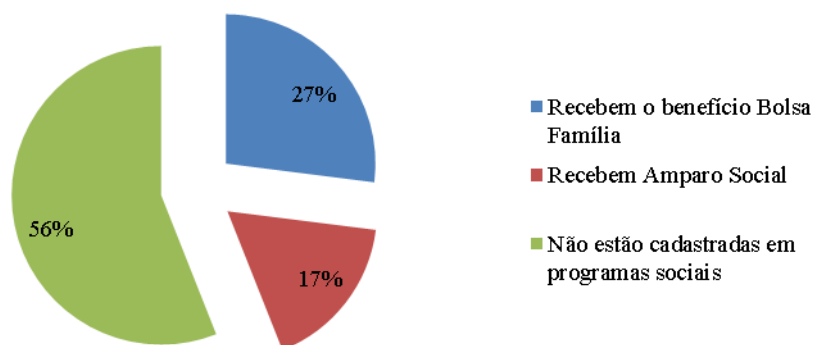


Fonte: dados coletados da pesquisa.

Segundo esses dados coletados 63 % dos moradores antes de ser beneficiado com o projeto Tiago Elias moravam em casas alugadas e 37% moravam em casas cedidas por amigos e parentes.

Evidencia-se que a concessão das moradias trouxe melhoria na qualidade de vida, pois agora tem oportunidade de investir parte do salário em benefício da família e até mesmo na unidade habitacional.

Gráfico 7 - quantas famílias estão cadastradas nos programas de transferência de renda?



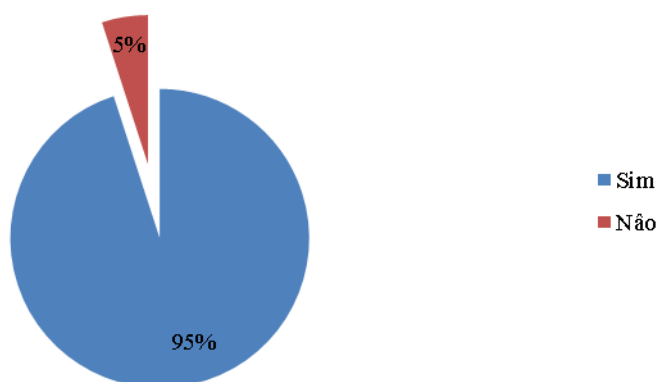
Fonte: dados coletados da pesquisa.

Entre os beneficiários do programa Tiago Elias, 27% estão cadastrados nos programas de transferência direta de renda e recebem o benefício do Programa Bolsa Família, 17% recebem Amparo Social e 56% não estão cadastrados em nenhum programa social de transferência de renda.

Concluimos que a maioria dos beneficiários do projeto habitacional não se encaixa no Programa Bolsa Família, porém estão cadastrados no CADÚNICO para benefício de outros programas, tais como o da habitação entre outros.

No 8º gráfico os beneficiários foram questionados sobre qualidade de vida, 95% dos moradores relatam na entrevista que após este projeto, suas vidas mudaram, melhorando a qualidade de vida, sendo que apenas 0,5% alegou que não houve melhoria na qualidade de vida.

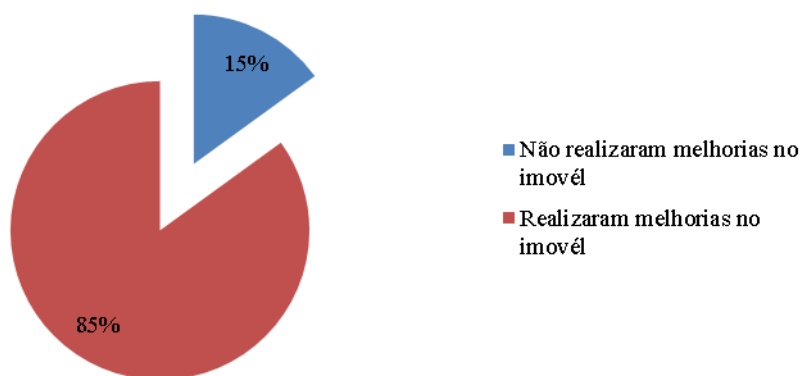
Gráfico 8 - houve melhoria na qualidade de vida após o projeto?



Fonte: dados coletados da pesquisa.

Através da pesquisa realizada podemos constatar que as famílias beneficiadas pela Política de Habitação no Município de Comodoro alegam ter elevado sua qualidade de vida, tanto no que tange a um melhor desenvolvimento emocional, físico, mental e psicológico, além de relacionamentos sociais, como família, vizinhos e amigos, dessa maneira podem oferecer uma melhor alimentação, bem como aquisição de roupas, calçados, inserção em cursos de computação, fácil aquisição de mobília para casa e até financiamento de veículo próprio para atender as necessidades do grupo familiar. Ressaltamos também, no que diz respeito às políticas sociais de: saúde, educação e segurança pública estas famílias foram contempladas com os serviços já instalados e com equipes técnicas capacitadas para atender esta demanda.

Gráfico 9- quantos beneficiários realizaram melhoria no imóvel?

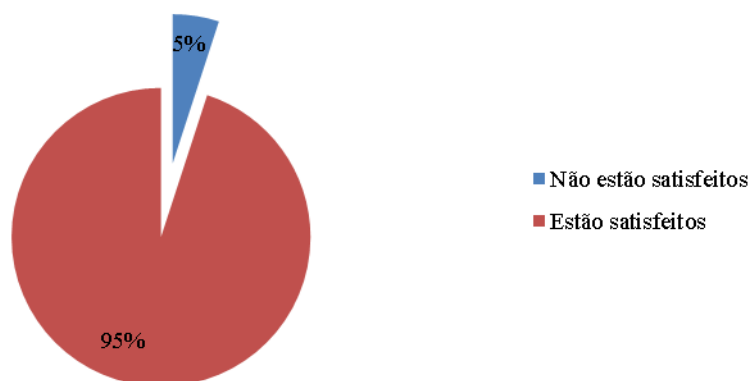


Fonte: dados coletados da pesquisa.

Diante da pesquisa realizada concluímos que 85% dos entrevistados realizaram melhorias no imóvel, e 15% não realizaram nenhum tipo de melhoria no imóvel.

A maioria dos participantes alegam ter conseguido realizar as melhorias através da economia no aluguel, as melhorias nas edificações do imóvel vieram através de pequenas reformas tais como: pintura, construção muro, piso em cerâmica, portas e janelas diferentes, construção de outras peças no interior ou fora do imóvel, dentre outras, transformando a unidade habitacional em um lar, trazendo aconchego e conforto para melhor convívio com os familiares.

Gráfico 10 - quantos beneficiários estão satisfeitos com o projeto?

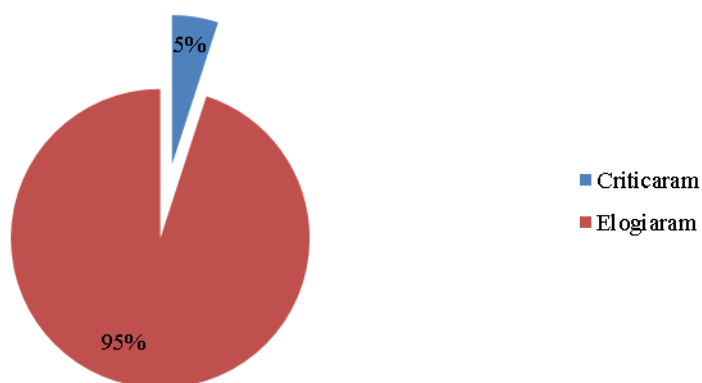


Fonte: dados coletados da pesquisa.

Mediante pesquisa, concluímos que 95% dos entrevistados estão satisfeito com o projeto e com a nova moradia, e 5% dos entrevistados não estão satisfeitos com a nova moradia.

Mediante os dados coletados percebemos que a maioria dos beneficiários estão satisfeitos, pois realizaram o sonho de ter a casa própria, com residência fixa, tendo a oportunidade de melhorar a qualidade de vida dos familiares sem se preocupar com a falta de moradia digna.

Gráfico 11 - quantos beneficiários fizeram críticas e elogios referentes ao projeto?



Fonte: dados coletados da pesquisa.

De acordo com a pesquisa 95% dos entrevistados fizeram elogios às moradias e 5% fizeram críticas a moradias. Assim, podemos considerar que a maioria dos beneficiários estão satisfeitos, pois houve congratulação ao Programa MCMV, alegando que estão muito felizes por ter uma casa, e por não pagar aluguel, a minoria não está

satisfeito, pois alega que a unidade habitacional é pequena e o espaço físico não atende as necessidades da família por ser numerosa, e ainda reivindicam melhorias quanto infiltrações no imóvel e goteiras no telhado das casas.

Considerações Finais

Diante da pesquisa realizada, analisamos ser de suma importância este conhecimento sobre a história da Política de Habitação, neste sentido, contemplamos a situação da questão social do país e as principais problemáticas sociais, como a questão da moradia e as famílias que estão em vulnerabilidade social devido à falta de habitação. Buscamos relatar também sobre a construção do Programa Minha Casa, Minha Vida e suas normativas para execução a qual possibilitou um amplo conhecimento profissional para o trabalho com a Política de Habitação.

Conseguiu-se abranger temáticas ainda não despertadas, e identificar a importância do projeto habitacional para as famílias beneficiadas e as transformações ocorridas na vida dos moradores do Conjunto Habitacional Tiago Elias, onde os mesmo após a inclusão no projeto passaram a ter acesso às políticas, aos bens e serviços públicos nos perímetros de sua residência o que possibilitou a melhoria na qualidade de vida de todos os moradores.

Contudo, não poderíamos deixar de citar a importância do trabalho do assistente social para concretização da Política de Habitação, visto que a profissão visa garantir a mediação das Políticas Sociais para a população que delas necessitam momento em que o assistente social com os seus instrumentos de atuação, identifica a demanda e através de seu trabalho, garante a essas famílias o acesso à moradia.

Assim, os Programas Habitacionais oferecem não apenas o acesso à moradia, mas oportuniza através das ações de apoio à mobilização, a organização comunitária, a capacitação profissional e geração de trabalho e renda, e inúmeras outras possibilidades. Portanto, neste cenário, se visualiza o ser humano como o sujeito que se mobiliza e participa das ações de interesses coletivos.

O processo de inclusão social das populações minoritárias evidencia a importância do trabalho do Assistente Social no fortalecimento do princípio de justiça social, equidade e cidadania, na formação de lideranças, capacitação da mão de obra e inserção no mercado de trabalho, dentre outras políticas de inserção social que muito tem

contribuído no processo de tomada de consciência dos beneficiários quanto aos direitos e deveres na sustentabilidade da nova moradia.

A Política Nacional de Habitação é muito importante, pois objetiva sanar ou diminuir o déficit habitacional ocasionado pelo processo de industrialização, e através dele proporcionar uma infraestrutura à população, minimizando os agravos fundiários gerados pela população urbana, e, contudo, diminuir os problemas vinculados à questão habitacional, desemprego, desigualdade social, saúde, educação, violência e exclusão social.

Sendo um tema de grande relevância social, não se devem esgotar novas pesquisas e discussões, a fim de aperfeiçoar este projeto garantindo o acesso à moradia para todos os cidadãos brasileiros.

Referências

ALMEIDA, C. S. **Estudo Sobre o Programa Minha Casa Minha Vida**, São Pulo, Torre Sul, 2012.

ARANTES, P. F. **Minha Casa, Minha Vida**: uma análise muito interessante. 2009.

BRASIL, CAIXA. **Trabalho Técnico Social**: avaliação de programas habitacionais-orientações para o entrevistador. Brasília, março de 2004.

BRASIL, CF; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasil: Senado Federal, 1993. Conselho Nacional de Assistência Social: Ministério do Desenvolvimento social e combate a fome.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**, Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Como produzir moradia bem**

localizada com recursos do MCMV, Brasília, 2010.

_____, Ministério Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS, 2009.

BRASIL, Prefeitura Municipal de Comodoro, 2011.

BRASIL, **Revista Brasileira de Habitação**: Melhores projetos de Habitação Popular, 2009.

BONDUKI, N. G. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida**. Teoria e Debate, nº 82, maio/junho. 2009.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007,

FALEIROS, V. L. **Desafios do Serviço Social na era da globalização**. In: Serviço Social e Sociedade n ° 61. São Paulo. Cortez. 1999.

_____, **Inclusão Social e Cidadania**. São Paulo, 2006.

FERREIRA, C. M. **Fundamentos Históricos e Metodológicos do Serviço Social**, 2010, Pearson, são Paulo.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 2004.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. In: Revista *Como citar esse artigo*: PREUSS, Cristiana; RAMOS, Carolina Fernandes L. Política de habitação: um estudo sobre a importância no município de Comodoro, MT. **Revista Científica Tribus da Amazônia**, Vilhena, v. 1, n. 1, p.118-136, out./jan. 2018. Quadrimestral.

Temporalis, 2. ed. Ano 2, n.3 Janeiro a Junho de 2001. ABEPSS, Brasília.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: *Novos Estudos* n. 85. São Paulo: CEBRAP, 2009.

SILVA, M. O. S. **O serviço Social e o Popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, M. C. **O Serviço Social e a Construção dos direitos sociais**. In: *A prática Profissional do Assistente Social*. V.1, São Paulo: Veras Editora, 2009.

Atuação e contribuição do assistente social dentro do âmbito escolar

Paulini Scherly Rosa Valadão³³

Angelita Martignago Carvalho³⁴

Resumo - Este trabalho buscou fomentar a importância do Serviço Social no âmbito escolar, além de frisar a necessidade da família na vida escolar de seus filhos. Uma vez que é considerada base principal, pois é nela que os mesmos adquirem os primeiros conhecimentos sobre respeito, caráter e dignidade. A escola deposita na família a confiança para melhorar a convivência com o aluno e até mesmo com seus pais. Por este motivo a mesma vem traçando metas para conseguir aproximação dos pais na vida escolar de seus filhos. O Assistente Social busca contribuir para que isso aconteça, facilitando desta maneira o trabalho dos professores, propondo alternativas em prol da escola e da família do educando. Buscou-se mostrar a importância do profissional de Serviço Social, suas ações, e contribuições e atuações na educação ressaltando algumas expressões da questão social, inseridas na escola. O Assistente Social inserido na realidade da escolar poderá contribuir no diagnóstico de fatores sociais e econômicos, que determinam os problemas do campo educacional.

Palavras-chave: educação; serviço social; escola; família

Performance and contribution of the social worker within the school environment

³³ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia (FAMA). Atualmente cursando Direito pela UNESC - FAEV - Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena.

³⁴ Bacharel em Serviço Social pela Faculdade da Amazônia (FAMA) e Licenciatura em História pelo Centro Universitário Claretiano, Pós-graduada em Metodologia e Didática do Ensino Superior e Psicologia Social, docente da FAMA, servidora municipal na Secretaria Municipal de Educação. (SEMED).

Abstract - This work sought to promote the importance of Social Service in the school environment, besides stressing the need of the family in the school life of their children. Since it is considered the main basis, because it is in it that they acquire the first knowledge on respect, character and dignity. It is in the family that the school places its trust to improve the coexistence with the student and even with their parents. For this reason the same has been setting goals to achieve approximation of parents in the school life of their children. The Social Worker seeks to contribute to this, thus facilitating the work of teachers, proposing alternatives in favor of the school and the family of the student. We sought to show the importance of the Social Work professional, his actions, and contributions and actions in education highlighting some expressions of the social question, inserted in the school. Knowing reality, the Social Worker can contribute to the diagnosis of social and economic factors that determine the problems of the educational field.

Keywords - education; social service; school; family

Introdução

A educação surgiu no Brasil através dos padres Jesuítas, a mesma passou por várias transformações e conseguiu, através de muitas lutas, alcançar um espaço de destaque através da Constituição Federal, tornando-se assim, respeitável e garantida por lei, e ocupa um papel muito importante na vida do cidadão.

Frente a isto, se insere a família como base da educação, pois a mesma deve servir de referência para os primeiros passos educacionais que a criança deve ter. É na família que os valores, a cultura o respeito pelo outro são transmitidos. A participação desta junto à escola reforça o processo de ensino-aprendizagem. Esse processo ajuda a transformar ações e abre expectativas para a solução de possíveis problemas escolares.

Neste sentido, a escola deve ser vista como integrante da vida social dos alunos e precisa estar atenta as mais diferentes formas de exclusão social. Entender que o conceito de família passou por várias transformações durante anos e que a base para uma boa educação é muito importante. As escolas fazem projetos, traçam metas para se

tornarem um local de convívio agradável para com os pais dos alunos, pois é através de um bom relacionamento entre escola, aluno e família que a mesma conseguirá desenvolver um trabalho de qualidade.

Diante disto, é importante e necessária a inserção do profissional Assistente Social nas escolas, pois o mesmo contribuirá no acesso a educação de qualidade através de ações desenvolvidas na escola, com as famílias e alunos.

Este trabalho busca em sua íntegra, demonstrar a atuação e contribuição que o profissional de Serviço Social pode trazer para o âmbito escolar, também à importância da participação da família na vida escolar do educando, bem como enfatizar a relevância do trabalho do Assistente Social na educação e sua contribuição para o educando, família e a própria escola, e sua atuação em equipe multidisciplinar, visando a participação efetiva da família na vida escola do filho.

A educação brasileira: contextualizando

De acordo com Moura (2000, p.25), a educação deu seus primeiros passos no ano de 1549, conduzido pelo Padre Manoel de Nobrega. Com muita ambição, logo nos primeiros dias, já haviam construído a primeira escola elementar brasileira, situada em Salvador, com a finalidade de ensinar os índios a ler e escrever.

Já no período colonial as aulas eram dadas nas aldeias a céu aberto, o Padre José de Anchieta foi o que mais se destacou, aprendeu a língua tupi com mais facilidade, e assim criou a primeira escola de Gramática desta época (MOURA, 2000, p. 26).

Através da catequese os jesuítas aos poucos estavam conseguindo alcançar seus objetivos, que os indígenas deixassem de viver seus costumes e crenças para viver sob a civilização, moral e costumes dos jesuítas. Estes também foram responsáveis pelos primeiros colégios no Brasil, na Bahia em 1564, em seguida em Olinda e no Rio de Janeiro em 1565. As aulas eram gratuitas e geralmente quem frequentava eram os filhos da elite, sendo que raramente abriam-se algumas exceções para os colonos (BELLO, 2001, p. 25).

Por mais de 200 anos os jesuítas foram responsáveis pela educação, mas a reforma política educacional de Pombal estabeleceu-se com a saída forçada dos jesuítas, transferindo a responsabilidade da Educação para o Estado, com os colégios jesuítas extintos, o governo não poderia deixar de proporcionar educação aos Portugueses e Colonos. Foi através de muitos Alvarás e Carta Régia que a reforma Pombalista adquiriu argumentos e alcançou desmanchar a estrutura educacional que os jesuítas haviam implantado (ROMANELLI, 2003, p.32).

Surgem as aulas régias. Estas aulas eram avulsas diferentemente do ensino anterior, e só havia algumas matérias, essas deveriam substituir todas as disciplinas que eram oferecidas nos colégios jesuítas. Também foram criadas com o objetivo de ser um ensino público e amplo, onde todos pudessem ter acesso sem distinção entre as classes (ROMANELLI, 2003, p. 33).

Segundo Bello (2001, p. 35), com a vinda da família Real ao Brasil em 1808, houve uma nova ruptura na Educação. Durante o século XIX, houve o crescimento das cidades e o aumento do fluxo de exportação do país. Neste século a maioria da população era formada por tribos indígenas, africanas e seus descendentes, homens e mulheres brancas, pobres livres e negros alforriados restando assim, para esta classe, “vender sua mão de obra, trabalhando com serviços braçais e vistos como incapazes de aprender, ficando assim cada vez mais distantes de seus direitos” (RIBEIRO, 1990, p.39).

Moura (2000, p. 90), afirma que em 1823 na tentativa de amenizar a falta de professores foi criado o Método Lancaster ou, método do ensino mútuo onde os professores ensinavam os alunos mais adiantados da classe para que os mesmos ensinassem grupos pequenos de alunos, com isto a educação é negada mais uma vez a população.

Conforme Moura (2000, p. 91), a constituição através de um ato adicional no ano de 1834, dispõe que as províncias passariam a ser responsável pelo ensino primário e secundário, por este motivo em 1835 à primeira Escola normal do país, em Niterói, foi criada. Em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Colégio Pedro II, o qual seria de caráter humanista clássico e destinado à elite. A divisão de classe era visível conforme Decretos do Império.

Explica Lopes, Faria Filho e Veiga (2000, p. 62), que um movimento representado por profissionais da educação ao governo, explicita o desejo pela reconstrução da Educação, documento chamado de Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi redigido pelo intelectual Anísio Teixeira, ressaltando que a educação é um direito que todo homem tem, e não necessita somente para contribuir na sociedade capitalista, mas para construção social do indivíduo.

Já no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, escrito por Fernando Azevedo, representou a retomada a reconstrução educacional no Brasil, com aberturas para um ensino laico e a universalização da educação, defendendo uma educação pública com qualidade sendo responsabilidade do estado (LOPES; FARIA FILHO; VEIGA, 2000, p.68).

Regime militar e a educação

Na década de 40 a quantidade de escolas era insuficiente. Os alunos não se misturavam, as meninas e meninos eram todos uniformizados e em salas separadas, e o contato com funcionários era mínimo ou quase nem um, eram todos reprimidos e deviam obediência (ROMANELLI, 2003, p.76)

Segundo Bello (2001, p, 66), por haver poucas escolas os trabalhadores que vinham do campo para a cidade encontravam dificuldades para matricular seus filhos. Já na década de 60 a quantidade de escolas cresceu, mas era deficitária a quantidade de professores que não acompanhou o crescimento, então cada vez mais a divisão de classe aumentava e a pobreza crescia.

No ano de 1964, com os militares no poder, a repressão e a censura foram grandes, muitos intelectuais, artistas e professores foram exilados ou simplesmente desapareceram.

A partir da Nova República, os profissionais da Educação, através de lutas constantes, conseguiram elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). Com a Constituição Federal de 1988, a escola pública passou a questionar o método pedagógico (ROMANELLI, 2003, p. 81).

Com a Constituição de 1988 em vigor, a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB n° 4024/61) foi considerada ultrapassada, pois não atendia as necessidades da Educação contemporânea, houve a reformulação e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n°9394/96 em seus Art.7° e Art.14 vieram com acréscimos, como assegurar o Ensino Infantil e Básico, além de assegurar a gestão democrática.

Art. 7° O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; (BRASIL, 1996.p.3).

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, p.4-7)

Segundo Castro (2003, p. 25), a educação é importante na vida e na formação profissional de todo cidadão, e tida como direito de todos, direito este amparado por Lei, neste sentido vale enfatizar a atuação de um profissional que visa cuidar da garantindo direitos da população, o profissional de Serviço Social seus desígnios, competências e atuação, visando sempre à garantia de direitos, que está preconizado na Carta Magna, assinalando a importância que o mesmo tem a proporcionar na busca de estratégias, tendo uma visão vasta e ampliando o intercâmbio entre a equipe escolar, buscando um trabalho multidisciplinar, no enfrentamento aos desafios em meio o mundo em que vivemos.

A inserção do Serviço Social na Escola contribuirá com ações que tornarão a educação uma prática de inclusão social (AMARO, 1997, *apud*, SANTOS, 2009).

Serviço social e sua inserção na educação: uma inserção possível e necessária

Para entendermos a inserção do profissional de Serviço Social no âmbito da educação escolar precisamos averiguar as transformações que a sociedade escolar vem atravessando no momento e, para Teixeira (2009, p. 21), a educação deve ser considerada um processo de conhecimento e construção social, onde atualmente passam por turbulentas modificações, sendo as escolas públicas as que mais sofrem com estas mudanças, muitos exemplos são os problemas sociais vividos pelos alunos, como o uso de drogas, baixo rendimento escolar, Bullying, gravidez entre as adolescentes, comportamentos agressivos com os colegas e professores, evasão escolar e problemas econômicos, entre outras dificuldades inseridas nas escolas públicas.

A questão da pobreza, também influencia muito, o profissional trabalharia com medidas e programas que possam trazer alternativas para o problema da pobreza e da exclusão social. Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), “a implantação do Serviço Social nas escolas é uma das medidas que poderá criar condições para o efetivo exercício da cidadania o que contribuirá para a inclusão social das crianças e adolescentes que frequentam as escolas públicas” (2000, p. 23).

Conforme explica Silva (2012, p. 17), “a inserção do profissional nesse campo não é uma demanda da categoria no que se refere a garantir mais espaços de atuação profissional, mais sim a importância do trabalho que o mesmo desenvolverá em benefício da sociedade civil”.

[...] assegurar conjunto de recursos teórico-práticos organizados institucionalmente a partir da pesquisa, estudos e aplicação para apoiar, complementar. Potencializar a ação docente, de modo a garantir uma educação de qualidade para todos em detrimento a classificação e exclusão (TOLEDO, 2008, p. 11).

É dever do estado e da sociedade garantir proteção integral à criança e adolescente, para que seus direitos sejam preservados, e evitar que estas fiquem expostas a situações de vulnerabilidade social como assegura o Art. 4º do ECA:

Art.4º - É dever da família, da comunidade da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, e efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, à cultura, a dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p.1043).

Mas muitas vezes, os pais acreditam que a educação de seus filhos é de responsabilidade da escola, porém, de acordo com a LDB, cabe à escola a finalidade de conhecimento, preparando o para o exercício profissional e de cidadania, cabendo à família dever de educar, mostrando a seus filhos os princípios básicos como caráter, respeito e dignidade.

A educação é processo social que todo cidadão deve vivenciar e envolve a família, organizações culturais, política e dentre ela a escola ela é indispensável para a adquirirmos conhecimento, além de ser responsável pelo desenvolvimento do sujeito (MARTINS, 2012, p. 34).

É importante ressaltar que a presença do Assistente Social na educação e mediante capacidade teórica e técnica que o mesmo tem de intervir, por este motivo há a necessidade do profissional, pois ele a capaz de promover, desenvolver e executar ações, projetos e programas que possa ajudar no processo de aprendizado do aluno, além de contemplar a escola e comunidade (CRESS, 2010, p. 09).

O direito a educação implica em qualidade de atendimento prestado a população neste caso em especial, aos usuários das escolas publicas. A inserção do profissional de Serviço Social na área da educação contribuirá para garantir o acesso do cidadão às políticas públicas de educação, e melhorar a qualidade de ensino e do desenvolvimento cultural do individuo (ALMEIDA, 2000).

A escola é uma porta de entrada da comunitária. Além de seu papel pedagógico, formador e de socialização, ela é depositária dos conflitos, limites, esperanças e possibilidades sociais. A escola recebe e expressa às contradições da sociedade. Nesse contexto, o Serviço Social tem grande contribuição a dar a política pública da Educação e aos desafios que se apresentam para a elevação do rendimento escolar, a efetivação da

escola como espaço de inclusão social e a formação cidadã de nossas crianças e jovens (ALMEIDA, 2000, p. 21.)

O Assistente Social na educação pública vem instituir uma das formas de garantir o exercício da cidadania ao aluno, sendo assim refletido em sua família, porque o mesmo terá a disponibilidade de atendimento em grupos e acompanhamento individualizado, como também o profissional procura promover a democracia através de abertura do espaço escolar, onde haverá participação da família, sendo envolvida na realidade escolar que seu filho esta inserido. Da mesma forma, pode-se abordar a significação que a inserção do Assistente Social na Educação representa para o fortalecimento da Gestão Escolar.

Diante do exposto sobre a atuação do Assistente Social na educação, vejamos na concepção do CFESS, as situações que devem ser abordadas referentes a crianças e adolescentes com a inserção do Assistente Social na educação como:

- a) baixo rendimento escolar;
- b) evasão escolar;
- c) desinteresse pelo aprendizado;
- d) problemas com disciplinas;
- e) insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- f) vulnerabilidade as drogas;
- g) atitudes e comportamento agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.

23).

Ainda sobre a atuação do Assistente Social na educação, Martins (1999) fala da atuação do mesmo, e entende que a educação se estabelece a partir da política social que visa garantir os direitos sociais. E destaca objetivos que devem balizar o Serviço Social na Educação.

- a) melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;
- b) favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);
- c) ampliar o acervo de informações e conhecimentos, a cerca do social na comunidade escolar;

- d) estimular a vivencia e aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;
- e) fortalecer as ações coletivas;
- f) efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- g) maximizar a utilização dos recursos da comunidade;
- h) contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estagio adequado as novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p. 70).

O trabalho que o assistente social desenvolverá com a família deve ser feito de acordo com as modificações que a sociedade vem sofrendo, como sociais, econômicas e familiares. Tais modificações fazem com que a família se afaste da vida escolar de seu filho, além de afastá-lo também, pois muitas vezes seus filhos param de frequentar as salas de aulas para contribuir com a renda familiar (CFESS, 2000, p, 31- 32).

Entende-se então que o Assistente Social tem muito a contribuir com esta politica pública da educação, e os desafios que a mesma apresenta, e que a participação da família na escola é de extrema importância na vida escolar das crianças e adolescentes, sendo da família a responsabilidade de educar seus filhos com caráter, e depois da escola de contribuir com a formação intelectual, com as transformações que as famílias vivem envolvê-las na escola é de suma importância. (BARRETO; COUTINHO; RIBEIRO, 2012, p. 95).

Para assegurar a atuação deste profissional, levando em consideração que estes, entenderam a importância do Assistente Social, e o que mesmo se faz necessário no âmbito escolar, é importante ressaltar que a demanda social só aumenta, e hoje a preocupação com a educação não deve se voltar somente com o ingresso da criança e adolescente na escola, e sim com a permanência do mesmo, já que a escola a cada dia se torna um ambiente pouco atrativo para os estudantes, mesmo mostrando a eles que teria a possibilidade de uma realidade diferente que os mesmos estão inseridos (CFESS, 2000, p. 31).

Dados da pesquisa: realidade escolar de Vilhena

Vilhena é um município brasileiro localizado no Estado de Rondônia, segundo fonte do IBGE/2018, a sua população aproximada é de 97.448 habitantes e considerada a 4º cidade mais populosa e a 33º da Região Norte, além de possuir o 2º melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Região Norte. Conhecida como o Portal da Amazônia por ser localizada na entrada da região da Amazônia Ocidental, também é conhecida por seu clima agradável (IBGE, 2018, p. 01).

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) fica responsável por promover a efetivação da Educação, que é de suma importância, pois cabe a ela promover a elaboração e execução do Plano Municipal de Educação (PME), e de convênios educacionais pelo município. Além de ficar a cargo também de fazer cumprir toda a legislação e regulamentação e fiscalização da Educação Municipal (PREFEITURA DE VILHENA, 2013, p. 01).

De acordo com Almeida (2005, p. 10), “[...] a política de educação pode ser concebida também como expressão da prática questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social”.

A inserção do Assistente Social na educação e a melhoria da própria educação em si é de suma importância, mas que não depende de um profissional apenas, e sim de um conjunto, onde todos lutam para que a escola, a família e os educadores possam desenvolver um trabalho melhor (SILVA, 2012).

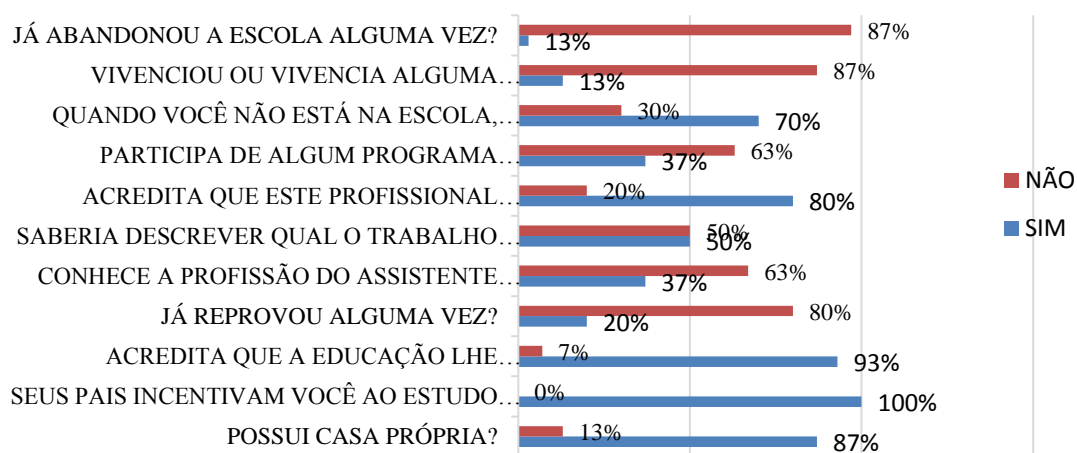
Procedimentos Metodológicos

A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi de cunho qualitativo e quantitativo, foram feitos levantamentos de dados através da pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e documental, com embasamento teórico em autores que escreveram sobre o tema, foi obtido resposta a questão indagada a respeito do Assistente Social na Educação, atuação e contribuição para âmbito escolar.

A presente pesquisa tratou-se de um estudo quanti-qualitativo e descritivo, que segundo Minayo (2007, p. 28), “[...] é um método para análise de estatística à investigação dos significados das relações humanas, privilegiando a melhor compreensão do tema a ser estudado, facilitando dessa forma a interpretação dos dados obtidos”. A seleção dos participantes da pesquisa aconteceu através uma pré-seleção dos anos que são ofertados na Escola e apenas trinta (30) alunos participaram da pesquisa, sendo alunos que cursam o 6º e 7º ano do Ensino Fundamental.

Diante dos fatos abordados por meio da pesquisa, percebe-se da necessidade de um Assistente Social na educação, por ocorrer problemas relacionados à família, drogas, violência, evasão escolar, falta de atenção dos pais com a educação dos filhos, entre outros. Este trabalho teve como cenário a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Vilma Vieira, que está localizada na Rua 916 nº 2388, Quadra 01, Setor 19 A. Observemos os gráficos abaixo:

Figura 1 – resultados referente à pesquisa com os alunos



A questão do abandono da vida escolar ocorre muitas vezes porque a criança deixa a escola para trabalhar, complementando a renda familiar, outras por motivos de se mudarem muito ou até mesmo por que os pais não os incentivam, e não são atentos a importância da educação para os filhos, também podem ser provocados por atitudes discriminatórias, além de violência (CFESS, 2001, p. 15).

A violência é algo que ocorre em muitos lares, tendo em vista o que foi colhido durante a pesquisa percebe-se um resultado oposto ao que se acredita, nota-se receio e constrangimento dos adolescentes ao responderem a questão.

O Estatuto da Criança e Adolescente em seu Art. 13 diz o que deve ser feito em casos de suspeita de violência. “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da perspectiva localidade, sem prejuízo de outras providencias legais” (ECA, 1990, p.1044). Lembrando que aquele que fizer a denúncia, não há a necessidade de se identificar, pois o órgão acima fará o trabalho investigativo para apurar com exatidão se há ou não veracidade na denúncia.

A respeito do tempo livre que os mesmos têm no horário oposto de aulas, dentre as mais citadas destacou-se aulas de futebol, seguido por aula de violão, prática de karatê e alguns participam das atividades oferecidas pelo Centro de Referência Criança e Adolescentes (CRECA). E outras responderam que cuidam dos afazeres domésticos, em sua grande maioria são as meninas responsáveis por cuidar da casa, uma vez que a mãe e o pai trabalham fora, um entrevistado em especial, relatou que trabalha fora para complementar à renda familiar.

Quanto à referida pergunta, vale ressaltar que este profissional tem reconhecida sua importância no âmbito escolar, pois o mesmo tem diversas qualidades que acrescentaria muito a equipe multidisciplinar, em benefício da família, escola e aluno.

[...] interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas de saúde, educação, condições habitacionais e outras, Assim o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população [...] (IAMAMOTO, 2012, p. 67).

Observa-se que o Assistente Social tem vários recursos para estar contribuindo na vida destas famílias, pois conta com vastos programas de atenção especial, na viabilização de direitos. Na escola também trabalharia viabilizando acesso, aos familiares e alunos com informações sobre outras questões que os mesmos tenham dúvida.

Muitas pessoas não conhecem o papel do Assistente Social, desconhecem seu compromisso sócio educativo, psicossocial, político entre outros, e focam apenas nas ações assistencialistas.

Nota-se diante o resultado da pesquisa, na qual 50% dos entrevistados saberiam descrever o trabalho que o profissional de Serviço Social faz, vale ressaltar que o Assistente Social além de desenvolver o seu trabalho em instituições públicas também pode desenvolver o mesmo em empresa privada, entretanto, é em âmbito publico que o mesmo tem a seu favor as políticas públicas voltadas para as expressões da questão social. Contudo, é preciso compreender até que ponto os alunos conhecem a atuação deste profissional, e é neste sentido que há a necessidade de sua inserção na educação.

O Assistente Social inserido na Educação escolar poderia montar uma estratégia para diminuir a dependência de alunos, sabe-se que á vários fatores que colabora para que ocorram as repetências, muitos geralmente passam por algum problema familiar naquele determinado momento (SILVA, 2012, p. 65).

O resultado positivo sobre o que foi questionado significa que quase todos os educandos esperam um futuro melhor diante da educação e estudo.

[...] a educação é um meio para cada um, segundo seu mérito pessoal, vença na competição natural e cotidiana da sociedade do conhecimento; que o mercado é o lugar mais adequado e eficiente para o avanço do ensino superior; e o desemprego é justificado pela “empregabilidade”, isto é, pela desqualificação educacional dos indivíduos (PEREIRA, 2008, p.24).

Acredita-se que os filhos querem a atenção de seus pais em sua vida escolar, o incentivo dos pais para com seus filhos faz com que os mesmos se interessem mais pelos estudos. Além de aproximar o educando de seus pais, cria um vínculo de confiança entre ambos.

Para Comer e Haynes (1991, p. 07, *apud*, FRAIMON, 1997), “[...] A participação dos pais na educação é essencial para o desenvolvimento escolar de seus filhos [...]”, sendo assim, para que haja um bom desenvolvimento escolar por parte dos filhos, deve haver sempre mais empenho por parte dos pais.

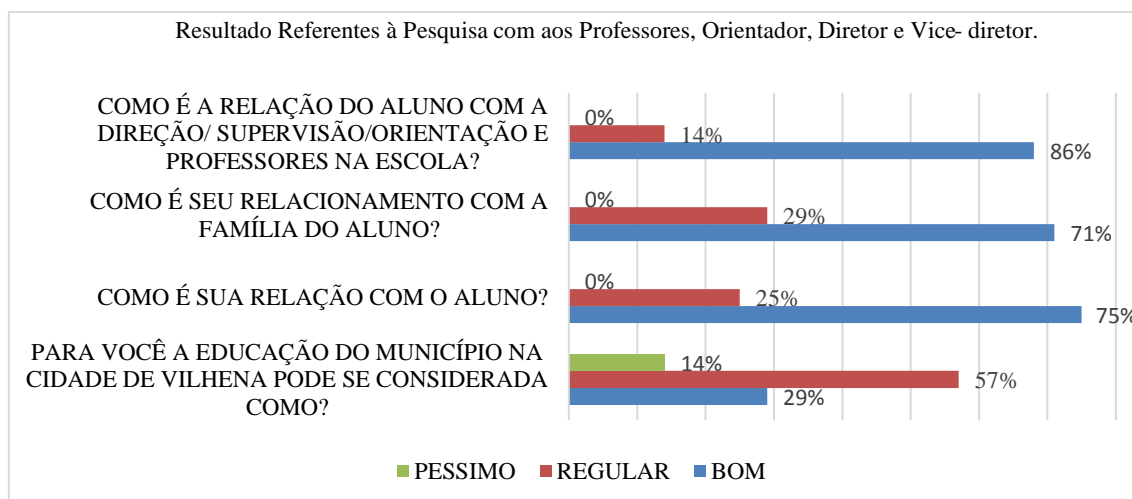
As transformações que afetam a família hoje são visíveis, pois há alguns anos atrás, a responsabilidade de prover o lar era em sua grande maioria do homem, pois o mesmo acreditava que à mulher cabia cuidar do lar, o que ocorre hoje é a mudança de papel, pelo motivo de separação dos pais, a mulher é quem geralmente fica com os filhos

e é quem assume o lugar de provedora do lar, assumindo também o papel de pai e mãe (BARRETO; COUTINHO; RIBEIRO, 2012, p.91).

O modelo de família tradicional, centrada no casal e na chefia do homem provedor, forte na nossa cultura, há décadas vem sendo progressivamente erodida por mudanças culturais, econômicas e demográficas vivenciadas pelas sociedades industriais modernas, como é o caso do Brasil (BORGES, 2007, p. 191).

Com isto, percebe-se que a família tradicional onde a mãe somente cuidada da casa e dos filhos, já esta ficando cada vez mais difícil de ser vivenciada na sociedade, pois a mesma está em constante transformação.

Figuras 2 – resultado referentes à pesquisa com os professores, orientador, diretor e vice-diretor



Fonte: dados coletados na pesquisa.

O resultado foi positivo quanto à relação dos educandos e educadores, sabe-se que na escola ocorrem algumas circunstâncias em que muitas vezes os educadores precisam tomar decisões que não agradaram o aluno, porém tais decisões visam apenas o bem estar do educando.

[...] É de consenso que o profissional de educação sofre um acentuado desgaste emocional, o que impõe a necessidade de propor alternativas que fortaleçam o professor, sua capacidade de administrar conflitos, dificuldades e diferenças, atendendo os alunos (TOLEDO, 2008).

Sabe-se que o profissional de educação passa a todo momentos por situações envolvendo educandos, e que estas situações são desgastantes, mas de acordo com o

resultado apresentado, apesar de estes profissionais passarem por todo tipo de circunstâncias, os mesmos conseguem manter uma boa relação com os alunos.

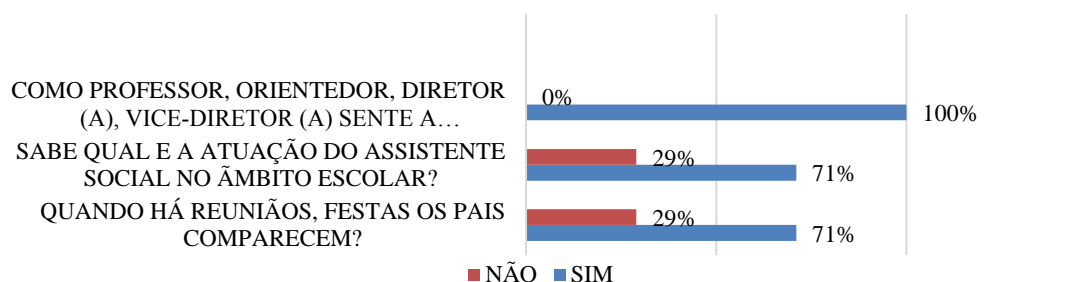
Percebe-se também que os profissionais da educação cobram muito a participação dos pais na educação dos filhos, por acreditarem que os mesmos poderiam ao menos olhar o caderno do filho ao chegar a casa, para verificar se o mesmo estão desenvolvendo-se bem ou se tem alguma atividade para ser desenvolvida em casa, se eles podem ajudá-los no desenvolvimento da atividade, ou o simples fato de pedir para que façam a tarefa.

Conforme afirma Paro (2000, p. 30), “os educadores almejam que a família dê continuidade à educação oferecida na escola, principalmente auxiliando as crianças nos deveres escolares, o que ele denomina como “uma continuidade de mão única”. Diante do que foi exposto percebe-se que os educadores querem apenas um simples ato dos pais, verificar perante a escola e os professores o desempenho de seu filho.

A respeito do resultado do gráfico acima, vale ressaltar que, a opção péssima que somou 14% do resultado não estava entre as opções de respostas, a mesma foi criada pelos entrevistados, por acreditarem que as opções boa e regular não estavam apropriadas a qualidade de Ensino no município de Vilhena-RO.

É evidente que a educação tem seu papel na formação do cidadão e que só se constrói através de críticas. Mas é fundamental também que a escola conheça a realidade dos alunos que a frequenta, e que tente de toda maneira diminuir o distanciamento entre escola, alunos e suas famílias. “Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oportunizar a criança, ao jovem e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e à escola instruí-los, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência” (OSÓRIO, 1996, p. 82, *apud*, SILVA, 2011).

Figura 3 – resultados referentes à pesquisa com os professores, orientador, diretor e vice-diretor



Fonte: dados coletados na pesquisa.

Hoje através das diversas expressões da questão social, que aflige também as famílias do âmbito escolar, a resposta a esta pergunta foi unânime, todos os profissionais, Diretor, Vice-diretor, orientador e professores não têm habilidade profissional e técnica para resolver os problemas familiares relacionados aos alunos e ainda ministrarem as aulas. Diante do que demonstra Santos (2011, p. 80).

Vislumbra-se na família, sua emancipação, autonomia, cidadania, enfim suas potencialidades, as quais muitas vezes, em detrimento das problemáticas vivenciadas, estão adormecidas. Acredita-se sim, na transformação social, não aquela que acontece de um dia para o outro, porém o Assistente Social na escola tem o de prover o conhecimento, o acesso às informações a e constante reflexão dos sujeitos sobre as situações cotidianas.

Como destaca o autor, percebemos que a família é porta de entrada para uma boa educação dos filhos, e o profissional de Serviço Social está preparado com conhecimentos adequados para atuar perante as mazelas da questão social que abrange a vida familiar.

Segundo Caetano (2008, p. 89), ‘‘a parceria na relação escola-família precisa ter como ponto de partida a própria escola’’, destacando assim, importância em ter um Assistente Social no âmbito escolar, já que o mesmo poderá ter contato direto com as famílias dos educandos.

Santos (2011, p. 81) apresenta algumas possibilidades da atuação do Assistente Social dentro do âmbito escolar tais como:

O atendimento social á comunidade escolar, ou o denominado plantão social, constitui-se em uma das praticas do assistente social, tendo em vista a disponibilidade de

um espaço para atendimento prioritário a família ou ao próprio aluno. Esse atendimento é pautado na garantia de direitos e realizado por meio de articulação com a rede sócio-assistencial, tendo como finalidade atender as demandas sociais inerentes ao aluno e a sua família.

Como se pode perceber, a grande maioria conhece o trabalho do profissional de Serviço Social que vai do atendimento direto com a família, a questões que envolvem toda a comunidade escolar, uma vez que o mesmo tem a possibilidade do contato direto com o aluno e sua família. Todo o atendimento está pautado em assegurar e garantir o direito dos mesmos.

Percebe-se que os profissionais tem conhecimento da dificuldade que os alunos sofrem, tal como problemas familiares que também é questionado pelo profissional, a forma que os pais estão educando seus filhos, a queixa de que os pais não são presentes na escola, e que os mesmos não auxiliam seus filhos em casa também foram notadas pela pesquisa.

Destaca-se também que todas as informações coletadas na pesquisa estão associadas, em sua maioria, ao relacionamento que os alunos têm com a família, ou seja, os professores e orientadores têm a consciência das transformações do meio familiar e entendem que para tentar solucionar os diversos problemas educacionais, uma das medidas importantes a ser feita e a conscientização das famílias quanto à importância de sua participação na vida escolar de seus filhos, tais como prover um ambiente calmo, cheio de amor, carinho, paciência e auxílio para que os mesmos não se afastem ou se desinteressem pela vida escolar (BARRETO, COUTINHO, RIBEIRO, 2012, p.106).

Considerações finais

Percebemos que nos últimos anos, o grande esforço das escolas em estreitar o relacionamento com as famílias dos alunos, pois as mesmas no decorrer dos anos atravessaram grandes transformações, o que faz com que os pais fiquem cada vez distanciados da vida dos filhos, tornando mais difícil acompanhar a vida escolar dos mesmos. É necessário traçar estratégias cujo intuito seja resgatar a participação dos pais nas atividades escolares dos filhos, tanto dentro da instituição de ensino como em casa, supervisionando deveres e trabalhos escolares.

A instituição de ensino deve ser valorizada, bem como sua rotina e material que será utilizada durante o ano letivo, devendo ser mostrado aos pais como forma de incentivo para sua aproximação com a escola, e participarem do processo de ensino dos filhos. Entender que planejar reuniões com antecedência é preciso, para que os pais organizem sua rotina, e possam participar das mesmas com mais frequência, sendo mais ativos no processo de ensino dos filhos, fazendo com que os mesmos colaborem mais com as propostas da instituição, participando de maneira efetiva.

A inserção do Assistente Social no âmbito escolar contribuirá para a efetivação do direito à educação de qualidade, contribuindo na formação do cidadão e na emancipação dos sujeitos sociais. É no cotidiano escolar que o Assistente Social poderá pôr em prática o seu conhecimento, onde atenderá a demanda que passa por diferentes expressões da questão social. E através das mazelas da questão social emergente que se justifica a inserção do profissional de Serviço Social no âmbito escolar.

Diante desta realidade, este profissional poderá contribuir no diagnóstico de fatores sociais e econômicos, que determinam os problemas no campo educacional. Sendo assim, trabalhar com métodos preventivos, no intuito de minimizar os problemas sociais que englobam a relação família e escola.

Referências

- ALMEIDA, N. L. T. de. **A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais.** In. QUINTÃO. André. O Serviço Social e a política pública de educação. Belo Horizonte, 2000.
- _____, Parecer sobre os projetos de lei que dispõe sobre a inserção do Serviço Social na educação 060/2002. **Caderno especial**, n.26, edição 4 a 25 nov. 2005. In. SILVA, Marcela Mary José da. Org. Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas/SP. 2012.
- AMARO, S. T. A. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997. *apud.* SANTOS, A. M. As contribuições do serviço social para a realidade escolar do Brasil. 2009. Disponível em <www.meuartigo.brasilecola.com/ducacao/ascontribuicoesservicosocial-para-realidade-escolar-htm>, Acesso em 23 de agosto de 2013.
- BARRETO, V. de B.; COUTINHO. Â.; RIBEIRO, M. dos S. **Serviço Social e famílias: As Contribuições da Atuação Profissional do Serviço Social para Efetivação da Participação Familiar no Acompanhamento Educativo.** 2012.
- BELLO, J. L. de P. **Educação no Brasil.** A história das rupturas. Pedagogia em foco. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.html>>. Acessado em 08 de julho de 2013.
- BRASIL, **Constituição Federal. Brasília: Senado Federal**, 1988. In. Vade Mecum Saraiva OAB Concursos, 2013.
- _____, **Estatuto da Criança E do Adolescente**, Lei 8669/90. Brasília, 1990.
- CASTRO, C. de M. As três leis do império Tupiniquim. **Revista veja**, Abril, ed.1825. Ano 36, n.42, out. 2003. Coluna Ponto de Vista.

CFESS, **Serviço Social na educação**. Uma inserção possível e necessária. Grupo estudos sobre o Serviço Social na educação. Brasil: DF, 2001.

_____, **Parecer Jurídico**. Conselho Federal de Serviço Social. Parecer jurídico. N°23/00 de 22 de Outubro de 2000;

CRESS, Conselho Regional de Serviço Social. **Cartilha de Orientação do Assistente Social**. 25° Região-TO, 2010.

CAETANO, M. L. **Escola e Família**: o que cabe a cada uma. CEAP, centro de estudos e assessoria pedagógica. Presente! Revista de educação. Salvador, ano16, n° 62 set. 2008. In: SILVA, Marcela Mary José da. **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Campinas. 2012.

COMER, J. P. H.; N. P. In schooes: **Na ecological approach. Specialissue: Educational Partnerships**. 1991: *apud*. FRAIMON, Leonardo de Perwm e. A importância da participação dos pais na educação escolar. São Paulo, 1997.

Disponível

em:<<http://www.opee.com.br/pdf/familias/familias-pais.pdf>>. Acesso em 17 de outubro de 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, E. M.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. In. A história da educação. Instituto Federal do Paraná, Curso profissionalizante/ secretaria escolar. 2012.

MOURA, L. D. **A educação católica no Brasil**. São Paulo. Edições Loyola, 2000. In. A história da educação. Instituto Federal do Paraná, Curso profissionalizante/ secretaria escolar. 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**: Teoria Método e criatividade. 26. ed., Petrópolis, Vozes, 2007.

OSORIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. *apud*.

SILVA, L. A. da. A Importância da Educação de Valores para a Formação Moral Individual, 2011. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-educacao-de-valores-para-a-formacao-moral-do-individuo/61865/>>. Acessado em 25 de outubro de 2013.

PARO, V. H. **Qualidade do ensino**: A contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço Social**: Do Confessionalíssimo ao Empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008. In. SILVA, M. M. J. Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. Campinas. 2012.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez. 10. ed. 1990. In. A história da educação. Instituto Federal do Paraná, Curso profissionalizante/ secretaria escolar. 2012.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2003. In. A história da educação. Instituto Federal do Paraná, Curso profissionalizante/ secretaria escolar. 2012.

_____. André Michel dos. **Serviço Social Escolar**. 2011. In. SILVA. Marcela Mary José da. (org.) Serviço Social na Educação: Teoria e Prática/organização Marcela Mary José da Silva; prefácio Ney Luiz Teixeira de Almeida.—Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SANTOS, T. M. **Noções de História da Educação**. 7. ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 1957.

SILVA, T. T. F. da. **Apontamentos sobre Serviço Social e Educação**: um olhar a partir dos documentos legais existentes, 2012. In. SILVA. Marcela Mary José da. (org.) Serviço Social na Educação: Teoria e Prática/organização Marcela Mary José da Silva; prefácio Ney Luiz Teixeira de Almeida.—Campinas, SP: Papel Social, 2012.

TOLEDO, Secretaria Municipal de Educação. **Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação**. Projeto do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação. Toledo, 2008. Disponível em <www.toledo.pr.gov.br/?q=portal/portal-

municipal-da-educacao/secretaria-da-educacao>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

TEIXEIRA, A. **Educação é um direito**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. Edição, 2009. In. A história da educação. Instituto Federal do Paraná, Curso profissionalizante/ secretaria escolar. 2012.

VILHENA. **Prefeitura Municipal de Vilhena**. Disponível em: <http://www.vilhena.ro.gov.br/site/index.php?sessao=908f550f31sv90&id=10>. Acesso em: 20 de outubro de 2013.

VALADÃO, Paulini Scherly Rosa; CARVALHO, Angelita Martignago. Atuação e contribuição do assistente social dentro do âmbito escolar. **Revista Científica Tribus da Amazônia**, Vilhena, v. 1, n. 1, p.137-155, out./jan. 2018.

